Retrato de Paris págs. 24 a 26 • **Anarquistas debaixo da cama** págs. 26 e 27 • **A voz das bactérias** págs. 30 e 31

mapa: Jornal de Informação Crítica

ASSINA O JORNAL MAPA descobre como na **pág. 34**

NÚMERO 48
JANEIRO-FEVEREIRO 2026
TRIMESTRAL / ANO VIII
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTOR: ANA GUERRA

As cantinas sociais não são restaurantes. Em espaços alternativos e nas lutas sociais questionam a lógica mercantilizada do servir comida e afirmam que a comensalidade está no centro das conspirações que se geram na cozinha e nos encontros que têm lugar à mesa.

págs. 18 a 22

A RESISTÊNCIA ESTÁ NA MESA

Conflitos ocultos

Lutas e guerras que não são notícia habitual: do setembro em chamas no Nepal, à revolução ignorada no Myanmar, passando pelo Sudão, onde «a maior crise humanitária da atualidade» «não é uma guerra civil».

págs. 10 a 16

Renascer das cinzas através da comunidade

Algarve: do combate direto contra o fogo à solidariedade posterior, na Medronheira, o modo de vida alternativo é invisível para as burocracias estatais e foi da auto-organização da comunidade que chegou a resposta.

págs. 4 a 6

BIXINI FARITIA

11 de Dezembro de 2025, dia de Greve Geral. Convocada pelas duas centrais sindicais, a greve extrapolou o domínio das estruturas oficiais e ecoou muito para lá dos discursos previsíveis. Reunimos alguns relatos de quem participou na greve em Lisboa e no Porto, procurando registar várias perspectivas de quem por lá andou, mais do que passeou.

POR DUAS PESSOAS QUE PARTICIPARAM NO BLOCO ANARQUISTA

Seguindo as habituais passeatas dos grandes sindicatos e da esquerda eleitoralista, estava uma amálgama de blocos autónomos, encabeçados por um bloco anarquista em cuja faixa se lia: «Contra o Estado/ Contra o Capital/ Guerra Social». (...)

Algumas pessoas gritavam cânticos. Uns gritavam «O povo unido/ jamais será vencido» ao que outros respondiam «Um povo unido/vive sem partido». (…) Nisto, o bloco anarquista e vários outros grupos autónomos à organização da CGTP, que se tinham restringido às laterais por falta de espaço em frente à assembleia, lá decidiram abrir caminho pelo meio do mar de gente que esperava sabe-se lá do quê, encabeçados pelos Ritmos de Resistência, e chegaram a uma posição mais central em frente à Assembleia, destacando-se por trazer a esta zona normalmente reservada à esquerda cansada alguns gritos diferentes – lembrando que há de facto uma luta de classes a acontecer, e que ser saudosistas de um 25 de Abril há muito distante como se isso nos fosse salvar de alguma coisa não tem produzido grandes resultados. A nossa luta não é apenas uma memória. Constrói-se ativamente no dia a dia, por aquelas que a ela estão dispostas.

SERPENTE FLOR

É fodido porque enquanto a esquerda continuar a olhar para estes momentos com a repulsa e o seu desdém habitual, vamos continuar a não nos entender. Uma possível conciliação vem não da recusa destes gestos, mas da capacidade de entender e integrar a sua força imanente. Isto já não é uma questão de militância, mas uma luta pela sobrevivência. «Date cuenta prima, eres clase obrera», dizia uma pintada nos Anjos. (...)

Não tenho respostas, mas «*vontades*». Continuemos a organizar-nos e a desorganizar-nos, a tentar e a falhar, a fazer melhor. Façamos destes gestos a nossa *crush* e encontremos o amor na multidão espalhafatosa. O mundo está condenado, mas que mundo é esse? Continuemos a cultivar as nossas hortas, a cuidar umas das outras, a fazer filhas e a enfrentar a escuridão menos sozinhas. Continuamos a tentar criar espaços onde realmente possamos ser e pensar em conjunto, nos escutar e encontrar afinidades que não sabíamos existir. Que estes e outros momentos abram a possibilidade de fazer existir outros mundos.

HORÁCIO BOAVIDA

Pelas 17h, um grupo de 400 manifestantes «deserta» da manifestação normativa cheia de pais-de-família e de donos de cães e cria a sua própria manif selvagem rumo ao Chiado. Com esses 400 podiam ter seguido mais 4 mil, ou até mesmo mais, mas por alguma razão o resto dos manifestantes decidiu não o fazer. (...) Ainda assim, os manifestantes selvagens conseguiram fazer umas pintadas no Palácio do Manteigueiro que o Governo de Montenegro decidiu há pouco tempo oferecer de bandeja à Confederação Empresarial de Portugal, arrancaram as luzes do Palácio de Natal no Largo Camões, jogaram ao gato e ao rato com a bófia até não dar mais e uns acabaram a levar na boca, enquanto outros foram detidos e o resto fugiu como se não houvesse amanhã. (…)

Mais tarde, entre as 19h e as 20h, os manifestantes que ainda sobram frente à AR (…) decidem fazer a única coisa que se pode fazer neste teatro da impotência a que chamámos Democracia: revoltam-se, queimam merdas e atiram as suas garrafas de Sagres e de Super Bock aos bófias que, como bons bófias que são, fazem o que os bófias tão bem sabem fazer: impor a dominação desta barbárie a que chamámos civilização. Os bófias, bem treinadinhos e exemplares, disparam balas de borracha para áreas do corpo onde é proibido apontar pela lei: acima do peito, no pescoço, na cabeça e até à retaguarda, à cobarde.

ANÓNIMO, PORTO

No dia 11 de dezembro, após o tradicional ato masturbatório dos donos dos palanques, um grupo numeroso de pessoas (…) decidiu sair dos Aliados, abandonar o cortejo fúnebre, e bloquear as ruas. Durante duas horas, entre o bloqueio-em-movimento do trânsito e o bloqueio-sedentário de pontos nevrálgicos de circulação, passeámos, em conjunto, pela cidade. (…) Depois de um longo bloqueio do centro do Porto, face à desorganização policial, tornámos aos Aliados – desta feita, desertificados. Ainda se bloqueou, durante uma meia hora, a Avenida. Depois, uns quantos coletivos convocaram as pessoas para a parte de cima dos Aliados. Fomos. Lá chegados, sentimo-nos submergir face à miríade de discursos sem possibilidade de ressonância que nos atingiam. As suas vozes refletiam no corpo dos manifestantes, afastando-se à velocidade da sua propagação desmedida. Na inflamação de cada frase, habitava o espetro da nossa impotência coletiva. Foi uma questão de minutos: acabados os discursos, retornamos, cada um, sozinhos ou em grupos pequenos, às nossas casas. Há um ponto para picar amanhã, e nada mais nos entretantos.

Podes ler alguns textos na íntegra na conta @maisumgrupodeleitura no Instagram.

OS INGOVERNÁVEIS
POE MAIS ERVA
PORQUE SE O POVO TUDO PRODUZ, TUDO LHE PERTENCE
MAS NÓS NÃO PRODUZIMOS UM CORNO
NÃO É NÓS NÓS
É NÓS ENQUANTO CLASSE
@ os.ingovernaveis

Oliveiras pela Palestina: solidariedade de um lado ao outro do Mediterrâneo

Este outono, enquanto a Palestina atravessou a mais violenta campanha da azeitona, por Portugal uma vaga de solidariedade varreu os olivais.

Durante outubro e novembro, o Movimento Oliveiras pela Palestina colheu mais de duas toneladas de azeitonas, em mais de vinte apanhas solidárias de norte a sul do país.

«A ideia não é tanto a quantidade, mas que se possa replicar muitas vezes. As próprias pessoas auto-organizarem-se», explica Emílio, enquanto cola rótulos em garrafas reutilizadas.

O dinheiro angariado com este azeite «orgulhosamente solidário» é doado a grupos como o projeto Sameer, de apoio mútuo com famílias palestinianas vítimas do genocídio, Seeds of Hope, projeto de educação e apoio para crianças em Gaza, ou o Sindicato de Agricultores Palestinianos, que há décadas usa a agricultura como forma de resistência na Cisjordânia.

A violência que as e os agricultores palestinianos sofrem durante a apanha anual da azeitona, por parte do exército e dos colonos israelitas, amplificou-se com o genocídio. Este ano, a «presença protetora» de jornalistas e ativistas internacionais terá dissuadido massacres nos olivais, mas documentou o assédio e as agressões diárias, dezenas de carros incendiados, milhares de oliveiras cortadas, gás lacrimogénio, pessoas hospitalizadas, detidas e deportadas.

Deslocar-se à Palestina exige muitos recursos e não é possível para todas. De uma assembleia da AMAP (Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade) da Quinta Maravilha, em Palmela, germinou essa ideia simples: «porque não apanharmos cá as azeitonas que não podem apanhar lá?». «Em Portugal e na Palestina, a oliveira tem um enorme valor simbólico e económico. Árvore resiliente e regeneradora, que testemunha a passagem do tempo», lembram Emílio e Patrícia.

E muita gente encontrou neste movimento a forma de transformar a dor e a frustração em ação. Uma pessoa dinamizou a conta Instagram (@oliveiraspelapalestina), outras transportaram azeitonas ou ofereceram garrafas, outra desenhou o rótulo; a gráfica ofereceu a impressão, lagares cooperativos em Montemor-o-Novo, Torres Novas e Estremoz facilitaram a moagem… Por todo o país, pessoas disponibilizaram oliveiras e muitas mais vieram colher. Houve apanhas com cinco, outras com quarenta pessoas. Gente solidária com a causa palestiniana que vivia na mesma zona e passou ali a conhecer-se.

Pela sua parte, Emílio descobriu «como é fixe estar no campo a colher azeitonas!». «Estás em torno de uma oliveira, a cuidar dela, como se a estivesses a pentear. Passamos imenso tempo conectados à árvore, a limpar as folhas, à conversa. Fazem-se rodas, tertúlias…».

Agora, a vontade é dar a conhecer a experiência das Oliveiras pela Palestina por outros países, e o entusiasmo já ecoou em lugares como a Sicília. «O sonho», conta Emílio, «é que isto se torne uma tradição anual em torno do Mediterrâneo.»

Já nasceu a BRAVA – Rede de Resistência Rural

À medida que o ímpeto extractivista alastra pelo país, também as lutas se multiplicam, intersectam e articulam. É dessa vontade de articular e fortalecer modos de resistência dispersos por diferentes territórios – alguns deles profundamente isolados – que surge a BRAVA. Esta Rede de Resistência Rural foi apresentada no dia 29 de Novembro nos Jardins do Bombarda, em Lisboa, juntando representantes dos movimentos Juntos pelo Divor, Unidos em Defesa de Covas do Barroso, Cidadãos pela Beira Baixa, Dunas Livres, Juntos pelo Cercal, Tirem as Mãos do Litoral Alentejano, assim como o colectivo de apoio legal Ab Initio. Na BRAVA conflui a vontade de travar projectos de mega centrais fotovoltaicas, («eco»)resorts em áreas protegidas, monoculturas agrícolas… e a maior mina de lítio a céu aberto na Europa, ligando «quem resiste no território a quem pode apoiar, com corpo, dinheiro, conhecimentos ou ferramentas».

Ao longo da apresentação, abordou-se a importância de diversificar estratégias de luta, desde recorrer a instrumentos legais, como a providência cautelar ou participar em consultas públicas, até à acção directa e sabotagem. Destacou-se a importância de organizar sessões de esclarecimento sobre os projectos em causa e envolver as comunidades na defesa dos seus territórios, por meio de estratégias eficientes de comunicação, de criar redes e reavivar o tecido social. O próprio processo de criação de resistência colectiva pode resultar no fortalecimento das relações entre habitantes, se conseguir ser inclusivo e plural.

Além de estabelecer laços de solidariedade e apoio mútuo entre pessoas e lutas, a BRAVA procura disponibilizar recursos úteis para resistir ao extractivismo, como um manual de acção directa e organização política, auxílio legal e também um fundo de apoio. Explicou-se que, quando os donativos acumulados atingem os 3000€, sorteia-se entre os membros da rede um júri, que decidirá como esse valor é distribuído pelos movimentos que solicitam ajuda financeira - e o ciclo recomeça.

A sessão começara com as vozes do Coro da Achada e terminou com o convite para as participantes identificarem as suas lutas num mapa, que juntou catorze territórios insurrectos. Se o mapa se encontra incompleto, a Rede mantém-se aberta a novas adesões. Em rederesistenciarural.org é possível aderir, pedir apoio ou fazer um donativo.

«A Beira está viva!» e não consente mega centrais solares

FOTO MIGUEL LOPES

No dia 13 de dezembro, duas centenas de pessoas partiram da Beira Baixa de comboio e autocarro. Nas ruas de Lisboa, marcharam através da pestilência dos escapes até ao parlamento. Empunhavam ramos de oliveira, brandiam chocalhos, adufes, bombos e panelas. «A Beira unida jamais será vencida», «A Sophia não passará», gritavam. «Vandalismo verde», «Ovelhas nos prados, painéis nos telhados», lia-se em cartazes.

Foi um «já chega» (ou um «bem bonda!», como convida a banda Criatura) ao «manto negro» que quer cobrir a Beira Baixa. Em causa, os projetos da multinacional petrolífera BP para duas mega centrais solares: «Sophia», que destruiria 1.700 hectares nos concelhos de Idanha-a-Nova, Fundão e Penamacor, e «Beira», com mais de 675 hectares.

«Querem matar a mãe natureza. A floresta, os animais, os ribeiros a correr, a água potável. Precisamos de viver com a nossa dignidade e o nosso respeito. A energia verde são os campos verdes, e não os painéis solares, que nos matam os sobreiros, as oliveiras, azinheiras, que são fonte de vida», resume Manuela, 84 anos, caminhando no fim da marcha.

O que salta à vista de todos: «passámos por tanto telhado aqui!». Porque se cobririam solos férteis e abateriam milhares de árvores, quando podemos utilizar telhados para produção solar descentralizada, através de comunidade de energia?

Antes, haviam decorrido manifestações no Fundão e em Castelo Branco e uma dezena de sessões de esclarecimento por aldeias e vilas afetadas, dinamizadas por grupos como o Cidadãos pela Beira Baixa, que junta antigos e novos residentes na região.

Os promotores do Boom Festival, que têm mantido silêncio ensurdecedor perante o projeto do IC31, ou perante o genocídio na Palestina, usaram enfim a sua tremenda plataforma (mais de meio milhão de seguidores nas redes sociais) para denunciar o projeto Sophia e apelar à participação na consulta pública.

Juntos os esforços, foi batido o recorde de participação em Portugal, com mais de 12 mil discordâncias com o projeto. A decisão da Agência Portuguesa do Ambiente é esperada no início do ano para o projeto Beira e em meados de fevereiro para o Sophia.

«A Beira Baixa viu-me nascer. Nós fomos resistentes: podíamos ter ido para longe, mas ficámos. Encantámo-nos com as paisagens, a beleza profunda. Não podemos consentir que se perca tudo isto à conta dos senhores do dinheiro e do poder. Têm de nos passar por cima. Têm de nos matar», afirma António, professor reformado. «Queremos manter-nos na paz em que vivemos».

«Não podemos arredar pé!», brada alguém ao megafone. «No Barroso não arredaram pé e há 7 anos e meio que eles não conseguiram».

Nenhuma televisão da capital se digna registar a força da manifestação beirã. «Vamos acabar com este silêncio. Vão sentir que a Beira está viva. Vamos regressar ainda com mais força e mostrar à capital que existe Portugal», garante Samuel, da Plataforma de Defesa do Parque Natural do Tejo Internacional. «Nada surge grande. Esta manifestação é uma semente. Há muitos corações aqui connosco. Para quem ainda tem dúvidas: as centrais Sophia e Beira não vão acontecer».

Corte Medronheira: O amor pela terra e o dragão que despertou a comunidade

Algures no Barlavento Algarvio, fica uma frondosa floresta, repleta de sobreiros e medronheiros. Um grupo de pessoas apaixonadas pela regeneração social e ecológica escolheu chamar-lhe casa e santuário. No final de setembro, um incêndio desfez em menos de sete minutos mais de sete anos de trabalho e dedicação. As lágrimas e as cinzas nutrem agora um deslumbrante processo de regeneração.

FRANCISCO COLAÇO PEDRO

É domingo, 21 de setembro - o último dia do verão. Dia e noite alinham-se para o equinócio de Outono. Na Serra de Espinhaço de Cão, algures no triângulo entre Aljezur, Lagos e Vila do Bispo, fica a Corte Medronheira. Uma floresta de 36 hectares, com cerros e vales de verde abundante, sobrevoados por pica-paus e cotovias, que há décadas se desabituara de ver vida humana. Hoje, são 15 pessoas, adultas, adolescentes e crianças, que aqui se dedicam a um modo de vida regenerativo.

Ana recebe esta manhã um técnico que vem instalar novos painéis solares, um investimento há muito aguardado. Margarida, como habitual desde o começo da construção daquela casa há sete anos, aparece para dar uma mão. Na casa logo abaixo, Ana Santos e o filho Yusef brincam tranquilamente. Xana e Patrícia estão de viagem até São Luís, no Alentejo, para participar num encontro do Co.Re, Centro de Aprendizagem Rural.

a passagem do dragão

Ao meio dia, a dez quilómetros da Medronheira, deflagra um incêndio. O calor e o vento são intensos. A velocidade do fogo progride de 52 para 236 hectares por hora, e torna-o incontrolável para os mais de 500 bombeiros que acorrem à região.

Xana e Patrícia apressam-se de regresso a sul. Ligam a vizinhos que estão já com máquinas a abrir corredores de fogo. Nos *chats* da comunidade local, as vizinhas partilham fotos e informações sobre a progressão do incêndio.

Uma projeção, disparada a partir de um eucaliptal, sobrevoa centenas de metros e começa uma nova frente bem perto da Medronheira. Perante o aproximar veloz das torres de chamas, Ana Santos sai apressadamente da serra para pôr Yusef em segurança.

Em torno de casa, Ana molha tudo o que pode, com a ajuda de Margarida e de Khaled, pai de Yusef, que aparece numa preciosa ajuda. Quando a obrigam a fugir dali, com as chamas em redor, mal tem tempo para levar coisas consigo.

Sentadas no camião de um vizinho, Xana e Patrícia ziguezagueiam para fugir às estradas cortadas pelos bombeiros. Quando todas se reencontram no topo do terreno, já o fogo varreu a serra. Os membros da Medronheira e amigos descobrem-se a lançar baldes de água, como lágrimas impotentes, sobre os destroços de sete anos das suas vidas.

o despertar da comunidade

Naquela tarde e noite, fora da habitual temporada de risco de incêndio, arderam mais de dois mil hectares de terras. Os meios de comunicação e as autarquias repetem os danos oficiais: uma habitação secundária danificada.

Dezenas de pessoas, famílias e projetos por estas serranias perderam casas e formas de sustento - mas é como se não existissem. Por escolherem construir com as próprias mãos modos de vida mais simples e próximos da floresta, são invisíveis às burocracias estatais. Como os milhões de animais não humanos que perderam os ninhos, as tocas, o alimento ou a vida, ou os milhões de plantas que pereceram.

Para Xana e Ana, que dedicaram todos os seus recursos a construir um sonho, é tempo de tentar recomeçar a viver... com uma mochila, num apartamento emprestado. «Não tínhamos roupa interior para vestir, não tínhamos nada das coisas básicas...», recorda Xana. «O passado era demasiado assoberbante. O futuro também. Só tinhas o aqui e agora».

Seria só mais um drama num território rural descuidado, em que as monoculturas de pinho e eucalipto e as alterações climáticas tornam mais precária e perigosa a vida de quem habita e cuida dos lugares.

Mas o telemóvel tocou. E a campainha tocou. Uma pessoa que produz legumes chega com um cabaz. Outras pessoas chegam carregadas de roupa para dar. Outras, com pequenas coisas para tornar a casa mais confortável... Chega um envelope com dinheiro que uma amiga juntara entre a família e amigas. Chegam medronho, miso e outros fermentados: «pessoas que tinham comprado os últimos Produtos Unicórnio, que a Ana vendia semanalmente no mercado de Lagos, souberam que todo o seu negócio tinha ardido com a casa e quiseram trazê-los de volta», conta Xana.

A comunidade local, que acorrera a fornecer sandes e água aos bombeiros cansados, que se organizou para apagar reacendimentos, transforma rapidamente o Centro Cultural de Barão de São João em ponto de entrega e recolha de bens, com «tudo e mais alguma coisa» para as pessoas afetadas pelo fogo. Organizam-se folhas de cálculo *online*, com grupos e listas de quem recebe famílias, quem recebe animais, de que tipo, em que sítio. Disponibilizam-se apartamentos e caravanas para as pessoas ficarem.

Será no Verão de São Martinho, a 11 de Novembro, mais de mês e meio após o incêndio, que a Câmara Municipal de Lagos e a Proteção Civil virão ao terreno apoiar na remoção dos destroços. «Quando são necessárias respostas no imediato, não podem ser dadas pelo sistema, porque ele é tão burocrático que é difícil que seja ágil. Ou então a resposta é linear e não abarca a complexidade das situações. Tiveste um incêndio, perdeste material agrícola, então há uma candidatura que tens de fazer, para teres algum retorno daqui a imenso tempo…», observa Xana.

«O que a comunidade faz é uma solução local: no imediato, auto-organiza-se para aquilo que é preciso. Pessoas a trocar mensagens, telefonar e falar entre elas, pessoas em casa a trabalhar nos sistemas de auto-organização necessários. E, de repente, as pessoas com animais tinham para onde os levar, as famílias tinham onde dormir".

«Quando o incêndio está a chegar é a auto-organização da comunidade que dá a resposta. Se estivéssemos à espera de ver nas notícias, de receber informação dos bombeiros, tudo isso é muito ineficaz», afirma. «Quem esteve logo lá, desde a primeira mensagem para a primeira pessoa amiga a dizer "a Medronheira está a arder", foi a comunidade».

uma semana após a passagem do dragão

É um tema pesado, que vem deixando os adultos apreensivos: como abordar o incêndio

com os mais novos? Não será traumatizante para as crianças ver este desastre? É o sábado a seguir ao incêndio - e as crianças e adolescentes voltam pela primeira vez à Medronheira.

«Uau, aquilo é o quê?», «Uau, isto agora dá para entrar!» «Olha este buraco! As raízes que arderam, brutal!» O tronco torto de uma árvore queimada faz de baloiço para os mais pequenos. Miriam, 16 anos, encontra uma paisagem romântica e melancólica. «É bué bonito!». Descobre algumas loiças que derreteram e guarda-as. Recolhe pedaços de madeira carbonizada, para usar para pintar. Yusef, 9 anos, reconhece peças de metal no meio da paisagem e coleciona-as, quais metais preciosos.

«As crianças imediatamente viram, não aquilo que se perdeu, mas o que era agora. Começaram logo a criar possibilidades, a ver como utilizar. Viram beleza, oportunidade e descobertas. Coisas novas, que não estavam lá antes. Um olhar diferente do nosso: um "uau, agora é assim!". E acabaram por nos ajudar a olhar com esses olhos», observa Xana.

Os membros da Medronheira e amigos descobrem-se a lançar baldes de água, como lágrimas impotentes, sobre os destroços de sete anos das suas vidas.

«Começámos também a ver a beleza daquele preto, do carbonizado. A ver de repente as formas das árvores todas, a maneira como umas cresceram para se adaptar às outras, tudo assim muito escultórico e bonito», conta Ana.

Uma estatueta de buda, que sorri nos escombros como antes do fogo, é colocada no pé de um sobreiro.

«Nos primeiros regressos, só olhávamos para tudo o que se perdeu. O choque de chegar, tudo o que já não estava lá que nos era familiar», recorda Xana. «A pouco e pouco, passamos a ver tudo o que já voltou. O que há de novo, o primeiro verde a despontar, os cogumelos, os pássaros… E deixou de ser triste».

«Apesar do choque, das memórias, o facto de não estarmos só em observação, mas continuarmos a vir, a estar em ação, fez com que a relação se transformasse», explica Ana.

«Decidimos alimentar essa aprendizagem de receber e celebrar com as pessoas o seu apoio», conta Xana. Nutrindo outra narrativa, escolhem ver que tudo o que perderam foi, afinal, pouco. «A floresta está aqui.

Está tudo aqui em baixo, à espera de voltar».

Hugo, outro dos adultos do projeto, junta-se às crianças; atravessam a linha de água e sobem a encosta. Olham para o lado de cá e contemplam o milagre que ninguém sabe ao certo explicar. No meio da paisagem de cinza, com o seu círculo protetor ainda verde, uma das casas permanecera intacta. Batizam-na Casa Semente. «Deste espaço de memória do que era tudo isto», conta Hugo, «dá para ter alento para continuar o trabalho regenerativo à volta.»

quarenta dias após a passagem do dragão

É noite de 31 de outubro, a importante passagem do ano celta - o Samhain, cristianizado como Todos os Santos. Na Medronheira, é o Jantar dos Antepassados, uma das celebrações sazonais da comunidade, «em honra de quem passou antes de nós». E é a vez de voltar a dormir no terreno.

«O silêncio, o altar, a comida, a lua a cruzar devagarinho o céu de Outono, um passeio noturno com a coruja a levantar voo em anúncio do seu regresso, as novas formas delineadas na paisagem, o cheiro a queimado, a primeira noite à conversa à volta da fogueira, à conversa com o fogo, nosso professor, após a passagem do Grande Dragão. Tudo envolvido carinhosamente num sentimento profundo de estar em casa», partilham os membros da Medronheira.

Escrevem-no num grupo de *chat* criado para conter a avalanche de mensagens de amizade, preocupação e carinho - e que, em poucos dias, juntava 300 pessoas. Rapidamente, o grupo foi posto em ação e dividido em oito temas, entre pedidos à comunidade local, ações no terreno ou apoio a candidaturas e subsídios.

A capa do Jornal Mapa 47, que abordava os incêndios de agosto em Arganil e na Lousã, corre por estes dias livrarias e associações país fora e chega também à Medronheira. «Os fogos que despertaram a comunidade», não podia descrever melhor o que se vive estas semanas no Sudoeste Algarvio.

A campanha de *crowdfunding* "Medronheira - Renascer das cinzas", juntamente com as de outros projetos afetados, é divulgada nas escolas e associações. No Viv'o Mercado de Lagos, onde Ana vendia os seus produtos, uma vizinha, agricultora e pastora, cede os lucros desse dia da sua banca: «A Ana e a Xana perderam a casa. Tudo neste mercado vai ser doado para elas». Os Produtos Unicórnio de Ana, «uma ode à fermentação», renascem com a colaboração da Patrícia na cozinha da Mercearia Bio de Lagos, mesmo ao lado mercado.

Há quem ofereça aos membros da Medronheira sessões de apoio psicológico, de massagens, de acupuntura, de experiência somática para lidar com trauma. Vizinhos oferecem fardos de palha e material para conter a erosão dos solos, outros oferecem micro-organismos para ajudar no processo de regeneração.

A Rewilding Sudoeste oferece uma sessão de apoio e esclarecimento sobre intervenção pós-incêndio florestal. A comunidade de Barão de São João organiza-se para gerir coletivamente a parte ardida da mata nacional, reunindo com as instituições e ouvindo as populações.

O Instituto Vale da Lama mobiliza o seu Campo de Regeneração de Ecossistemas, que acolhe voluntários de diferentes países, para dias de trabalho na Medronheira. Amigas da cooperativa Minga, em Montemor-o-Novo, organizam apanhas de bolotas para levar para a Medronheira. Há quem se empolgue e queira já oferecer mobílias, ou sessões de planeamento de novas estruturas, quando o coletivo procura ainda tratar os escombros…

Os eventos de solidariedade e angariação de fundos brotam pela região como cogumelos de Outono. Naomi & Raposeira Dub montam um festival de música em Sagres. Uma amiga professora de yoga recolhe donativos e dedica um círculo de cânticos às pessoas afetadas. A Associação Comadres acolhe um almoço e um dia comunitário pela floresta, com cantos tradicionais com as Adufeiras em Flor. A AORCA - Associação de Observação, Regeneração e Criação na Atualidade promove um espetáculo de dança com a bilheteira a reverter para os projetos. O evento "Batuque em rede", no Salema Eco Camp, celebra o coletivo da Medronheira ao som de maracatu, forró e samba e ajuda a financiar o recomeço: «Todos os abraços que ainda não foram dados, todas a preces que ainda não foram feitas. Celebramos o renascimento, celebramos a vida e acima de tudo a irmandade que nos une».

«Não sabíamos muito bem onde encaixar o sentimento de gratidão…», conta Xana, mais habituada a apoiar outros projetos, como facilitadora de práticas de auto-organização e resiliência coletiva. «Estávamos numa situação tão vulnerável, não tínhamos como dizer "não é preciso". Esse sentimento de gratidão constante quase equilibra a dor da perda».

«Uma pessoa tem uma ideia, fala com um ou dois músicos, eles falam com outros músicos e, de repente, há uma rede de músicos…! A comunidade é essa entidade que ganha vida própria quando é preciso, que está lá em situações de crise e de necessidade», descreve Xana. «Como um equilibrista que cai lá de cima… A comunidade é uma rede que faz com que, quando a queda é grande, ela seja suavizada. A queda é a queda. Mas toda esta solidariedade ampara».

dois meses após a passagem do dragão

É domingo, 23 de novembro, Dia da Floresta Autóctone. Como acontece agora todas as semanas, o sítio da Corte Medronheira vê chegar vizinhas e amigas vindas do Alentejo ou de Lisboa, para mais uma ação coletiva de «engenharia natural». O sol resplandece a sudeste. Os membros da Medronheira resplandecem nos seus saberes.

Xana e Hugo, que, com o coletivo Orla Design, se dedicam há uma década a culturas regenerativas, processos de aprendizagem e *design* colaborativo, acolhem o matinal círculo de boas vindas. Depois, toda a gente se separa em grupos. Eram mulheres e crianças, cada uma com sua tarefa.

Perderam casas e formas de sustento - mas é como se não existissem. Por escolherem construir com as próprias mãos modos de vida mais simples e próximos da floresta, são invisíveis às burocracias estatais.

Ana Santos, que é arquiteta paisagista na área da regeneração e parte da equipa Terracrua Design, coordena com Hugo estratégias de remediação pós-incêndio. Num lugar estratégico do fundo do vale, ergue-se pedra a pedra uma retenção de água. Com os troncos de pinheiro ardido, criam-se barreiras em curva de nível ao longo das encostas e «barragens de castor» ao longo das linhas de água. O objetivo é «aproveitar a escorrência das águas e concentrar os sedimentos nalguns destes pontos, para criar potencial de regeneração. Como nódulos de propagação, para ajudar a natureza a regenerar-se», explica Hugo.

Os medronheiros e outros arbustos ardidos são cortados e a madeira processada: a maior para lenha, a mais pequena para triturar e criar estilha. As hortas são recobertas de palha. Pela restante terra espalha-se feno, que vem com semente e cujas raízes brotarão e ajudarão a suster o solo.

«As crianças são muito bem vindas aqui!», diz Patrícia, cujo trabalho vem florescendo na intersecção entre educação, arte e regeneração. Um grupo de adultos e crianças cria pequenos altares para a floresta e prepara um viveiro florestal, com estacas embebidas numa solução de micro-organismos. Depois, fazem filas ao longo da encosta e lançam à terra uma mistura de sementes e micro-organismos.

«Estamos a dar a vida de volta ao que se perdeu», explica Hugo. «Era uma floresta que já tinha bastantes extratos e tinha uma grande camada de matéria orgânica. Com o fogo, queimou todo o subcoberto e os pinheiros arderam todos. Isto é um ecossistema que coabita com o fogo. As pessoas sempre geriram com fogo e com gado. E antes do gado eram as manadas selvagens, de auroques, bisontes e zebros. O território tem toda a lembrança do fogo», observa Hugo.

Assim é que, um pouco por toda a parte, já se começam a ver medronheiros a brotar. «Têm essa adaptação: quando queimam, recolhem logo a energia e é da raiz que rebentam. Agora temos de esperar três anos até começar a ter fruta». Hugo aponta agora para um sobreiro: «O sobreiro não sofre com fogo rasteiro. É essa adaptação que a cortiça traz. Mas o pinheiro bravo leva o fogo para as copas, e quando apanha sobreiros faz com que muitos não aguentem». Mas nenhum sobreiro é cortado - a comunidade aguardará dois anos para descobrir quais conseguirão voltar a rebentar.

Este era o ano de tirar cortiça. No entanto, como tinha havido dois anos de seca, o coletivo optou por deixá-la - e abdicar desse rendimento. Afortunada decisão. «Se tivéssemos tirado a cortiça, tinham ido todos à vida!»

Com o olhar treinado por anos de *design* de permacultura, sabiam que o fogo era uma possibilidade e tinham identificado de onde viria. Procuravam juntar fundos para o desenho e a hidratação dessa encosta, criando duas charcas. Ironicamente, para o dia a seguir ao incêndio, iria chegar uma máquina para abrir uma estrada e iniciar esse processo.

Aqui e ali, semblantes negros de medronheiros são deixados, um convite a pássaros para pousar e deixar as suas sementes. Maria é, também ela, facilitadora na Orla Design. Hoje, de motosserra na mão, coordena a gestão da madeira ardida. «O fogo removeu todas as copas, os arbustos, todas estas multicamadas. Daqui ali não podíamos ver nada...! Agora é uma paisagem aberta», descreve. «E fez o mesmo com o projeto...! Fez-nos mostrar-nos, revelar-nos». Seja com as entidades legais, com quem o contacto é agora mais claro, seja através das redes sociais, onde criaram uma página no Instagram (@medronheira_em_rede). «É uma mudança enorme para o projeto».

«Era um sítio muito privado, nosso e das pessoas próximas. De repente, a paisagem enche-se de pessoas da comunidade a trabalhar juntas. Umas que se conhecem, outras que não conhecem ninguém e ouviram falar do que aconteceu. Pessoas de diferentes idades, famílias..»., descreve Xana. «O incêndio, e depois as consequências, parece estar a viver além de nós, e a ativar a espécie humana de forma inspiradora. Nos tempos que correm, lembra-nos que isto também existe, isto também é possível. Não é só pessoas em conflito e divergência e a polarizar. É também esta união por uma causa. É quase indescritível o sentimento que me traz ver o entusiasmo das pessoas».

«Não é à toa que está aqui tanta gente», diz Filipe. Veio de Aljezur pela terceira vez. «Todos os elementos deste sítio trabalham muito a dimensão comunitária, estão muito ligados a várias iniciativas locais. Têm cultivado todas estas ligações ao longo dos anos». Na Medronheira viveu momentos terapêuticos, de lazer ou políticos - como os encontros do Triângulo em Transição, grupo de pessoas ativas política e socialmente nas suas localidades que se propõem a agir a nível da biorregião.

«Queremos agradecer-vos a todos, por terem dedicado connosco o vosso dia a esta terra. É tão inspirador ter tantas pessoas dedicadas. E depois vai revelar-se na terra», dizem Hugo e Xana. De sorrisos chamuscados, todas se despedem. Sem saber que, no dia seguinte, uma abençoada chuva suave cairá sobre as tantas sementes que lançaram à terra.

três dias após a passagem do dragão

No Barlavento Algarvio, o grande incêndio parece estar enfim controlado. O coletivo da Medronheira junta-se num emotivo círculo. Brinda-se com a última aguardente de medronho, «até ao dia que destilarmos a próxima…»

Desde que escolheu habitar a Medronheira, o coletivo propôs-se não ser mais um projeto antropocêntrico, «onde chegas com a grande ideia do que queres fazer» - antes escutar o que a terra quer ser. Deixar a própria terra guiar o caminho. «Isso fez com que ganhássemos uma relação muito profunda, um amor pelo lugar», conta Xana.

«O ecossistema estava muito equilibrado, e pudemos nós também ter aqui um refúgio, um espaço saudável para viver, receber toda a sua energia, ser nutridos, colher o medronho..»., reconhece Maria.

O mapa da Medronheira tem uma forma que se assemelha a um dragão - elemento místico que se foi tornando presente no coletivo. «De repente, sentimos que o dragão veio, o incêndio aconteceu, e que foi algo muito maior do que nós», descreve Xana.

Várias vezes lhes perguntam se pensaram abandonar. «Temos de cuidar deste lugar mais do que nunca. É esse o compromisso com a terra. Não podemos deixar a nossa família sem apoio», afirma Maria. «Seria como a tua melhor amiga ter um acidente e tu a abandonares e ires embora!», diz Xana. «Agora é que a Medronheira precisa ainda mais de nós, para acelerar os cuidados e prevenir a erosão. Tornou-se óbvio que tínhamos de nos auto-organizar e fazer o que fosse preciso antes das chuvas. Isso pôs-nos em ação muito rápido», explica Xana. «Não amando este lugar e esta terra como nós amamos, mais facilmente segues para outra, e começas num lugar mais confortável, que não dê tanto trabalho. Uma vez que estamos enraizadas, que temos esta relação, o lugar é o lugar, tanto ferido quanto saudável. É continuar. Não pelas condições, porque vão estar sempre a mudar, mas pela relação».

«Aquilo que nos leva a estar é muito mais forte. E também sentimos que é um desafio que estamos à altura de abraçar. Todos trabalhamos há mais de uma década em regeneração eco-social. A vida às vezes traz-nos - se calhar não pelos meios que imaginaríamos - a um lugar onde tínhamos de estar».

Sentem que o incêndio tornou o propósito ainda mais claro. «É um apelo para ouvir, testemunhar e fazer parte deste processo maior de regeneração que está a acontecer aqui, estejamos nós ou não. Ser uma parte mais consciente e pró-ativa nele. Aprender a pertencer a esta terra, contribuir para a história do lugar», afirma Maria.

«Os fogos vão continuar a vir, é uma questão de tempo. Como é que estamos preparados, como comunidade e como território, para lidar com aquilo que a modernidade nos apresenta como desafios nos territórios rurais?», questiona Xana.

É também uma responsabilidade que sentem como adultos. «A forma como lidamos com isto agora vai ficar para a próxima geração. Perante isto, que é de todos, de nós e das crianças, que legado queremos deixar? Se isto voltar a acontecer, quando já forem outras gerações a tomar decisões na Medronheira, precisamos que o legado seja o melhor possível. Um legado de união, de esperança, de comunidades grandes, para nos ajudar a fazer o que tem de ser feito, e fazê-lo de uma forma que as pessoas gostem de participar».

A campanha de angariação de fundos decorre em Medronheira - Renascer das cinzas, na plataforma Gofundme - gofund.me/a85150a51

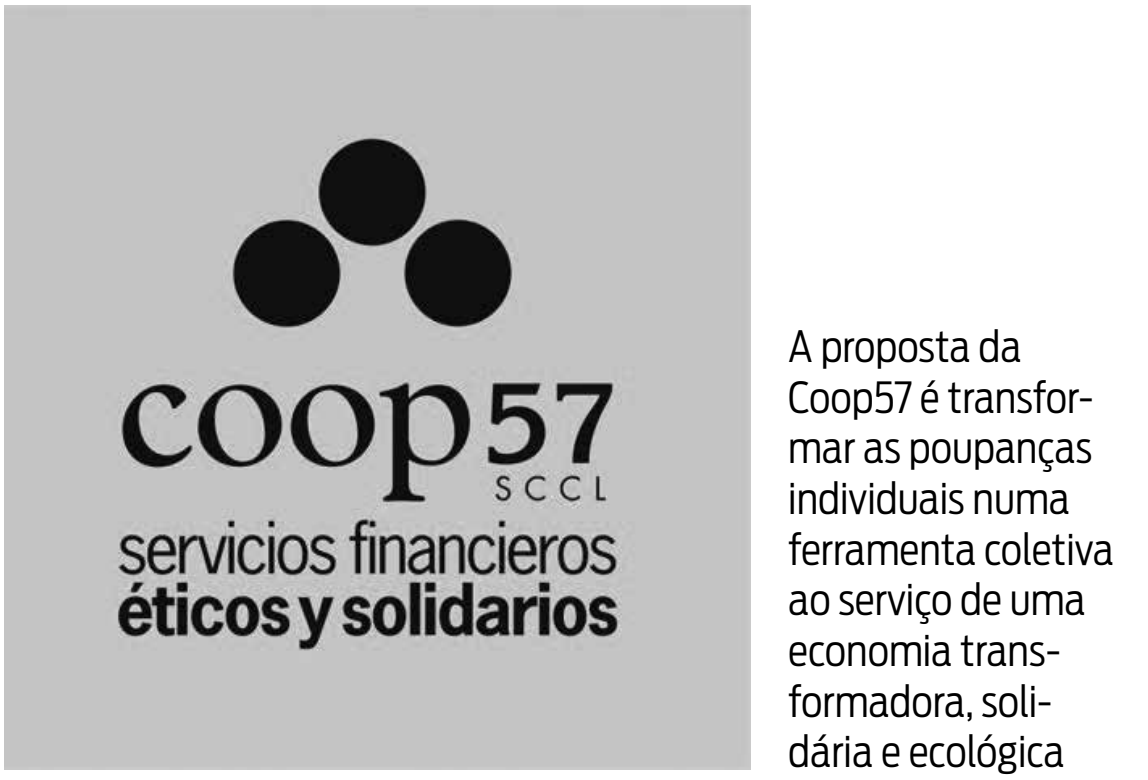
Finanças como arma de militância

FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT

Quando a notícia de que a Coop57 conseguiu arrecadar dois milhões de euros em menos de 13 horas para financiar uma cooperativa de habitação[1], a «nova geração de cooperativismo»[2] olhou para o outro lado da fronteira com esperança e (admitamos) um pouco de inveja. Em menos de um dia, esta organização-chave do ecossistema da economia social e solidária (ESS) espanhol conseguiu fazer o que o Estado português está a prometer há dois mandatos: financiar projetos de habitação cooperativa com rendas acessíveis e protegidos contra a especulação imobiliária[3]. Mas não é só no setor habitacional que a Coop57 tem atuado. Desde a sua fundação, em 1995, até 2023 (últimos números a que tivemos acesso) concedeu 4.248 empréstimos a entidades da ESS – desde associações de apoio a migrantes a cooperativas de todo o tipo –, superando os 200 milhões de euros[4]. Só em 2024, terão conseguido canalizar 27 milhões para projetos de alto valor social e ecológico[5].

Como sugere o título do artigo do El Salto, que celebra os 30 anos desta cooperativa de serviços financeiros, a Coop57 é uma autêntica prova de que é possível fazer política através da economia quotidiana, sem cair na lógica individualista do consumo consciente ou do cliché «vota com o teu dinheiro». A proposta da Coop57 é transformar as poupanças individuais numa ferramenta coletiva ao serviço de uma economia transformadora, solidária e ecológica.

Pode-se dizer que a Coop57 nasce das cinzas da Editorial Bruguera, que marcou a história da banda desenhada catalã, e da luta sindical que se seguiu ao encerramento da empresa. Os fundos de «reconversão industrial» injetados no Estado espanhol após a sua adesão à União Europeia permitiram, por um lado, investir em máquinas mais produtivas e, por outro, descartar milhares de trabalhadores, aumentando as margens de lucro das empresas «mais competitivas» e levando à queda de muitas outras – como foi o caso da Editorial Bruguesa, cuja atividade ia desde a produção à distribuição de livros. A sua falência, em 1986, empurrou mais de 800 trabalhadores para o desemprego. A maioria ter-se-á resignado com as magras compensações oferecidas pelo Banco de Crédito Industrial, que entretanto absorvera a empresa, e aceites pelos principais sindicatos, CCOO e UGT.



Campanha para Financiar uma Cooperativa de Habitação AraInfo | Diario Libre d'Aragón

A proposta da Coop57 é transformar as poupanças individuais numa ferramenta coletiva ao serviço de uma economia transformadora, solidária e ecológica

No entanto, alguns membros do OITEBSA, um coletivo sindical independente com raízes anarquistas, decidiram lutar por justiça perante o que consideravam ter sido o resultado de más decisões empresariais, argumentando que teria sido possível manter a atividade e preservar o meio de subsistência de grande parte dos trabalhadores.

Em agosto de 1986, já após o seu encerramento, mais de 100 pessoas terão ocupado e habitado a fábrica – famílias inteiras, incluindo crianças – durante um mês inteiro, pedindo comida no mercado local e organizando-se para garantir que ninguém passaria fome. Durante o mês de setembro alguns trabalhadores entraram em greve de fome para aumentar a pressão sobre o juiz encarregue do processo. A estratégia teve efeito e, no mês seguinte, o juiz determinou que não houvera causa que justificasse para o encerramento total da empresa e que o despedimento coletivo não tinha fundamento.

Desde então, os trabalhadores começaram a receber salários de tramitação (valores equivalentes ao que receberiam se continuassem empregados) em bruto. Temendo que a Segurança Social cobrasse impostos sobre esse valor, decidiram colocar essa percentagem num fundo comum e esperar.

Como seria de esperar, perante a decisão do juiz, o Banco, agora responsável legal da empresa, recorreu ao Tribunal Supremo. Com a ajuda da cooperativa de advogados e advogadas Col.lectiu Ronda – que ainda hoje são importantes aliados das lutas laborais catalãs, num contexto de contínua precarização e uberização da economia –, os trabalhadores reivindicaram a recuperação da fábrica em forma de autogestão cooperativa. Após três anos de disputa legal, o Supremo deu razão àquele grupo de trabalhadores, que representava uma parte diminuta do número de despedimentos, concedendo-lhes o direito a indemnizações de 45 dias por ano a partir do ano da sua contratação (contrastando com as condições de 20 dias por ano com um limite de 12 anos aceites pela CCOO e a UGT).

Além das indemnizações, o fundo comum, que ascendia a 100 milhões de pesetas (equivalente a 600 mil euros), permanecia intacto. Após uma espera de cinco anos, para certificar-se de que esse valor não era reclamado, o coletivo decidiu distribuí-lo: 10% para os advogados, cerca de 30% para lutas internacionais, outros 30% para lutas sindicais e outros trinta para promover o cooperativismo. Foi neste último lote que germinou a Coop57. Como conta Jordi Pujol, advogado do Col.lectiu Ronda, ao El Salto, um dos companheiros envolvidos no processo defendia que o cooperativismo precisava de três pernas de apoio – formação, comércio e finanças – que emergissem do seu próprio corpo e seguissem os seus próprios princípios. Tendo já ajudado a constituir na Catalunha uma cooperativa de formação e outra de serviços comerciais, faltava criar a terceira.

A 19 de junho de 1995 nasce a Coop57, com um fundo de 40 milhões de pesetas (240.400 euros). Da Catalunha multiplicou-se, em rede, para outras comunidades autónomas: Aragão, Madrid, Andaluzia, Galiza, Euskal Herria (País Basco), e Astúrias. Parece quem nem a fronteira nem a legislação nacional facilita a sua reprodução para território português [6]. Mas, seguindo o exemplo dos ex-brugueros, continuaremos a lutar nesse sentido. Porque, ao contrário do que sucede nos bancos tradicionais, onde as nossas poupanças podem ser destinadas, sem o nosso conhecimento, a financiar o fabrico de armas, a produção de combustíveis fósseis ou a especulação imobiliária, a Coop57, além de ser gerida democraticamente, é transparente em relação aos seus investimentos, que seguem princípios sociais e ecológicos bem definidos. E um deles é colocar o crédito ao serviço da transformação social numa lógica de solidariedade e ajuda mútua.

Parabéns, Coop57!

NOTAS

1 "Coop57 recoge dos millones de euros en menos de trece horas para financiar vivienda cooperativa", El Salto, 4 de junho de 2025
https://bit.ly/49uezGA

2 Como foi apelidada a mais recente vaga de cooperativas – em grande medida impulsionada pela introdução e multiplicação do modelo de «cooperativa integral» em Portugal, de que a Minga, fundada em 2015, é precursora – no pacote Mais Habitação, proposto pelo anterior Governo.
https://bit.ly/4poJJUA

3 "Habitação contra a Especulação, parte II: Cooperativas", Jornal MAPA #41, Abril-junho 2024

4 Boletim Informativo #45, Coop 57.
https://bit.ly/48brI4Z

5 "La lucha obrera que se transformó en una herramienta financiera cooperativista con 30 años de historia: Coop57", El Salto, 7 de novembro de 2025.
https://bit.ly/4pjJTMG

6 "Cooperative Financial Instruments in Portugal", Olival & Mateus, SSE&Commons 2024.
https://bit.ly/3JUsRWB

Entre nós e as estrelas

Como a poluição luminosa afecta a nossa relação com a natureza e com a humanidade.

SARA SALGADO
ILUSTRAÇÕES **JOSÉ SMITH VARGAS**

Acontecia nas madrugadas de Setembro. Um pouco antes do nascer do sol, naquelas horas azuis em que a natureza parece suster a respiração. Raul, então com os seus 13 anos, sentava-se à janela do quarto, no centro do Porto, e ficava, com os binóculos, a olhar pacientemente o céu nocturno. «Ficava à espera de a ver nascer», diz ele. «Acho que tem uma configuração mesmo muito bonita. É quase uma escultura».

Raul refere-se a Órion, uma das constelações mais reconhecidas no mundo. Nela, vemos oito estrelas que formam a imagem de um caçador, pelo menos segundo a mitologia grega. No antigo Egipto, preferiam vê-las como uma divindade, ou Sah, para onde os faraós viajavam depois de morrer.

Hoje, Raul Cerveira Lima é professor de física e investigador de poluição luminosa no Instituto Politécnico do Porto, local onde me conta o percurso que o trouxe às estrelas. «Comecei a ganhar o gosto na Serra da Freita», onde ia de férias com o pai, «mas foi o facto de poder ver as estrelas do Porto que me permitiu continuar a desenvolver o gosto».

Raul conta-me que nessa altura, em meados dos anos 80, ainda se conseguia ver a Via Láctea no Porto. Actualmente, a poluição luminosa não o permite. «A maioria dos meus alunos nunca viu a Via Láctea», queixa-se.

Não são apenas os alunos de Raul. Um estudo revelou que 60% das pessoas europeias não consegue ver a Via Láctea.[1] A verdade é que estamos a perder o céu nocturno a uma taxa alarmante. Todos os anos, a claridade dos céus aumenta em cerca de 10%.[2]. Isto significa que, se nada mudar, dentro de 80 anos poderemos ver apenas cinco estrelas no céu. De Órion, nada restará.

A perda de uma herança histórica e cultural

Existem várias razões para querer saber deste desaparecimento silencioso das estrelas. A poluição luminosa, para além de causar um grande desperdício energético[3], afeta também a saúde dos animais e dos humanos.[4]

Menos conhecido, talvez, é o impacto da poluição luminosa na perda de uma herança cultural essencial à humanidade. «Ninguém vai sentar-se num quarto com as luzes ligadas e discutir o que seu tetravô fazia para se orientar no escuro», conta-me Joyful Mdhluli, colaboradora do Gabinete de Astronomia para o Desenvolvimento. Joyful acredita que, ao perdermos o céu estrelado, «há uma parte do nosso conhecimento indígena que desaparece com ele, porque já não temos as estrelas para nos sentar debaixo e contar histórias sobre a origem dos nossos antepassados».

Para além de servirem histórias, as estrelas também tinham usos muito práticos. O arqueoastrónomo Giulio Magli explica-me que, desde o período paleolítico, há mais de 300 mil anos, quando éramos essencialmente caçadores-recolectores, as estrelas eram utilizadas para navegar o mar e saber que animais caçar. Já no império Inca, a Via Láctea era vista como um rio celestial, espelho do rio Urubamba, que estava ligado aos ciclos da terra, sinalizando as diferentes etapas da agricultura.

Com o aumento da iluminação artificial, que tem vindo a ocorrer desde a revolução industrial, fomos perdendo esta conexão com o céu estrelado. «Estamos a perder uma componente muito importante da nossa história», lamenta Giulio.

A amnésia ecológica causada pelo «desenvolvimento»

Apesar de a poluição luminosa ter vindo a aumentar desde a revolução industrial, nada se compara ao aumento que tem vindo a acontecer nas últimas décadas. Em apenas 25 anos, entre 1992 e 2017, a poluição luminosa aumentou em mais de 270%, chegando a 400% em alguns locais.[5]

Raul acredita que uma das razões pelas quais temos tanta luz é porque teimamos em associá-la a desenvolvimento. Ele põe a hipótese de que, no caso de Portugal, isto se possa dever ao período de extrema pobreza que o país passou durante a ditadura. «A chegada de alguns bens e serviços que não existiam foi um avanço para as pessoas», tendo a luz sido um destes serviços. Por isso, foi associada a desenvolvimento. «Infelizmente, não deveria ser».

> Talvez a parte mais triste de como o «desenvolvimento» afectou a nossa relação com as estrelas seja o facto de nem nos apercebemos do que estamos a perder. É uma espécie de amnésia ecológica.

De facto, dentro do sistema capitalista, a luz é indissociável de desenvolvimento. Isto porque, na sua concepção, desenvolvimento significa crescimento, e crescimento significa consumo. Assim, grande parte da iluminação nocturna existe, não porque é necessária, mas porque reforça o modo de vida de consumo contínuo. Basicamente, «estamos à mercê de uma máquina que nos faz estar sempre em movimento», mesmo que isso seja prejudicial para nós. Mas, «como tem vantagens económicas para uma parte, é essa parte que vence».

Assim, apesar de a cada ano estarmos a perder mais estrelas,

e a nossa conexão com elas, não existe incentivo para reduzir a iluminação nocturna e a poluição luminosa. O nosso descanso não dá lucro. E as estrelas também não.

Talvez a parte mais triste de como o «desenvolvimento» afectou a nossa relação com as estrelas seja o facto de nem nos apercebermos do que estamos a perder. É uma espécie de amnésia ecológica, em que aceitamos a realidade actual como «normal» e esquecemos aquilo que tínhamos e que poderíamos voltar a ter. O termo científico vem da ecologia – *shifting baseline syndrome*–, para significar que ao longo do tempo, ao longo de gerações, vamos diminuindo as nossas expectativas de como se deve parecer um ecossistema saudável.

Já nem sonhamos o quão bonito podia ser o céu estrelado. E, como disse Raul, «quem não sabe o que perde, não sente falta».

Se reduzíssemos drasticamente a iluminação, em cerca de 70 a 80%, «poderíamos voltar a ver a Via Láctea do Porto. E sem pôr a cidade às escuras».

A falha (e a emenda) da nossa relação com a natureza

Quando pergunto a Raul se consegue, apenas com uma palavra, descrever o que sente quando olha um céu bem estrelado, pendura-se na sala um silêncio longo. «Tenho algumas saudades dessa sensação», admite, uma vez que agora é raro ter a oportunidade de ver um céu assim. Recorda-se de sentir que fazia realmente parte de um universo, e de comparar a escala ínfima da vida humana face à grandiosidade das estrelas. «A palavra acho que é encantamento mesmo».

Raul conta que, actualmente, está mais «num sentido crítico, com pena de já não ser como era». Preocupa-se que as gerações mais novas não tenham a oportunidade de alguma vez sentir esse encantamento. Mesmo quando vão a um lugar mais escuro, «o que as crianças observam está longe de ser o que poderiam observar em condições ideais».

Há um custo associado a perder esta experiência de encantamento com o céu estrelado. A investigação mostra que pessoas que vivem em áreas com maior poluição luminosa sentem-se menos ligadas ao céu nocturno e exibem menos comportamentos de protecção da natureza.[6]

Talvez seja surpreendente que (não) ver as estrelas possa afectar a nossa capacidade de protecção da natureza. Isto porque, quando pensamos em natureza, pensamos em árvores, rios, pássaros e montanhas. Esquecemo-nos de que «a noite é parte da natureza, as estrelas são parte da natureza». Mas, quando olhamos para o céu estrelado como parte da natureza, da mesma forma que árvores, rios, pássaros e montanhas o são, já não surpreende tanto que perder a nossa conexão com as estrelas contribua para a falha mais alargada da nossa relação com toda a natureza.

Assim, há uma possibilidade de que, restaurando o céu estrelado, restaurando o encantamento, possamos começar a restaurar a nossa relação com a natureza. «À noite, vemos milhares de estrelas e apercebemo-nos de que somos uma coisinha de nada ali no meio», reflecte Raul, «e essa sensação de fragilidade acho que nos ajuda a olhar para o resto da natureza e perceber que temos de cuidar dela».

Restaurar as estrelas, restaurar a humanidade

A parte boa da poluição luminosa, ao contrário dos outros tipos de poluição, é que não se acumula. De um dia para o outro, se quiséssemos, poderíamos acabar com ela e voltar a ver as estrelas no céu. Raul afirma que, se reduzíssemos drasticamente a iluminação, em cerca de 70 a 80%, «poderíamos voltar a ver a Via Láctea do Porto. E sem pôr a cidade às escuras. É uma questão de saber iluminar».

Para Raul, saber iluminar não é uma questão tecnológica, mas sim uma questão política e social. «Já existe a tecnologia para iluminar as cidades correctamente – ou seja, muito pouco – não se faz por opção». Não se faz porque não é uma questão considerada relevante. Afinal, para que servem as estrelas?

É difícil convencer as pessoas do valor das estrelas. É difícil convencer as pessoas do valor de nos sentarmos à janela e, como o Raul de 13 anos, ficarmos à espera de ver Órion nascer. É difícil convencer as pessoas da importância de nos deixarmos sentir o encantamento com o universo, de desenharmos animais imaginários no céu, e de contarmos, à luz das estrelas, histórias dos nossos antepassados.

Defender o valor das estrelas é defender o valor de parar num mundo que valoriza apenas o constante movimento, ou, por outras palavras, o lucro. É uma tarefa praticamente impossível. Mas, «há um erro em atribuir um valor comercial a tudo», diz Raul. «Uma paisagem não tem valor comercial. Não deveria ter. Tem um valor intrínseco, que vale por si só, e que deveria ser protegido».

As estrelas forçam-nos a confrontar a nossa própria pequenez e a perceber que somos parte de algo maior, que somos parte de uma natureza, de um universo.

Talvez isso seja o mais importante que as estrelas nos podem trazer, essa compreensão de que nem tudo tem de ser acerca de nós. Nem tudo nos tem de beneficiar diretamente para ser relevante. As estrelas forçam-nos a confrontar a nossa própria pequenez e a perceber que somos parte de algo maior, que somos parte de uma natureza, de um universo.

Entre nós e as estrelas, está a poluição luminosa, sim. Mas, mais do que isso, está uma perspectiva individualista e egocêntrica que nos foi impingida por um sistema que valoriza o lucro acima de qualquer outra coisa. E, se a dissolução dessa perspectiva nos ajuda a cuidar melhor da natureza, talvez também ajude as pessoas a cuidar melhor umas das outras.

NOTAS

1 https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.1600377

2 https://www.science.org/doi/10.1126/science.abq7781

3 https://darksky.org/news/light-is-energy-estimating-the-impact-of-light-pollution-on-climate-change/

4 https://bmcenvsci.biomedcentral.com/articles/10.1186/s44329-025-00017-7

5 https://www.mdpi.com/2072-4292/13/16/3311

6 https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272494423002463

Como derrubar um governo em dois dias

Sem medo das ruínas a juventude do Nepal empurrou a elite política comunista para o abismo e abriu as portas à esperança de um novo país.

Carrinha da polícia queimada na praça Patan Durbar, em Lalitpur, no vale de Catmandu

O parlamento em chamas

CLÁUDIA DUQUE

No início de setembro um movimento de protesto contra a corrupção do governo tomou as ruas do Nepal ditou a queda do primeiro-ministro K.P. Sharma Oli e despoletou uma insurreição generalizada que resultou na destruição total, pelo fogo, de mais de 100 edifícios na capital, Catmandu, entre os quais o parlamento, o ministério da saúde e o palácio da justiça. Sharma Oli governava graças a uma improvável coligação que incluía o Partido Comunista do Nepal (de carácter marxista-leninista), o Partido do Congresso (representante da direita) e ainda alianças com outros grupos conservadores inclusive monárquicos. Perante um cenário político em que tinham alternado no governo os líderes dos dois partidos vencedores (marxistas-leninistas e maoistas) da revolução dos anos 2005 e 2006 que derrubou uma monarquia decrépita, e uma população que assistia ao rápido empobrecimento do país, onde as desigualdades se aprofundavam cada vez mais, acelerando a diáspora interna (das áreas rurais para as urbanas) e a externa (cerca de 6 milhões de nepaleses), a juventude, na maioria com menos de 30 anos (a geração Z), assumiu a liderança dos movimentos de protesto desde a crise da covid-19, que em 2020 viu nascer o movimento *Enough is Enough*, (Já Basta)[1] surgido na sequência da gestão da pandemia da Covid-19 pelo governo.

"Apenas um jovem vestido com a pele do inimigo" comentário feito nas redes sociais

As manifestações de 8 e 9 de setembro foram o culminar de um rastilho que não parava de queimar há anos. A 8 de setembro milhares de pessoas responderam à convocatória do movimento *Gen Z* contra vários episódios de corrupção e a aprovação recente de uma lei que permitia o bloqueio de várias redes sociais. Ao chegarem ao parlamento os manifestantes foram reprimidos violentamente com fogo real por parte da polícia, tendo sido assassinados a sangue frio dezenas de jovens, alguns em idade escolar e com os uniformes das escolas vestidos. A indignação alastrou rapidamente e no dia seguinte já ninguém considerava a negociação com o governo uma opção. As manifestações de 9 de setembro rapidamente se transformaram numa insurreição generalizada, com o ataque a diversos edifícios governamentais, casas de políticos, pilhagens de cadeias de supermercados e também o edifício do hotel Hilton, inaugurado um ano antes como o hotel mais alto de Catmandu. Propriedade do filho de um político, o Hilton era também o símbolo da arrogância de uma elite popularizada nas redes sociais como «nepo babys» ou «nepo kids», filhos e netos de políticos que sem qualquer pudor ostentavam nas redes uma vida de luxo. A difusão destas imagens e a oposição generalizada às políticas do governo tinham sido razões pelas quais o governo decidiu avançar com a lei de bloqueio de algumas redes sociais, o que ajudou a inflamar ainda mais a revolta.

O actual governo interino é liderado por Suhila Karki, uma antiga juíza do Supremo Tribunal do Nepal e a primeira mulher a assumir o cargo de primeira-ministra. Em poucos dias 145 mil pessoas discutiram e levaram a votos a escolha da nova líder do país no *Discord*, uma plataforma associada a fãs de jogos de computador. «É irónico que o governo que baniu o *Discord*, aqui, acabasse por ser derrubado pelas pessoas através do próprio *Discord*», lia-se num comentário de uma jovem nepalesa à notícia da eleição de Suhila Karki.

O novo Nepal vê-se obrigado a renascer sobre o sangue derramado de mais de 75 vítimas mortais. Num acto solene, Sushila Karki declarou oficialmente os manifestantes mortos como mártires, o Estado honrou os falecidos com uma cerimónia nacional de cremação e proclamou o dia 17 de setembro como dia oficial de luto nacional.

Tal como nas revoltas do Bangladesh em 2024, na Indonésia em agosto de 2025, sem esquecer a guerra civil que se trava no Myanmar (ver artigo nas páginas 15 e 16), as massas populares na Ásia mostraram a importância da crítica radical e anticapitalista. Os ataques de 9 de setembro nas principais cidades do Nepal, tiveram como objectivo, para além dos edifícios governamentais, a cadeia de supermercados Bhatbhateni, o Choudhary Group (uma das maiores corporações financeiras do país) e a NCELL (a primeira operadora privada de telecomunicações móveis). Todos estes grupos levam anos a serem denunciados por episódios de corrupção e fuga aos impostos, acumulando milhões sobre a miséria generalizada de uma população traída e sem esperança.

As eleições para a formação do novo parlamento estão marcadas para 5 de março, a geração Z e a bandeira pirata do *One Piece* mantêm-se alerta.

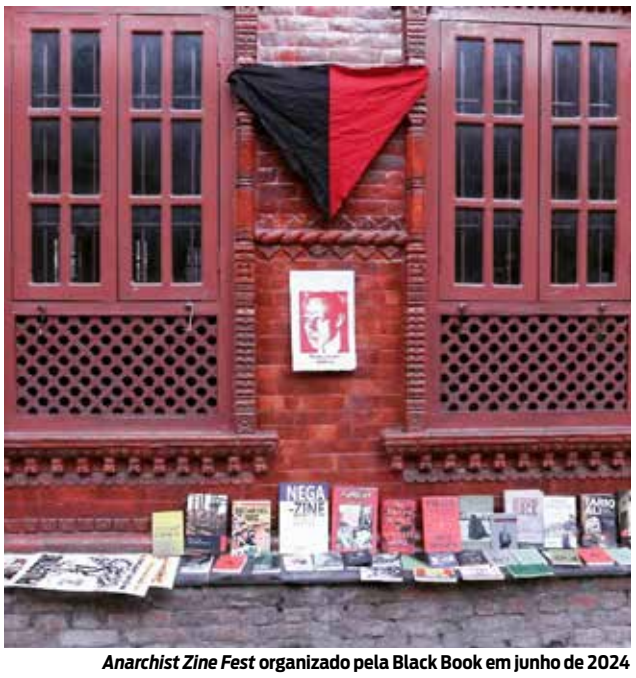
NOTAS

1 *Enough is Enough* foi um movimento de protesto surgido no Nepal em 2020, na sequência da gestão da pandemiada Covid-19 pelo governo. Durante mais de duas semanas milhares de pessoas manifestaram-se contra a inacção e corrupção do governo na forma como estava a lidar com a pandemia no país. A resposta violenta da polícia à primeira manifestação, contribui para o alastrar do protesto, incluindo também vários activistas que entraram em greve de fome exigindo o aumento da testagem ao vírus.

Entrevista a Black Book Distro

A Black Book é uma biblioteca anarquista de Catmandu, Nepal, que desde 2020 trabalha para difundir a ideia e prática anarquista num espaço que pretende criar comunidade e organização através de conversas, oficinas, projecção de documentários e um pequeno espaço de encontro livre do consumo capitalista. Nesta entrevista contam-nos como viveram os dias da revolta e os esforços para que as velhas estruturas não regressem ao poder.

Biblioteca da Black Book Distro em Catmandu



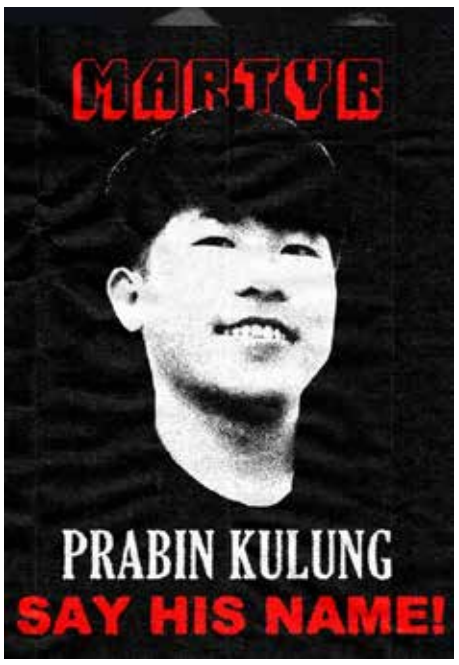
Anarchist Zine Fest organizado pela Black Book em junho de 2024

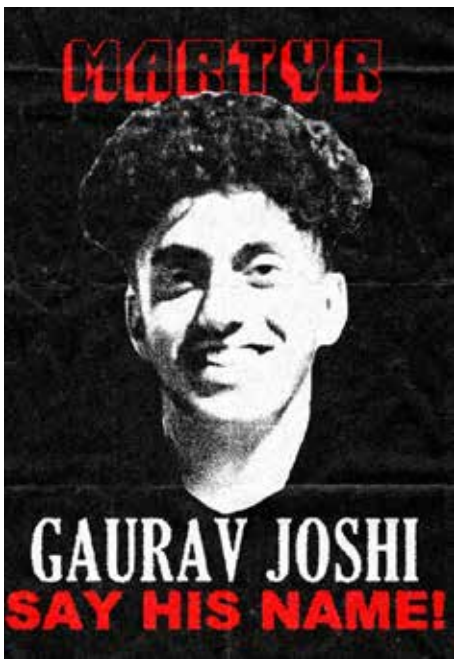
Como (e quando) o colectivo Black Book começou e quais são as suas principais actividades?

Black Book- A Black Book Distro começou em 2020, depois de alguns de nós termos decidido criar uma biblioteca anarquista pública, em vez de permanecer na clandestinidade. As nossas principais actividades são organizar conversas sobre diferentes questões políticas e sociais, fazer oficinas e compartilhar experiências com outros activistas sobre como nos organizarmos. Também oferecemos um local comunitário para nos reunirmos e comunicarmos entre nós sem a troca capitalista de ter que comprar um café ou comida cara, como temos de fazer quando nos encontramos em algum café.

O protesto da Geração Z tem origem no movimento *Enough is Enough* (Já Basta) de 2019. Nos anos seguintes, havia a sensação de que as coisas estavam prestes a explodir, como aconteceu em 9 de Setembro?

BB- Após o movimento *Enough is Enough* em 2019, havia uma atmosfera de tempestade a caminho, mas não sabíamos quando. Houve muitos momentos em que pensámos que iria começar uma revolta. Mas, no primeiro dia da revolta da Geração Z (*Gen Z*), sabíamos que o governo iria ruir devido à forma como retaliou contra os manifestantes pacíficos. Nunca tantos manifestantes tinham morrido num único dia na história do Nepal. Por isso, naquela noite, preparámo-nos para a insurreição que se avizinhava para o dia seguinte. E, no dia seguinte, a nossa raiva e tristeza encontraram uma bela forma de expressão.





Cartazes difundidos pela Black Book para homenagear os 74 mortos nas manifestações de 8 e 9 de setembro de 2025.

Podes descrever resumidamente quais foram os principais grupos organizados durante as manifestações de 8 e 9 de Setembro e de que forma os grupos de anarquistas se organizaram nas ruas?

BB- Havia muitos grupos organizados durante os dias 8 e 9. Havia o grupo de coordenação Gen Z, que era o principal organizador, com o qual nós e até mesmo a Hami Nepal estávamos em contacto. Havia também diferentes celebridades e activistas famosos que divulgaram a notícia do protesto.

Estávamos organizados em grupos de afinidade próximos. Nem todas as pessoas nos grupos se identificavam como anarquistas, mas os anarquistas estavam lá. Estávamos mais preocupados com as crianças que tinham vindo aos protestos, por isso tentávamos dizer às crianças para ficarem em segurança enquanto lutávamos na linha da frente. E, na linha da frente, tentávamos organizar uma defesa estratégica para que a polícia não pudesse atirar sobre nós tão facilmente.

O centro do poder de Catmandu foi totalmente destruído pelo fogo, em Pokhara houve alguns ataques a casas de políticos e saques, mas como foram vividos esses dias nas aldeias mais pequenas e, considerando que o Nepal ainda é um país predominantemente rural, qual é a expressão dessa revolta nas áreas não urbanas? E como é que os anarquistas estão presentes nessas áreas?

BB- As aldeias estavam, na sua maioria, tranquilas. Embora, em algumas delas, se tenha assistido a manifestações contra membros corruptos das juntas de freguesia ou políticos locais, a revolta principal ocorreu nas cidades, desde Catmandu e Pokhara até muitas cidades da região de Terai. Embora nas aldeias não se tenha assistido a revoltas, a maior parte do país concordou que era altura de a maioria desses políticos corruptos ver a raiva do povo, que se acumulava há muito tempo.

Os anarquistas não estão muito presentes nas áreas rurais, uma vez que a maioria dos jovens vai para as cidades à procura de educação e trabalho. Os anarquistas chegam às aldeias quando voltam para as suas terras ou quando viajam. No passado, os anarquistas realizaram programas de saúde nas aldeias.

> (...) na linha da frente, tentávamos organizar uma defesa estratégica para que a polícia não pudesse atirar sobre nós tão facilmente.

Numa resposta à entrevista da Crimethinc, disseram: «No entanto, esta revolta não estava totalmente preparada para o que se seguiria». Partindo do princípio de que poucas revoltas o estão, como estão vocês a lidar com o pós-revolta e onde têm centrado os vossos esforços?

BB - Depois da revolta, temos estado principalmente activos a tentar explicar às pessoas que a solução agora não é tentar voltar à monarquia, como algumas pessoas querem. Por outro lado, também temos tentado informar que escolher outro político corrupto só porque ele nunca foi primeiro-ministro não é o caminho a seguir, mas sim que precisamos de novos rostos radicais e de um movimento que possa desafiar a velha estrutura de poder. A velha esquerda no Nepal falhou. Por isso queremos ver e estamos a trabalhar para a criação de uma nova luta de esquerda.

Por fim, de que forma podemos, a partir de Portugal, apoiar a Blackbook e outros movimentos anarquistas e populares de base que continuam a resistir aos novos governos que virão?

BB- Só o facto de nos fazerem estas perguntas e de quererem conhecer-nos já é um grande sentimento de solidariedade para nós. O facto de esta opinião ser publicada aí e de as pessoas conhecerem a nossa luta também é uma grande ajuda. Se os velhos políticos voltarem ao poder aqui, saibam que estaremos nas ruas. Além disso, se no futuro precisarmos de fundos para realizar programas ou ajudar camaradas aqui, não importa quanto, será uma solidariedade internacional. Até lá, viva a revolução, camaradas. Um dia, este inferno capitalista e imperialista entrará em colapso e, aí, formar-se-á a nossa sociedade livre.

Sudão: Isto não é uma guerra civil

Mais do que uma guerra civil, o conflito no Sudão é uma luta pelo poder e pelos recursos naturais, alimentada a partir do exterior e com o objectivo deliberado de impedir qualquer tentativa de auto-organização popular.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Muitas pessoas no Sudão não têm meios para fugir e estão presas no meio da carnificina

Muitas pessoas no Sudão não têm meios para fugir e estão presas no meio da carnificina

Sudão de Omar al-Bashir

Omar al-Bashir chegou a Presidente do Sudão em 1989, no seguimento dum golpe de Estado que ele próprio dirigiu contra o eleito mas impopular primeiro-ministro, Sadiq al-Mahdi. Dirigiu o país com mão de ferro e teve o desaconselhável privilégio de, em 2009, ter sido o primeiro chefe de Estado em funções a ser alvo dum mandado internacional de captura pelo Tribunal Penal Internacional, que o considerou culpado de crimes contra a humanidade, genocídio e crimes de guerra.

O programa de al-Bashir foi sempre o de aprofundar a islamização do país, com um forte discurso anti-ocidente irmanado com políticas do mais moderno capitalismo e um machado na mão contra trabalhadores, colectivos e minorias étnicas (não-árabes). A sua ligação ao Janjaweed, um conjunto de milícias sudanesas árabes comandado pelo general Hemedti, personagem com um longo historial de desumanidades, era também do conhecimento de toda a gente.

A guerra no Darfur e a criação das FAR

Na viragem para o século XXI, fervilhava no Darfur uma já longa tradição de instabilidade e conflitos, sobretudo por causa de tensões étnicas entre árabes e não-árabes e disputas pela posse de terra e água. Em 2003, explodiu um sangrento episódio de limpeza étnica. Para destruir a rebelião das tribos não-árabes da região, Omar al-Bashir deitou mão ao Janjaweed. Com patrocínio governamental, estas milícias levaram a cabo assassinatos e violações em massa, pilhagens, tortura, razias de aldeias e limpeza étnica. Foram responsáveis pela morte de entre 300 e 500 mil pessoas e pela deslocação forçada de outras 2,7 milhões até Outubro de 2006. Em 2013, estas forças foram reorganizadas e rebaptizadas pelo governo sudanês como FAR (Forças de Apoio Rápido).

A queda de al-Bashir

Al-Bashir não trouxe prosperidade ao Sudão e tudo piorou a partir de 2011, quando, ao fim de duas guerras (1955-72 e 1983-2005) entre o governo central e as regiões do sul, o Sudão do Sul se tornou independente, deixando de fornecer divisas estrangeiras provenientes da venda de petróleo. A desvalorização da libra sudanesa, em 2018, provocou um aumento brutal do preço dos produtos importados, uma flutuação selvagem das taxas de câmbio e uma visível falta de dinheiro em circulação. Por essa altura, a inflação rondava os 70%.

> Em resposta ao massacre e às detenções que se lhe seguiram, foi levada a cabo uma greve geral de três dias e houve um apelo para acções de desobediência civil e de resistência não violenta.

No final de 2018, eclodiram protestos em várias cidades sudanesas, por causa, sobretudo, do aumento do custo de vida, mas também pela teimosia com que al-Bashir decidira manter-se no poder, anunciando a sua recandidatura para além do que a Constituição permitia e para além do que ele próprio prometera. Tudo junto e não tardou a que os protestos se transformassem em pedidos de demissão e exigências para a construção de um novo regime de governação. À mobilização nas ruas, o governo respondeu com violência. No campo institucional, uma maior centralização do poder passou a ser a grande prioridade de al-Bashir, que, no dia 22 de Fevereiro de 2019, declarou o estado de emergência, dissolveu o governo nacional e militarizou os regionais.

Mesmo sob a ameaça do «estado de emergência», os protestos massivos voltaram às ruas e houve notícias de soldados a defenderem os manifestantes das garras das forças policiais, uma divisão que culminaria na deposição de Omar al-Bashir, através dum golpe de Estado militar que deu o poder a um Conselho Militar de Transição (CMT).

A «revolução»

Os protestos, organizados e constituídos maioritariamente por mulheres (numa taxa que chegou várias vezes aos 70%), não pararam, exigindo aos militares recém-auto-empossados que dessem lugar a um forma civil de governo de transição, assim como outras reformas no Sudão. Chegou a haver negociações entre actores políticos da oposição civil e os militares do CMT para a formação de um novo governo, mas foram brutalmente terminadas em 3 de Junho de 2019, quando o próprio CMT, as FAR e outras forças de segurança governamentais responderam a uma manifestação assassinando 128 pessoas, violando 70 e deixando um enorme rol de feridos, no que ficou conhecido como o Massacre de Cartum.

Em resposta ao massacre e às detenções que se lhe seguiram, foi levada a cabo uma greve geral de três dias e houve um apelo para acções de desobediência civil e de resistência não violenta até que o CMT entregasse o poder a forças civis. Novas negociações levaram a um plano de transição para um regime civil, com a partilha imediata dos poderes legislativo e executivo entre militares e civis, para além da promessa de investigações ao que se passou depois do golpe de Estado que depôs al-Bashir, nomeadamente ao Massacre de Cartum. Estas negociações deixaram de fora uma parte importante das reivindicações, sendo vistas por alguns sectores da sociedade sudanesa como o sequestro do potencial revolucionário do que estava a acontecer no país.

De facto, para além do nível institucional, para onde toda a discussão sempre parece fugir, o Sudão era um país com uma sociedade bastante activa, cheia de grupos e coligações. Alguns desses grupos locais, que se tinham começado a organizar enquanto rede difusa em 2013, os chamados Comités de Resistência, tiveram um papel decisivo na organização e na mobilização dos protestos dirigidos ao CMT e poderiam ter tido um papel semelhante na futura organização do território.

Os Comités de Resistência

Eram estruturas horizontais, autónomas, em que participavam trabalhadores, desempregados e estudantes, que começaram a ter uma coordenação entre si para acções unificadas e que acabaram por conseguir construir uma rede fluída e descentralizada de activistas. Estes comités bebem de experiências da classe trabalhadora sudanesa dos anos 1990. Durante os protestos de 2019, auto-intitularam-se os «pilares e protectores da Revolução».

Em declarações ao Midlle East Eye, um membro dos Comités de Resistência dizia: «Não temos lideranças, mas antes uma rede ampla e coordenação entre áreas residenciais vizinhas. Cada área tem todo o direito de trabalhar de acordo com as suas próprias

circunstâncias e condições de segurança».

«A autonomia organizacional está profundamente enraizada e é defendida como um princípio desde o início. Qualquer questão é discutida primeiro no nível mais baixo (as diferentes secções de um bairro), depois numa coordenação de bairro e, por fim, no nível mais alto (a coordenação estadual federal). Isso faz com que algumas decisões demorem muito tempo, devido a esse desejo de respeitar uma discussão compartilhada e não reproduzir um sistema em que as "elites políticas" tomam decisões rapidamente, sem consultar a base», dizia uma investigadora da Universidade de Cartum, entrevistada pelo Nouveau Parti Anticapitaliste de França.

A posição dos Comités de Resistência é, hoje, estritamente pacifista e há mesmo a recusa explícita de posicionamento ao lado duma das forças beligerantes. O seu trabalho, em tempos de guerra, é de apoio humanitário, assistência médica, documentação de violações e crimes, juntar e fornecer informações sobre serviços (onde encontrar água, electricidade, pão), cuidar dos desaparecidos e enterrar os mortos, fornecer abrigo ou comida. O seu apelo à autodefesa orienta-se para comportamentos que possam proteger as pessoas da violência de qualquer dos exércitos, permitindo evacuações seguras, por exemplo.

A guerra contra a revolução

Ainda que os jogos institucionais fossem ganhando à organização de base, parte das reivindicações que estiveram na génese da «revolução» foram atendidas ou, pelo menos, abordadas. Coisas tão absurdas como a possibilidade de a polícia bater em mulheres por usarem calças foram abolidas. Também foram abolidas a mutilação genital feminina e a flagelação pública. A apostasia foi descriminalizada e foi levantada a proibição, com 39 anos, de os não-muçulmanos beberem álcool. Houve ainda melhorias na liberdade de imprensa e algum desmantelamento do sistema de vigilância do regime de al-Bashir.

Economicamente, por outro lado, o país não arrancava. A inflação permanecia alta. Havia falta de divisas estrangeiras. A dívida pública tornou-se gigante e os preços não pararam de subir. No dia 25 de Outubro de 2021, o exército sudanês, dirigido pelo general Abdel Fattah al-Burhan, juntamente com Hemedti e as suas FAR, levaram a cabo um golpe de Estado militar e transformaram o Conselho de Soberania (uma espécie de «chefe de Estado» colectivo instituído pelo plano de transição) numa junta militar dirigida por al-Burhan.

O corpo militar era, no entanto, constituído por duas facções que ora eram amigas ora eram rivais, por duas pessoas que vêem o poder como coisa unipessoal. Essa rivalidade inultrapassável acabou por estalar em Abril de 2023, dando origem a uma guerra que se prolonga até hoje. Um conflito a que não se deve chamar guerra civil, uma vez que se trata da contenda entre duas vontades pessoais de poder total. Um combate deste tipo é também uma luta contra qualquer potencial inimigo, ou seja, uma guerra contra o livre pensamento, a livre organização e qualquer ideia que contrarie a do poder centralizado numa pessoa. No fundo, contra as ideias que nortearam a tentativa de «revolução».

No terreno, o conflito envolve sobretudo o governo internacionalmente reconhecido controlado pelas Forças Armadas Sudanesas (FAS), dirigidas pelo general Abdel Fattah al-Burhan, e os paramilitares das FAR, dirigidas pelo general Hemedti. Nenhum dos lados articulou uma visão política clara e não há qualquer ideologia em jogo, qualquer plano para o futuro da região. O que alimenta o conflito é a vontade de posse das riquezas do país, que incluem grandes reservas de ouro, cobre e ferro, petróleo e produção agrícola.

É o ouro, estúpido

Ambas as facções lucram já com as riquezas dos territórios que controlam e com a sobre-exploração a que condenam os trabalhadores. A mineração é feita maioritariamente de forma artesanal, atirando milhares de pessoas para condições desumanas, como acontece com os sudaneses negros escravizados sobretudo pelas FAR. A transformação de Darfur num centro de mineração militarizado permitiu a Hemedti estabelecer um governo paralelo próprio.

O sector aurífero foi, efectivamente, transformado em arma do crime. Tanto as FAS como as FAR assumiram o controlo de minas de ouro e utilizam as receitas para financiar a guerra. Estima-se que entre 80% e 85% do ouro sudanês seja contrabandeado para o exterior, principalmente para os Emirados Árabes Unidos (EAU). Nenhum dos lados tem interesse numa economia não-militar, que, a seus olhos, apenas colocaria em risco o controlo sobre os recursos e as fontes de receita.

O maior desastre humanitário do momento

A cronologia do conflito é complexa, entre avanços e recuos, «ocupações» e «libertações». De cessar-fogo não-cumprido em cessar-fogo não-cumprido. A cada episódio, as mesmas consequências sobre a chamada população civil. As vítimas principais são as mesmas de sempre: as mulheres, violadas quase como ritual, as minorias étnicas e as vozes críticas ou organizadas.

Ambos os lados têm sido acusados de utilizar a fome como arma de guerra, ao atacarem os territórios mais férteis, ao obrigarem os agricultores a fugir e ao prenderem voluntários. Simplesmente porque querem impedir que a comida chegue a territórios controlados pelo inimigo.

Esta guerra entre generais prolonga e amplia a maior crise humanitária dos nossos dias. Mais de metade da população vive em situação de carência. Há 8,9 milhões de pessoas deslocadas internamente e cerca de 4 milhões refugiadas em países vizinhos. A fome tornou-se generalizada e 637 mil pessoas enfrentam uma fome catastrófica. O sistema de saúde ruiu, a escassez de medicamentos é a regra e há epidemias de cólera desde 2024.

> [Os Comités de Resistência] bebem de experiências da classe trabalhadora sudanesa dos anos 1990. Durante os protestos de 2019, auto-intitularam-se os «pilares e protectores da Revolução»

De volta ao Darfur e a um massacre anunciado

Os argumentos de pertença étnica tendem sempre a ver o outro como uma ameaça e, nesse sentido, são sempre potencialmente perigosos. No caso do conflito actual, ser não árabe, no Sudão, representa um risco de vida perante qualquer uma das facções. Se é verdade que as forças da FAR e as suas milícias aliadas têm sido especialmente brutais, as forças militares da FAS estão longe de ter as mãos limpas.

No Darfur, tudo se amplia. De tal forma que, em declarações à sudanesa Radio Dabanga, em Junho de 2023, Mujeebelrahman Yagoub, Comissário Adjunto para os Refugiados no Darfur Ocidental, afirmava que a violência actual era pior do que a Guerra no Darfur em 2003 ou o genocídio ruandês em 1994.

Os avanços e recuos do conflito levaram a uma divisão territorial entre Hemidti e al-Burhan, ficando o primeiro com territórios sob sua jurisdição sobretudo no Darfur. Até Novembro passado, El Fasher era única grande cidade da região que não estava nas mãos das FAR. El Fasher esteve sob cerco mais de 16 meses e, durante esse período, a fome campeava. Após a sua conquista, as FAR lançaram uma campanha de chacina com alvos étnicos e políticos, documentando os seus próprios massacres, as suas execuções sumárias, em vídeos que depois publicaram na internet.

Este era um massacre anunciado. Cada conquista de território tem significado, de ambos os lados mas com especial brutalidade por parte das FAR, violência mortal sobre os combatentes que se rendam e violações e assassinatos em massa sobre as populações. Isto já tinha acontecido antes, nomeadamente em Geneina, no Verão de 2023, onde o cerco também não incluiu qualquer rota segura para civis e onde a violência atingiu níveis impensáveis.

Mais de 500 dias de cerco a uma cidade em situação de fome, documentada por parte de forças que, em situações semelhantes, tinham levado a cabo limpezas étnicas, não chegaram para que a chamada comunidade internacional agisse. Os comunicados de repúdio na sequência da tomada de El Fasher seriam suportáveis se o massacre fosse uma surpresa. Assim, são lágrimas de crocodilo, de quem nada fez para o evitar.

Ambas as facções lucram já com as riquezas dos territórios que controlam e com a sobre-exploração a que condenam os trabalhadores.

A União Europeia poderia, por exemplo, ter pressionado os seus parceiros na região para que fossem mais intervenientes na procura da paz, mas não o fez. O parco número de jornalistas a cobrirem o conflito, o silêncio das notícias do dia relativamente ao Sudão, a dificuldade em definir «bons» e «maus», tudo isto cria uma opinião pública que exija uma posição sobre a maior crise humanitária do momento. Pressionar os EAU, por exemplo, para que deixem de alimentar a guerra pode afastar os investimentos que prometem à Europa. Finalmente, há aliados do ocidente a apoiar as duas partes.

Investir na guerra

A interferência estrangeira no Sudão está, de facto, apenas a prolongar a guerra. Sem o apoio desses outros actores, a guerra já teria chegado ao fim, principalmente por falta de armas e munições. Para além das suas riquezas minerais e agrícolas (de que a goma arábica, um ingrediente alimentar, farmacêutico e cosmético é exemplo, sendo o Sudão o seu maior produtor mundial), o país tem uma geografia que permite a quem o dominar ficar em posição de exercer influência em toda a região do Corno de África, bem como na África Subsaariana.

Os EAU são considerados o interveniente estrangeiro que mais investiu no conflito e o que mais contribui para sua eternização. Apoiam as FAR, que controlam vastas áreas das regiões de mineração de ouro no oeste do país. Para além disso, apoiam esta guerra contra o povo sudanês como parte de uma campanha regional mais ampla contra os movimentos da Primavera Árabe.

Tal como os EAU, a Arábia Saudita está a tentar garantir rotas marítimas e proteger os seus investimentos a longo prazo. Tem apoiado abertamente as FAS sob o comando de al-Burhan. O Irão é também apoiante das FAS e há provas de que lhe fornece drones armados, em busca de influência na região.

A Rússia começou por apoiar as FAR, através do Grupo Wagner, mas, em 2024, mudou a sua aliança para as FAS, em troca de uma base naval no país.

O capitalismo chinês, por seu lado, vê no Sudão um ponto central para a sua Nova Rota da Seda e está interessado nos depósitos de ouro e na localização de Porto Sudão, no Mar Vermelho. A Amnistia Internacional afirma que a China armou ambos os lados do conflito. No entanto, as ligações a al-Burhan são visivelmente mais fortes.

Para Abdel Fattah el-Sisi, presidente egípcio desde 2013, que tem reprimido a dissidência e as liberdades civis no seu território, um Sudão pacífico, livre e não-autocrático não é, de todo, do seu interesse. Para além disso, o Egipto está preocupado principalmente com as implicações do conflito na instabilidade no Rio Nilo. Apesar dum envolvimento limitado (uma vez que depende muito dos apoios financeiros dos EAU), há relatórios que afirmam que tem fornecido armas e treino às FAS.

Solidariedade

A denúncia da inércia do ocidente e a visibilização das atrocidades cometidas são peças fundamentais duma solidariedade internacional possível e desejável. As mobilizações pela Palestina são exemplos dessa solidariedade que podem ser replicados no caso do Sudão. No ano passado, por exemplo, a Vuelta, uma das corridas mais importantes do ciclismo profissional de topo, contou com a oposição de activistas da causa palestiniana, por causa da presença duma equipa que ostentava o nome do Estado de Israel. Nessa altura, a mais ganhadora equipa da actualidade também participava e conseguia passar incólume, apesar de ter o nome do interveniente estrangeiro que mais investiu na guerra do Sudão. A EAU Team Emirates, uma equipa de ciclismo, estará em Portugal, para a Volta ao Algarve, entre 18 e 22 de Fevereiro.

Contra a invisibilidade promovida pelos fazedores de notícias e de militâncias e mesmo não havendo, aparentemente, um lado pelo qual tomar parte, a solidariedade é quase imperativa, perante a magnitude do que se está a passar. E, na verdade, há lados bem definidos. Os lados que sempre se antagonizaram e perante os quais sempre nos soubemos posicionar. O de cima, com dois generais e as suas tropas a atacarem sem escrúpulos o outro, o de baixo. A guerra não é civil: é dos militares contra os civis, usando a retórica da pertença e da superioridade étnico-cultural para deitar mão a riquezas e poder.

As vítimas principais são as mesmas de sempre: as mulheres, violadas quase como ritual, as minorias étnicas e as vozes críticas ou organizadas.

Neste contexto, os apelos que recebemos do movimento anarquista sudanês tocam-nos especialmente. Notícias tristes de companheiros que morreram a defender El Fasher das garras das FAR, juntamente com as de outros jovens voluntários cujo único «crime» foi levar comida para os moradores da cidade. E, lá está, o apelo: «O mundo não deve ficar a observar-nos em silêncio. Os revolucionários em todo o lado devem conhecer os nossos sacrifícios e a nossa luta contra o terror capitalista selvagem, contra a autoridade sangrenta e contra a limpeza étnica sistemática».

Estes anarquistas não pertenciam a nenhuma facção militar antes da guerra e, quando o cerco de El Fasher começou, não tiveram escolha a não ser defenderem-se. Lutaram ao lado das Forças de Autodefesa do Povo, que continuaram os combates na cidade mesmo após a retirada do comando da 6.ª Divisão das FAS.

«Nós no Grupo Anarquista no Sudão perdemos camaradas; alguns dos nossos membros foram feridos e alguns morreram; outros enfrentam o perigo iminente de guerra. As nossas famílias sofrem de fome, falta de remédios e falta de comida. Acreditamos no anarquismo numa terra onde a autoridade está em todos os lados, e lutamos para nos defender, à nossa ideia e à nossa unidade. Hoje precisamos de ti».

O Grupo Anarquista no Sudão foi fundado por estudantes e jovens trabalhadores em 2017. Durante a revolução, ajudou a organizar comités de resistência, assembleias de bairro que coordenavam protestos, greves e apoio mútuo. Depois dos militares retomarem o poder e de a guerra ter começado, muitos membros do grupo foram presos, mortos ou empurrados para a clandestinidade. Outros continuaram o trabalho em segredo: traduzindo e imprimindo textos anarquistas, fazendo educação política através da publicação Al Amal/Hope & Grassroots Organizing[1], administrando cozinhas comunitárias, ajudando famílias deslocadas e apoiando grupos de defesa locais. Com o apoio de redes anarquistas internacionais, incluindo Black Rose/Rosa Negra, o grupo adquiriu uma impressora para produzir material, embora a luta e a repressão constantes tenham limitado o seu uso.

Para eles, esta não é simplesmente uma guerra entre dois generais, mas a destruição violenta da revolução que vinha a partir de baixo, um esmagamento deliberado de qualquer tentativa de auto-organização, autonomia ou poder popular.

Uma campanha de angariação de fundos (aliás, «um esforço de apoio contínuo que facilitará doações recorrentes a organizadores anarquistas sudaneses»)[2] tem o seguinte texto introdutório: «Como internacionalistas, reconhecemos a nossa responsabilidade de apoiar e ampliar a sua luta. A sua organização anti-autoritária, o seu compromisso com a educação política e a sua coragem em promover o poder comunitário reflectem a luta global pela liberdade. As nossas lutas estão interligadas para além das fronteiras e o trabalho no Sudão faz parte do mesmo horizonte de libertação que procuramos em todos os lugares. Num momento em que as pessoas enfrentam guerra, autoritarismo e repressão, estes organizadores estão a levar adiante o trabalho de criar espaços para apoio mútuo, tomada de decisões colectivas e resistência. Os seus esforços lembram-nos que a libertação não pode ser imposta a partir de cima – deve ser construída a partir de baixo, juntos».

NOTAS:

1 #1 (https://libcom.org/article/issue-01) e #2 (https://libcom.org/article/issue-02) disponíveis *online*.

2 https://opencollective.com/support-sudanese-comrades

Uma revolução ignorada no Myanmar

Foto: Frente Internacionalista Antifascista (AIF)

Nas colinas ocidentais do Myanmar, no território do povo Chin, falámos com H, um internacionalista californiano que se juntou à recentemente criada Frente Internacionalista Antifascista (AIF). Antes de se juntar ao povo Chin, H esteve em Rojava, no Curdistão, a participar na revolução que ali acontece há 13 anos. Na AIF, assumiu a responsabilidade pela comissão política do grupo que agora está presente nas linhas da frente, a resistir a mais uma ofensiva da junta militar que tomou o poder em 2021. Falámos com H sobre esta revolução ignorada, sobre internacionalismo e sobre o que isso significa no contexto atual.

JORNAL MAPA

Jornal Mapa – Diferentes revoluções e conflitos têm sido o foco de muitos movimentos de solidariedade internacional em todo o mundo, mas o Myanmar é um dos muitos casos desconhecidos, pelo menos no Ocidente. Para começar, podes dar-nos um panorama geral da revolução e do seu estado atual?

H – Ao longo da sua história, o Myanmar tem sido empurrado para o fundo da atenção internacional. A região encontra-se na periferia da periferia global, encaixada entre as extremidades marginalizadas do nordeste da Índia e as fronteiras remotas do Laos e da Tailândia, partilhando apenas uma fronteira com o Estado chinês que lhe permite receber ocasionalmente a atenção da oligarquia chinesa. Após a segunda Guerra Mundial, a ocupação britânica deu lugar a operações anticomunistas fracassadas da CIA no norte do país, que lutava desesperadamente por um novo regime fantoche que nunca se manifestou. Nos últimos tempos, a atenção voltou-se para o norte do mar de Andaman, principalmente devido à situação política da laureada com o Prémio Nobel, Aung San Suu Kyi, que se encontra presa, e ao lucrativo trauma pornográfico do genocídio dos Rohingya (ver caixa). A atual revolução no Myanmar começou depois do golpe de Estado de 2021, quando os militares birmaneses derrubaram a Liga Nacional pela Democracia. Este é o período de resistência mais intenso e decisivo das últimas décadas, mas a resistência ao exército birmanês existe há séculos. Esta revolução tem, portanto, uma oportunidade sem precedentes de reformular completamente os fundamentos coercivos do Estado, e nela existe uma base para a prática internacionalista.

JM – A AIF é uma organização bastante recente. Podes dizer-nos o que é a AIF, onde se encontra atualmente e quais são as suas perspetivas para o futuro?

H – A Frente Internacionalista Antifascista foi formada pouco antes da batalha para libertar a cidade de Falam, a segunda maior do estado de Chin (ver caixa), em abril deste ano. A iniciativa veio de vários companheiros internacionais em cooperação com os nossos aliados nas colinas Chin para apoiar diretamente os desenvolvimentos revolucionários no Myanmar, também inspirada no paradigma do movimento de liberdade curdo. A AIF opera em várias regiões do Myanmar e os nossos companheiros vão para onde são mais necessários. Desde a fundação, a estrutura tem desempenhado um papel na libertação de Falam, mantendo uma presença militante tanto na linha da frente como nas linhas da retaguarda, ao mesmo tempo que realiza formações para os nossos aliados. O nosso trabalho prático baseia-se no desenvolvimento comunitário e na luta ideológica. Não vemos muito sentido em manusear uma arma sem essa base social e política. Portanto, embora sejamos uma estrutura militar, o nosso trabalho diário não é exclusivamente militar. O nosso trabalho é político, diplomático e social, e o nosso programa é organizado de acordo com isso. Lutamos ao lado dos nossos companheiros de cá por um mundo livre de dominação, não só com as organizações existentes, mas também com as mulheres locais na sua busca pela autonomia e libertação.

> A atual revolução no Myanmar começou depois do golpe de Estado de 2021.

JM – O genocídio na Palestina gerou uma ampla solidariedade internacional em todo o mundo e o internacionalismo parece ter voltado aos movimentos revolucionários de esquerda em todo o mundo. Como internacionalista no Myanmar, o que te motivou a dar esse passo e ir para aí?

H – Eu estava a organizar-me com pessoas da diáspora do Myanmar há algum tempo e os meus companheiros da comunidade encorajaram-me a avançar e a juntar-me à luta aqui. Fazia muito sentido contribuir para a revolução aqui dessa forma. Foi a minha geração, a Geração Z, que iniciou grande parte desta revolução. Os nossos companheiros da Geração Z aqui não perderam tempo em assumir a responsabilidade revolucionária e fizeram-no muito bem. Qualquer internacionalista não deve negligenciar os sacrifícios que os nossos companheiros da Geração Z no Myanmar fazem para alcançar a liberdade. Para os companheiros internacionalistas da Geração Z, há uma urgência global particular que deve ser reconhecida. É sua responsabilidade levar adiante essa chama também, querido companheiro. Outro fator importante e que também influencia a minha decisão de lutar aqui é o investimento profundo e persistente do Estado Israelita na junta militar. O Estado Israelita projetou as armas do exército birmanês, fornece peças para as suas aeronaves e mantém uma parceria económica pouco visível. Embora possa não ser óbvio, esta luta é, sem dúvida, uma importante frente contra o imperialismo israelita na Ásia. No entanto, a nossa presença aqui não precisa ser justificada pela proximidade ou distância do nosso inimigo imediato em relação a Israel. Israel não é o único Estado a cometer genocídio no mundo atualmente.

JM – Devemos também questionar o internacionalismo de movimentos liberais? O foco apenas nos conflitos, movimentos de

Foto: Frente Internacionalista Antifascista (AIF)

resistência, revoluções, etc., que parecem estar a ganhar mais atenção, coloca a questão: o que é a solidariedade internacional? Como é que ela deve ser?

H – A nossa presença aqui é uma defesa imediata contra o oportunismo dos Estados em que nascemos. A disputa pelo controlo das minas de jade da região de Kachin no norte do país, por exemplo, é um conflito em que os Estados Unidos e a China competem entre si, longe dos holofotes globais, enquanto outros lobbies ligados às classes dominantes tentam constantemente extrair recursos do Myanmar, cooperando com a junta militar. A nossa relação com a guerra pretende dissipar a ideia liberal de simplesmente ir ajudar porque as pessoas estão a sofrer e, depois, sentir-se moralmente validado. Não há transação no nosso trabalho aqui. O nosso trabalho prático não é realizado aqui por causa da guerra, mas por causa da necessidade imediata de defesa contra um poder genocida. O Movimento de Liberdade Curdo ensina-nos um conceito importante: o *wextê alozî* (intervalo de caos). Trata-se de um período volátil em qualquer sociedade, no qual existe uma janela de oportunidade limitada para uma mudança revolucionária de grande magnitude. O golpe de 2021 criou este *wextê alozî* para os povos do Myanmar, onde atualmente lutamos, e isto está diretamente ligado à forma como abordamos o internacionalismo. Dentro desse *wextê alozî*, somos guiados pelas necessidades imediatas dos companheiros locais, e não pretendemos inserir-nos num ambiente pré-definido. Navegamos por ele através da adaptação e não da autovalidação. É fundamental ter em conta que a revolução no Myanmar não é um monólito, nenhuma força política tem uma verdadeira hegemonia na revolução, o que significa que esta é amplamente descentralizada. Os nossos camaradas comunistas do Partido Comunista da Birmânia mantêm a sua própria aliança de forças revolucionárias, com o Exército Popular de Libertação Bamar e a Força de Libertação Buffalo Soldier. Mas isso não os impede, nem nos impede, de lutar ao lado de forças mais populistas, como o Governo de Unidade Nacional ou a Organização de Independência Kachin. No Myanmar, a revolução assume a forma de uma frente unida contra a junta fascista, por um futuro em que as comunidades possam determinar a sua própria realidade sem a ameaça de genocídio. Não nos cabe a nós determinar como será esse futuro, mas estamos dispostos a dar as nossas vidas para o defender. Um companheiro curdo das Unidades de Proteção Popular disse, uma vez, durante a defesa da barragem de Tişrîn: «se a PKM [metralhadora PK] não funcionar, a BBC não falará sobre nós, amigos! Vocês precisam entender — se isto não funcionar, ninguém sequer nos reconhecerá. Se isto falhar, a nossa língua desaparecerá. As nossas tradições serão apagadas. Se isto falhar, os nossos cemitérios serão profanados. Se isto falhar, as nossas mães ficarão indefesas. Mas se tivermos isto, teremos tudo. Sem isto, juro-vos — nada restará. Nós próprios não sobreviveremos. Eles vão eliminar-nos um por um».

No Myanmar, a revolução assume a forma de uma frente unida contra a junta fascista.

JM – E o que significa o internacionalismo para o povo Chin?

H – Até à criação da AIF, a maioria dos estrangeiros nas colinas Chin tinha uma relação abertamente transacional ou extrativista com as comunidades locais. Nós viemos aqui sem pedir nada, e isso é algo estranho para uma comunidade que foi submetida a uma mistura de colonização britânica e evangelismo americano. Não invadimos as colinas agindo como se fossemos os donos do lugar. A nossa prática aqui começa por questionar o que podemos fazer como internacionalistas para aprofundar a defesa contra a junta e expandir a ligação com outros companheiros em luta em todo o mundo. Os internacionalistas da AIF têm uma responsabilidade particular em estabelecer pontes de solidariedade com a comunicação que desenvolvemos na frente internacional. Vale a pena notar que essa solidariedade também já foi expressa na revolução, sem a nossa ajuda, de várias maneiras. Os companheiros das Forças de Defesa Nacional Karenni expressaram solidariedade com a revolução em Rojava, por exemplo. As companheiras das Forças de Defesa Nacional Chin, por iniciativa própria, trocaram mensagens de solidariedade com as forças autónomas de mulheres de Rojava. Fundamentalmente, o internacionalismo está na luta pela libertação das mulheres e não existe sem esta. A luta contra 10.000 anos de patriarcado é tão real nas colinas de Chin como em qualquer outro lugar do mundo, desde as subtilezas dos papéis de género estabelecidos dentro da revolução até à violência patriarcal aberta cometida pela junta. Com relações internacionais entre os movimentos de mulheres, existe uma nova semente para a libertação das mulheres florescer. Criámos, por exemplo, um programa para os homens da nossa unidade, para desconstruírem as tendências patriarcais e aplicarem essa desconstrução nas nossas interações com a sociedade. Como prática integral do internacionalismo, pretendemos contestar na nossa vida quotidiana as normas patriarcais legitimadas aqui pelas forças imperialistas, sejam elas provenientes de Yangon, Londres ou Ohio.

O internacionalismo está na luta pela libertação das mulheres e não existe sem esta.

JM – De longe, o que podem fazer outras pessoas para contribuir para a revolução no Myanmar?

H – Organizem-se com as comunidades locais da diáspora do Myanmar e simplesmente incluam o Myanmar na vossa prática internacionalista, seja ela qual for no vosso território. Encorajamos os companheiros a organizarem eventos de solidariedade com o Myanmar e a AIF. Teremos todo o prazer em apoiar esses eventos e participar em sessões de perguntas e respostas. Fiquem atentos às nossas campanhas de angariação de fundos e a mais desenvolvimentos envolvendo a nossa organização, pois estamos a trabalhar para criar mais oportunidades para que companheiros possam trabalhar connosco, tanto para aqueles que estão no estrangeiro como para aqueles que desejam vir para cá. Quem desejar apoiar-nos materialmente de forma imediata, pode fazê-lo através dos seguintes meios: PAYPAL: @AIFMYANMAR, VENMO: @AIFMYANMAR, CASHAPP: $AIFMYANMAR. Por favor, mantenha a secção «nota» em branco ou sem qualquer descrição. Para entrar em contacto com a AIF sobre como aderir à revolução ou apoiar a partir de onde estiver, todos os e-mails podem ser enviados para: AIFMyanmar@protonmail.com. Também podem seguir-nos no Instagram e no YouTube, @AIFMyanmar.

O povo Chin é formado por um conjunto de grupos étnicos indígenas que habitam as montanhas a oeste de Myanmar, no Estado Chin. Falam línguas da família sino-tibetana, são culturalmente ligados aos povos Kuki-Mizo da Índia e diferem da maioria da população por serem maioritariamente cristãos, devido à ação missionária nos séculos XIX e XX. Os Chin têm enfrentado discriminação e perseguição política, especialmente sob regimes militares, levando muitos a migrar ou buscar refúgio noutros países.

Aung San Suu Kyi tornou-se uma figura marcante da luta contra o regime militar birmanês a partir de 1988. Mais tarde, entre 2015 e 2021, no período democrático, foi conselheira de Estado e Ministra dos Negócios Estrangeiros. Durante esse período, silenciou o *apartheid* e o genocídio do povo muçulmano Rohingya, sobretudo concentrado na fronteira a sudoeste, que se arrasta desde os anos 70. Em 2019, Aung San defendeu os militares birmaneses de alegações de genocídio no Tribunal Internacional de Justiça. Cerca de 1 milhão de pessoas Rohingya vivem hoje no maior campo de refugiados do mundo, no Bangladesh.

vozesdedentro.noblogs.org
vozesdedentro@riseup.net
FB: Vozes Do Dentro
Instagram: @vozes_dedentro

A prisão criou-nos

Carta de um companheiro detido num centro de detenção de imigrantes em Portugal.

O nosso trauma só é tão palpável quando o conseguimos comparar com o dos nossos contemporâneos. Quando estamos rodeados de sofrimento, a nossa relação com ele muda e o nosso limiar para a dor aprofunda-se. A submissão à autoridade, obtida pelo medo, sempre esteve na linha da frente desta guerra espiritual, onde a principal munição é a delegação da vontade imposta pela autoridade.

A nossa única defesa contra esta desconfiança armada e esta campanha de paranóia é a certeza da segurança que só nós próprios conseguimos garantir, uma certeza obtida através de consistência consciente, apoio entre pares e expressão ponderada, onde encontramos força na autossuficiência e no cuidado mútuo.

Quando a polícia ouviu a palavra «África» sair da minha boca, vi a sua linguagem corporal mudar. Tal como os cães de Pavlov ao ouvir o sino, vi o «babar» figurativo a escorrer das suas bocas abertas. A Europa tem sido muito difícil. Para onde quer que me vire, sou tratado como se o meu estatuto de imigrante me tornasse automaticamente incompetente: não só pelo sistema mas também por todos os que beneficiaram dessa retórica, sem nunca perceberem ou reconhecerem esses benefícios para além do ocasional «*check* de privilégio».

Apesar de sentir afinidade com quem vivia em dissonância sociopolítica dentro do próprio país, havia sempre uma barreira de compreensão, porque a mentalidade de imigrante não vive essa dissonância por escolha. Vive-a por isolamento sistémico dos meios para conquistar autonomia própria.

Uma coisa que me deu alguma serenidade nas primeiras 48 horas após a detenção, confinado naquela caixa de cimento durante 20 horas de seguida, foi uma inscrição na parede: «A prisão não nos pode quebrar. A prisão criou-nos.» Isto ecoava na minha cabeça enquanto percebia que o meu estatuto irregular na Europa nos últimos dois anos significava que encontrar trabalho, casa, dinheiro, amigues e comunidade era uma luta constante. Sei que todes passam por estas dificuldades em diferentes graus, mas ser rejeitade de uma casa ou trabalho só pela questão do passaporte, ou ser isolade por falta de língua ou afinidade nacional, faz com que, enquanto imigrante, já estivesse bastante limitade, forçade a procurar soluções mais criativas.

O movimento Okupa é um portal para a libertação, ao abordar diretamente os aspetos materiais das nossas lutas. Os movimentos de ocupação pela Europa, especialmente em Portugal e Espanha, surgiram historicamente durante crises de habitação como mecanismo de sobrevivência para quem foi excluído dos sistemas formais de acesso. Finalmente, poder dar abrigo a mim e a outres significava segurança e permitia-me usar o meu conhecimento para colmatar a incompetência presumida que os meus documentos implicavam.

Admiro a Europa por duas coisas: a capacidade de isolar as suas vítimas e culpá-las pela sua luta, e a adesão a uma fachada humanitária. Usando estas duas qualidades, pode-se assumir força na comunidade e engajamento político para legitimar causas humanitárias, desde que se mantenham dentro da narrativa eurocêntrica que pinta os «heróis virtuosos» do mundo como separados dos mesmos poderes imperiais que trouxeram conquista, genocídio, escravatura e extração internacional de recursos sem consequências.

> Para onde quer que me vire, sou tratado como se o meu estatuto de imigrante me tornasse automaticamente incompetente: não só pelo sistema mas também por todos os que beneficiaram dessa retórica.

A lei Okupa é a última a enfrentar forte restrição em solo imperial, pois é claro que, sem meios para uma vida digna e carreira, as pessoas imigrantes podem organizar-se e providenciar autonomamente essas necessidades. Para subverter um sistema de bem-estar social fechado, podemos assumir o controlo das nossas vidas através dos restos de uma civilização dita de primeiro mundo.

No campo de detenção, as outras pessoas acolhiam-se com abraços calorosos, enquanto todes nós estávamos sentades sobre histórias complexas de migração e assimilação falhada. Exercíamos identidades nacionais únicas, ligadas por uma partilhada falta de coerência.

Um amigo, H., era arquiteto no Médio Oriente, veio da Índia para Portugal e trabalhou na Glovo, para enviar dinheiro à esposa e filhes. Enquanto pessoas adolescentes europeias anticapitalistas recuperavam de festas em nome da luta contra a conformidade, o H. entregava-lhes McNuggets. Separava um quarto do salário para impostos e quase metade para enviar para a Índia, para dar uma vida melhor às filhes.

Outro detido, B., da Nigéria, tinha chegado há um mês para trabalhar numa quinta, só para pagar os estudos da filha de 16 anos. Agora, ambos estavam confinados numa caixa, pelo «crime» de existir sem as autorizações certas.

Quando o juiz justificou a minha detenção, disse que, se uma pessoa portuguesa chegasse sem documentos a África, o tratamento pelas autoridades seria muito pior. Isto não tem base histórica. Os portugueses chegaram sem documentos a África e não foram detidos, mas sim conquistaram, cometeram genocídio e institucionalizaram o tráfico de escravos.

A ignorância do imperialista não tem limites, sempre definida por ambivalência moral enraizada na preservação da identidade nacional.

A maior mentira que vi nos círculos ativistas europeus é a ideia de que o fascismo está apenas a «ressurgir». Para algo ressurgir, tem que ter caído. O fascismo nunca caiu. Adapta-se, remodela-se, assume novas caras. Enquanto o povo europeu acreditar que o fascismo pode ser desmantelado pelas instituições que o sustentam, a conformidade será sempre o único caminho permitido à classe trabalhadora, enquanto a dissonância é encenada por uma elite relutante que se faz passar por resistência.

Uma vez mais com estas greves nas prisões quem sofre somos nós.

Carta de uma companheira presa

Nos dias de greve, só saímos 1 hora de manha e outra à tarde. 24 e 25 de dezembro com greves sem visitas, sem lavandaria, sem entrada de comida, nem roupa. Isto é um sem viver. Maltrato psicológico. Vamos ao refeitório em fila indiana e ainda com o comer na boca nos manda para a cela, asfixiamos.

24 de dezembro estamos em greve, o jantar batata dura com uma posta de bacalhau como a palma da mão, ficamos com fome, é uma tristeza o que vivemos aqui e o que passamos, só tristeza, choros, fome, muitas regras, demasiadas. Fazem o que querem com nós. Nós aqui não temos voz de voto.

Quem está atrás das grades é quem sabe o sofrimento que passamos e as pessoas que nos seguem na rua, sabem o que se passa aqui com as presas.

Há tanta gente presa, só entram e saídas nenhuma ou nenhuma. Já não há celas vazias para tantas presas, estamos a ficar dentro de uma lata de sardinhas, que só entram e não saímos, nem nos vamos poder mexer de tantas presas que somos.

Aqui só dor, lágrimas, corações partidos.

Não há atividades para uma pessoa desabafar e libertar um pouco a nossa mente.

Aqui não há nada para reabilitações. Nós aqui somos nós, só nós e uma realidade que não a nossa. Temos de lidar com isto tudo, aqui sofre-se muito.

Estamos mais tristes que nunca porque na época natalícia a prisão está em greve e nós estamos na cela fechadas, só temos uma hora de manha e uma para a tarde, o resto estamos fechadas nas celas com tanto frio que faz aquecimento nas celas.

Todas húmidas, solidão, tristeza, celas frias ferrugentas, portas velhas, quatro muros á nossa volta, só vemos o céu quadrado, noites frias, dor, revolta, mágoas.

A comida não presta, no almoço arroz cru, no jantar arroz mal feito. Só se come arroz todos os dias. É para as vezes que temos massa ou batata. E fome passamos. Isto é uma tristeza sem fim.

Quero mandar desde aqui um grande beijinho para meu marido que está na prisão de paços de ferreira.

Um grande abraço para vozes de dentro. Obrigada por estarem ai connosco.

Força para todas presas e presos. Isto é uma passagem!

Força!

Cantina em dia de Greve Geral

A comer é que a gente se entende

A comensalidade e a cozinha estão no centro das conspirações que se geram à mesa das cantinas que encontramos em espaços alternativos e nas lutas sociais

ANA QUEIJO
ANAQUEIJO@JORNALMAPA.PT
FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

À volta dos tachos e de uma mesa. A comensalidade como acto colectivo de pertença, partilha, conhecimento e aproximação é, desde que o ser humano se reuniu pela primeira vez à volta do fogo, o gesto último e primordial da subversão. Da partilha em conjunto das refeições nascem os mais belos encontros, sonhos e conspirações.

As cantinas de que aqui falamos são essencialmente esses lugares de encontro à volta de um prato no universo de espaços alternativos ou de colectivos politicamente engajados. Quisemos saber o que move estas cozinhas e aquilo que representam para lá de uma refeição. De que se alimentam e o que alimentam estas cantinas?

Fomos ao encontro de esmeradas equipas de cozinha, umas com residência fixa, outras rodando as mesas ao sabor de eventos, lutas ou angariações de fundos. Cantinas que não são restaurantes, antes espaços que contornam as lógicas mercantilizadas do servir à mesa e de produzir alimento, movidas pelo voluntariado de quem compõe a cozinha, sem prejuízo de algumas opções de auto-emprego. E com um ingrediente indispensável no menu que faz mover todas estas iniciativas: muita conversa e aprendizagem. Tudo aquilo que acontece à volta dos tachos, para além da comida.

Um banquete comunal em dia de greve geral

Hora de almoço em dia da greve geral. No passado dia 11 de Dezembro, por volta do meio-dia, as panelas começam a chegar ao Martim Moniz. Feijoada halal e vegetariana foram os pratos principais cozinhados por várias pessoas e colectivos, a que se juntaram quiches e outros petiscos trazidos por outros companheiros. Foram servidas cerca de 250 refeições às muitas pessoas que iriam mais tarde participar nos blocos anarquista e autónomos da manifestação da CGTP e UGT. Outras pessoas da zona juntaram-se para ir buscar comida. Foram também oferecidos 400 brigadeiros ao estilo *fortune cookies*, com frases a rimar com a ocasião. Alguns exemplos: Não queremos o pacote, queremos o pagode. Distopia é real, sabotagem do normal! Munições gulosas, revoluções saborosas!

O mote estava dado. Num dia de luta contra mais uma investida ao já difícil quotidiano de sobrevivência das pessoas, o repasto partilhado e gratuito foi o ponto de partida para muitos dos que aderiram à greve geral. Não é difícil enquadrar a realização de um «banquete comunal» em dia de greve com as razões de ser das cantinas que exploramos neste artigo.

Cantinas Sociais

O que junta estas cantinas pode ser resumido nas palavras de Bicão, há décadas um afamado cozinheiro anarquista de casas okupadas, manjares divinos e espaços associativos: «Foi nestes projectos, nestas cantinas, nestes espaços mais sociais, nestes espaços okupados, que eu percebi que isto é uma dimensão gigantesca, muito além de confeccionar um prato e de podermos comer uma comida saborosa. Toda a magia que se gera quando estás num espaço, sem ser pelas regras habituais, ou as construções hierárquicas, ou os jogos de poder do costume. Quando tu estás num espaço em que isso não existe, quando estás a lidar com uma coisa tão simples e tão importante para a tua vida como a comida, tu podes trabalhar de tudo um pouco. A comunicação, ideias, partilhar toda uma série de coisas. É um espaço único. Estás descontraído e é tudo propício. Tudo adequado para que possam surgir todo o tipo de relações e todo o tipo de entendimentos. Pode levar até a um confronto de discussão, sem nenhuma agressão, sem nenhuma violência, mas para as pessoas perceberem, se conhecerem, se relacionarem e partilharem ideias.» Bicão participa em diversas cantinas, como na Disgraça em dia de eventos (onde esteve activamente envolvido no seu início), na Alternadora, casa okupada em Setúbal, e ultimamente nalgumas «festas electrónicas, do género *free parties*». Recorda que «quando era miúdo nem percebia ainda, mas mais tarde vim a perceber que a comida é mesmo um dos primeiros pilares. Se te preocupas com a comida, vais também ter a mesma visão crítica em relação ao trabalho, à tua vida, às estruturas que te oprimem neste mundo.»

Dessas referências, a cantina vegana da Disgraça tornou-se, desde 2015, num ponto de passagem obrigatório. É actualmente gerida em rotatividade pelos vários colectivos que animam esse centro social anarquista lisboeta na Penha de França.

A relação umbilical estabelecida entre as cantinas e a vida destes centros sociais é de novo confirmada a norte, no Porto, no centro social autogerido A Gralha. Na Travessa Anselmo Braamcamp desde 2019, a cantina «surgiu como forma de sustentar economicamente o projecto político-comunitário da Gralha», diz-nos Sandra R., coordenadora da comissão da cantina. «Algumes de nós vinham do activismo antiespecista, outres de percursos de cozinhas comunitárias autogestionárias».

«A partilha colectiva de algo tão quotidiano como cozinhar e comer cria e fortalece os vínculos comunitários tão necessários nestes tempos de sociedade atomizada. Politicamente podemos dizer que a cantina da Gralha, enquanto experiência baseada no veganismo popular, situada num centro social autogerido transfeminista, nos proporcionou um conjunto de vivências e de aprendizagens que nos trouxeram uma

maior amplitude de territórios de reflexão política referentes à alimentação. Cozinhar e comer podem entender-se como actos performativos que poderão replicar lógicas de hierarquização, regulação e controlo das vidas humanas e não humanas e territórios, [pelo] que desde a autogestão podemos desenvolver propostas liberatórias na alimentação». Simultaneamente «a cantina é também um espaço comunitário disponibilizado para a angariação de fundos para colectivos e para causas políticas afins. Nesse sentido, também vamos tecendo cumplicidades associativas politicamente vitais no nosso contexto local, estando presentes com a cantina noutros contextos fora da Gralha».

Se te preocupas com a comida, vais também ter a mesma visão crítica em relação ao trabalho, à tua vida, às estruturas que te oprimem neste mundo.

Cantina À Mesa na Disgraça e na Sirigaita

Fora de Portas

As cantinas enquanto espaços vitais destes centros sociais revelam-se ferramentas cruciais, prontas a entrar em acção em momentos chave e indo muito para lá das suas portas. Quer a Disgraça, quer a Gralha envolveram-se activamente em redes de apoio mútuo e de distribuição de comida por altura da pandemia do Covid 19, em 2020. Uma rede de cantinas solidárias surgiu então à volta destes espaços e noutros, como o Espaço Provisório, o RDA (Associação Recreativa dos Anjos), ou a Zona Franca dos Anjos, em Lisboa e, no Barreiro, a Cooperativa Mula. Mais recentemente, a Disgraça pôs a sua cozinha ao serviço da Cozinha Migrante dos Anjos, uma iniciativa que serviu milhares de refeições às centenas de migrantes que acampavam, em 2024, junto à Igreja dos Anjos, ao lado da AIMA (Agência para a Integração Migrações e Asilo), em busca de uma solução para as suas situações.

Após o fecho de várias cantinas depois da pandemia, um grupo de pessoas em Lisboa sentiu a necessidade de «retomar um bocado a prática de ter uma cantina entre colectivos». Fruto de assembleias de bairro que se chamavam "A Mesa" e de umas Jornadas em 2022 no Liceu Camões «sobre as questões da alimentação que juntaram as cooperativas ligadas à alimentação do bairro de Arroios, algumas hortas próximas de Arroios, a Cooperativa Integral Rizoma, algumas cantinas, como o Espaço Provisório, a RAM (Rede de Apoio Mútuo)», veio a ser criada a cantina À Mesa! Como se lê no seu manifesto, À Mesa! convida a sentar à volta de uma refeição quem «tem fome de contrariar activamente o resultado dramático do aumento do custo de vida e da falência de um sistema desigual de distribuição de alimentos na cidade.» Em novembro de 2022 puseram as mãos na massa pela primeira vez: «foi uma cantina de urgência, de apoio à ocupação estudantil das Escolas Secundárias António Arroio e Camões. E a primeira cantina oficial À Mesa! foi em Janeiro de 2023 no RDA. Foi o primeiro *crumble* de muitos! *Crumble* de pêra!».

À Mesa! é deliberadamente itinerante. «O facto de estarmos sempre em sítios diferentes, a cozinhar em sítios diferentes, com pessoas diferentes, contextos diferentes, é sempre um exercício de adaptação e isso é giro. Também é giro porque acabamos por mapear a cidade e conhecer as diferentes colectividades e sítios que ainda resistem. Já não são muitos, cada vez temos tido mais dificuldade em encontrar sítios diferentes. Adaptamo-nos tecnicamente com a forma de cozinhar e com o material que temos e as instalações, e com as pessoas com quem temos que lidar, que não são as mesmas quando é com colectivos militantes ou pessoal dos bairros… não é a mesma forma de interagir. E também a própria natureza dos encontros, porque promovemos sempre uma conversa ou um filme ou algo, um tópico para debate, a Palestina, os cuidados lá na [cooperativa] Mula do Barreiro, ou as conversas sobre as cantinas no RDA».

«Quando vemos os diferentes tipos de cantinas que conhecemos cá em Lisboa, todas são complementares, todas são necessárias, por razões diferentes. Acho que a nossa tem essa cena de ser itinerante, de ser só uma vez por mês, de ser completamente sem auto-emprego. Por exemplo, a cantina RAM também não é auto-emprego, mas fazem todos os Sábados, no mesmo sítio, com um público que está aí à espera e com necessidades. Nós nunca estamos à frente desse tipo de público. Se essas pessoas quiserem, claro que podem vir porque o preço é livre, estamos abertos a isso, mas não temos o mesmo tipo de público».

A cantina RAM na Quinta do Ferro «surgiu a partir das assembleias da RAM que se formaram em 2016. A RAM surge como uma proposta de ser um «sindicato primitivo», uma ferramenta para que trabalhadores precários, a recibos verdes ou sem contratos e imigrantes possam recorrer em caso de conflitos laborais ou recusa de pagamento. A nossa dinâmica era organizar assembleias onde as pessoas trariam casos, e a partir daí pensaríamos soluções colectivas. Funcionamos dessa forma até à pandemia, quando tudo mudou. Na época da pandemia nos envolvemos com as cantinas solidárias que existiam na cidade. Quando houve a abertura, tivemos dificuldade de ter participação das pessoas nas assembleias. Pensámos: que outras formas de apoio mútuo poderíamos exercer para criar uma base social para a nossa actuação? Foi daí que veio o projecto de fazermos uma cantina semanal. Conversámos com nossos parceiros do Espaço Provisório para fazermos lá, já que era ao ar livre e ficava no coração da Quinta do Ferro, uma comunidade autoconstruída que estava sob ameaça de despejo já há alguns anos. Eles aceitaram, e começámos. E agora já se passaram três anos e meio que fazemos almoços grátis, todos os Sábados».

Cantinas Estudantis

Com vontade de «criar um movimento disruptivo» na Escola Superior de Artes e Design de Caldas da Rainha (ESAD.CR) nasceu, em 2025, a Cantina Estudantil ESAD.CR inspirada «nas cantinas espontâneas nos movimentos do Fim ao Fóssil», ou na Cantina Popular da FCSH (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Depois de terem resumido a experiência do primeiro ano lectivo numa fanzine, o colectivo afirma estarem «focades (ainda que cansades) em dedicar o nosso tempo às Cantinas bimensais e à criação destes espaços de discussão, bem como qualquer tipo de malandragens que desestabilizem o ambiente estéril e distante que nos é imposto, em prejuízo da comunidade da escola.»

É preciso agir e não só deixar a marinar, e a comida é mesmo um excelente cavalo de Troia.

«Ser estudante e desempenhar projectos ao mesmo tempo (mais trabalho para algumes) é complicado, mas acaba por ser um método de sobrevivência: precisamos destas coisas, precisamos destes espaços. A direcção tem dificuldade em lidar com estudantes que queiram reivindicar melhores condições, quanto mais a agir sobre. É fácil organizar e ocupar um espaço para oferecer uma alternativa ao que te é imposto e é mesmo muito mais fácil trabalhando com grupos de afinidade. É preciso agir e não só deixar a marinar, e a comida é mesmo um excelente cavalo de Troia». A comida «preenche silêncios, sugere assuntos». A cada encontro está subjacente uma reivindicação como sejam o acesso a refeições acessíveis, ao refeitório pós-laboral, a espaços e infraestruturas, a material específico do ensino artístico ou problemas a nível nacional como a propina, o alojamento ou «encontrar trabalho na nossa área».

«As cantinas servem sempre como momentos de comunhão, seja por

Espaço do Provisório, na Quinta do Ferro, utilizado pelas cantinas da RAM (Rede de Apoio Mútuo) e da À MESA!

frequentadores habituais ou quem se junta espontaneamente e é sempre um pretexto interessante para constatar e celebrar o que nos traz a força comunitária e estudantil quando organizada.» A cada refeição «há uma recolha de informação muito visível através daquilo que são os nossos objectos de mediação: pequenos *flyers* arquitectados conforme o tema de cada Cantina que procuram recolher informação, fazer perguntas, desafiar perspectivas e deixar espaço para contributos. Os dados recolhidos são relevantes para efeitos estatísticos e recolha de testemunhos que podemos, noutro patamar, formalizar para apresentar à direcção», a qual acontece por vezes passarem com «alguma conversa apreciativo-condescentente».

Vão acontecendo partilhas que fortalecem o nosso fazer colectivo, comunitária e politicamente, bem como facilitam um território emancipador de troca de saberes e de vivências.

A Cantina #5, já no presente ano lectivo, contou com cerca de 70 pessoas em horário pós-laboral e foi subordinada ao mote "Vem-te Portar Mal à Mesa: Quem Se Senta na Cadeira do Poder?". O tema «partiu de uma Reunião Geral de Alunes em que, ouvindo as preocupações des estudantes, achámos pertinente explorar em conjunto as hierarquias da coordenação da Escola e do Politécnico - a que órgão cabe cada função - para aprendermos como reclamar as nossas reivindicações burocraticamente e não-burocraticamente». A «banca de limonada que esteve instalada no átrio da escola a divulgar a acção durante o dia (e a distribuir, lá está, uma simpática limonada) que teve adesão especialmente de colegas recém-chegades ao primeiro ano, curioses sobre este projecto e características dos vínculos anarquistas como a sua abertura e horizontalidade» acabou por ser «levada por uma carrinha de saneamento da Câmara Municipal, a mando da direcção da ESAD.CR».

Pôr as mãos na massa

Na Cantina À Mesa! que teve lugar no Bairro Horizonte «a parte mais engraçada foi a forma como as pessoas do bairro se juntaram à parte da confecção e vieram fazer massa fresca. E foi uma coisa mesmo partilhada. Acho que foi muito giro. Normalmente reunimos primeiro com os colectivos que nos convidam ou com quem queremos fazer uma cantina. E nessa reunião na Associação de Moradores do Bairro Horizonte entra um jovem miúdo lá do bairro e pergunta:

"- Vocês estão aqui para quê?

- Vamos cozinhar. Também vais cozinhar connosco?

- Vamos cozinhar o quê?

- Massa.

- Eu sei fazer massa. É só abrir o pacote.

- Mas esta não vai ser assim."

E realmente essa cena de fazer a massa do início ainda é melhor. Ainda sabe melhor!»

Rafeiro, cozinheiro de célebres iguarias que em Lisboa passou pelo RDA, a Disgraça e a Zona Franca, actualmente em auto-emprego na Cooperativa Mula do Barreiro, destaca como nas cantinas sociais há um verdadeiro trabalho de «gestão para o pessoal se organizar e trabalhar sem patrão. A cena de trabalhar sem precisar de alguém que faça uma chefia. É todo um processo de organização, tem de haver reuniões para se decidir tudo, as tarefas de cada um, o que se vai fazer, como se vai organizar.»

Nestas cantinas a ausência de *chefs* e especialistas faz parte da receita. Como descreve Bicão, «atrás da cozinha é engraçado, porque tens imensa gente que vai ajudar» com «todo o gosto de estar ali a partilhar o momento». No funcionamento de uma cantina «muito mais facilmente as pessoas conseguem descobrir o que é que querem fazer e aplicam-se com outra energia».

Numa mistura entre conhecimento e uma mecanização dentro da cozinha, uma cantina ganha estrutura «para não ser penoso demais para ninguém, e chegar também com alguma rapidez ao objectivo», ainda que, ressalva Bicão, não se guiando «pelas perspectivas do capital, que é ser muito rápido, ter tudo prontinho, ter tudo igual. Aliás, sempre optámos por outras coisas. Se fosse preciso demorar mais tempo, ou que a comida fosse diferente em cada prato, ou seja, pensando numa perspectiva que o sistema não pensa».

Cantina Estudantil nas Caldas da Rainha

No Porto a cantina «organiza-se na Gralha sob a forma de comissão, tal como as outras valências da Gralha (biblioteca, loja livre…) e geralmente são pessoas da assembleia gestionária da Gralha que, voluntariamente, asseguram o funcionamento regular da mesma» junto com «outras pessoas e colectivos de uma forma mais pontual». Em Lisboa, a RAM procura reunir mensalmente, mas «na prática o grupo que gere a cantina já tem uma organicidade própria, dividindo entre si quem fica responsável por cada fim-de-semana. Sempre temos pessoas que aparecem para ajudar, então raramente fica pesado. Hoje, os próprios frequentadores da cantina são quem a faz. E, para financiar, contamos com doações eventuais de pessoas que frequentam e acreditam no projecto e *benefits*, que organizamos consoante a necessidade».

Já a cantina da À Mesa! reúne uma vez por mês e as pessoas são «convidadas, através de uma *newsletter* ou de uma *mailing-list*, a juntarem-se a nós na reunião ou no dia da cantina. Há um grupo inicial desde a primeira cantina, mas que tem vindo a crescer. E depois há sempre pessoas que aparecem espontaneamente, às vezes as pessoas trazem amigas». O breve manifesto da cantina resulta numa «introdução a como é que nós nos comportamos à volta dos tachos, enquanto estamos a cozinhar, a parte dos cuidados mútuos também é importante, a parte das hierarquias que não existem…».

Nas Caldas da Rainha «a distribuição de tarefas é arquitectada durante a semana anterior numa tabela digital partilhada, onde cada pessoa encaixa o seu nome nas funções e horários que melhor se enquadram nas suas vontades e disponibilidades, mas nem sempre há grande rigor no seu cumprimento. Acima de tudo, existe sempre atenção para sobrecargas, preocupação em incentivar rotação e muita vontade de ajudar». O manual (manifesto) orientador elaborado em conjunto permitiu alargar o grupo inicial, esbatendo «a inicial preocupação de que as pessoas se tornariam insubstituíveis. Fomos sempre tentando criar os suportes necessários para ela se autogerir - que necessitaram, claro, de afinação, houve períodos de sobrecargas, desmoralização, mas vai indo ao sítio». No final «há cantinas mais tranquilas e algumas mais agitadas, mas pode-se dizer que é bastante transversal um ambiente acolhedor, produtivo e gratificante de fazer as coisas acontecer, conviver, lidar com problemas e arranjar soluções».

Aprendizagem

O esbater de papéis e hierarquias na cozinha desafia quem é mais experiente. Tal como Bicão nos diz, a certa altura deu-se conta de que «chegava a uma cozinha e visualizava tudo o que era preciso fazer desde o primeiro passo até ao final» e facilmente lhe saía «aquela coisa do "eh pá, toma atenção a isto, olha aquilo"». «Percebi que realmente isto não faz sentido», sobretudo sendo estas cozinhas espaços de resistência. «Uma coisa é estar na minha casa a cozinhar com as minhas coisas, outra coisa é estar numa cozinha social. É importante que te conheças bem a ti próprio, como pessoa».

Também a cantina das Caldas confessa que a «horizontalidade é complicada,

mas uma "hierarquia" de responsabilidades pode ser rotativa. É, ainda assim, difícil elucidar às pessoas que têm de fazer pausas e deixar outras aprenderem, tal como é mais fácil assumir sempre as mesmas funções que ensinar novas pessoas, mas vale a pena fazê-lo e é gratificante quando funciona».

O balcão aberto entre a cozinha e os espaços em redor, longe do conceito das cozinhas abertas ao «espectáculo» gastronómico, são inerentes à natureza orgânica destas cantinas. Na Gralha a cozinha foi montada «de forma a haver um contacto directo com o resto do espaço, facilitando a interacção entre as pessoas que cozinham e as pessoas que o povoam. Desta forma vão acontecendo partilhas que fortalecem o nosso fazer colectivo, comunitária e politicamente, bem como facilitam um território emancipador de troca de saberes e de vivências».

As dinâmicas de uma cantina jogam um papel central na consolidação dos colectivos que as animam e entre os comensais activistas que povoam as mesas. «Quem come habitualmente na Gralha são as pessoas que fazem dela um espaço comunitário, são, geralmente, pessoas envolvidas politicamente com os movimentos sociais, grande parte delas migrantes. Dinâmicas muito positivas de fortalecimento de vínculos afectivos e políticos. As pessoas doam-nos frutas e vegetais das suas hortas, trocamos receitas e técnicas, aprendemos colectivamente sobre diferentes culturas culinárias, fazemos aniversários das pessoas da nossa comunidade, depois do jantar convivemos e congeminamos contra o sistema».

Na itinerância da Cantina À Mesa! «para além das aprendizagens que nós fizemos nestes sítios» há lugar a «um lado bem importante que é a aprendizagem que nós fazemos umas com as outras. A maneira como estes momentos de cozinhar também são um momento de partilha e de aprendizagens. E não só na cozinha. A aprendizagem comum é uma parte muito importante deste colectivo».

Bicão observa nas cantinas «jogos de poder, idades diferentes, certas hierarquias, e certos papéis de género a serem desconstruídos e quebrados de uma maneira muito fácil. É muito interessante. É um sítio de experimentação, nesse sentido, que é realmente incrível, porque não só na preparação, ou seja, não só no ir buscar os alimentos, arranjá-los, até à confecção, prepará-los, armazená-los, cozinhá-los e servi-los, são várias etapas. Ao fim e ao cabo, tu chegas e trazes uma refeição, depois de todas as etapas que fizeste, o pessoal fica extasiado ou adora a refeição. Num ambiente em que é possível estares a falar com as pessoas, ver o que vão comer, partilhares com elas o que é que elas sentem, o que é que se passou na cozinha. Tudo isso implica que se consegue construir uma coisa incrível, esses espaços de resistência». «Não estou a dizer grande novidade, mas, de facto, desde a antiguidade, à mesa e à volta da alimentação e do comer, há um convívio que engendra conspiração, que engendra descobrir novas ideias, abrir o horizonte».

«Antigamente eu sentia que era fácil isto acontecer em várias áreas, se fôssemos para a rua fazer uma manifestação, ou fazer uma leitura num sítio. Hoje em dia, sinto que é muito complicado porque há muita gente separada umas das outras. E a cozinha continua a ser, por excelência, o sítio onde estas coisas acontecem sem essas estruturas opressoras. É realmente incrível, nesse sentido de formação.» «É muito fácil gerar ali um momento de calor em que nos entendemos, em que estamos ligadas, porque a comida também faz parte da nossa vida. E a coisa essencial, que continua a ser imprescindível em qualquer momento, seja na alimentação ou em qualquer assunto, é sempre a comunicação.»

Sair das bolhas

«Acho que as coisas mais fixes que aconteceram foi quando saímos um bocadinho da bolha dos sítios de Arroios», confessa a cantina À Mesa!. «Quando fomos para a Horta do Regador e tivemos de discutir com aquelas senhoras sobre as favas. Elas achavam injusto ser donativo livre. Porque uma ia pagar "X" e a outra ia pagar menos. E como é que pela mesma coisa uma pagava uma coisa e a outra pagava outra?» «Depois, no bairro da Bela Flor, a discussão do vegetariano e do não vegetariano. Quase que fingimos que aquela lasanha era de carne. E na Bela Flor também houve aquela coisa muito engraçada que foi o pessoal lá do bairro ter contribuído para o almoço: fizeram um bolo de bolacha e picles. Também trouxeram a própria ideia deles de contributo para o almoço. E um concerto espontâneo de um vizinho, de acordeão. Foi bonito».

Na Cantina da RAM «temos um público fixo de moradores da Quinta do Ferro. Foi preciso muita perseverança, para deixarmos de sermos vistos como bichos exóticos e começarmos a compor a paisagem do bairro. Agora, as pessoas mais idosas da Quinta vão e participam, e acabam de certa forma por ser a alma da cantina. Depois temos um grupo considerável de pessoas sem-abrigo, que começaram a ir desde o início e que agora estão bastante integrados. Alguns que estão mesmo na rua e outros que estão num albergue da cidade. Participam bastante, tanto na cozinha quanto nas assembleias. Temos também pessoas migrantes em busca de lugares para se integrar, socializar. O facto de que a maioria das pessoas que impulsionam a cantina serem pessoas migrantes faz da cantina um lugar especialmente confortável e acolhedor para quem está passando pelo desafio da migração nesta terra hostil. Por último, pessoas da fauna activista de Lisboa, integrados em movimentos ou okupas. Acaba sendo um espaço bem diverso».

> Desde a antiguidade, à mesa e à volta da alimentação e do comer, há um convívio que engendra conspiração, que engendra descobrir novas ideias, abrir o horizonte.

A cantina da RAM sublinha nesse sentido «o contacto e diálogo com os sectores mais vulneráveis da sociedade que tem na cantina um espaço importante de sociabilidade. As conversas e sociabilidades que surgem ao redor das refeições são incríveis. Mantemos os materiais de propaganda da RAM, assim como faixas de protesto decorando o ambiente, mas é realmente nas conversas que vemos a mudança acontecer. Por exemplo, foi na cantina que tivemos a noção de quão difundidos estão os discursos da extrema-direita. Até mesmo os sectores mais injustiçados da sociedade reproduzem discursos meritocráticos, sem falar de racismo e xenofobia. Trabalhando com a população em situação de rua, tivemos em diversos momentos de intervir em situações onde se reproduziam práticas racistas e xenófobas. Tivemos de intervir, fazer um trabalho. É muito doido ver pessoas em situação de sem-abrigo ostentando discursos contra os

"subsídio-dependentes", ou então dizendo que cada um tem o que merece, etc. Claro, quando engajávamos nesse diálogo e perguntávamos "ok, então isso também se aplica a você?" o discurso mudava. "Ah não, eu sou uma situação particular, por que isso ou aquilo, o problema são os outros". Pois é, todo mundo tem uma situação particular, todas as tragédias biográficas são ao mesmo tempo pessoais e colectivas, são estruturais. Vimos como aos poucos o discurso foi mudando, as pessoas foram entendendo, tendo acesso a discursos contraditórios e pensando com isso. No final, a prática da cozinha comunitária acabou sendo um exemplo vivo de que as coisas podem ser diferentes, de que o discurso fascista é completamente falso, e de que a solidariedade e o apoio mútuo são ferramentas mais poderosas que a competição».

Cozinha do Centro Social Anarquista Disgraça, utilizada por vários coletivos e cantinas.

A cozinha comunitária acabou sendo um exemplo vivo de que as coisas podem ser diferentes, de que o discurso fascista é completamente falso, e de que a solidariedade e o apoio mútuo são ferramentas mais poderosas que a competição.

Este posicionamento cruza-se com o testemunho da Gralha que considera como «contributos essenciais para as políticas do que é hoje a nossa cantina, o contacto com os movimentos de soberania alimentar e do veganismo popular, um posicionamento ético-político originário do Brasil que sustenta que a libertação dos animais só pode ocorrer em articulação com a libertação humana das suas opressões transversais». Por essas razões, as cantinas aqui abordadas são de base todas elas vegetarianas ou veganas, procurando atender ao desperdício, como a cantina À Mesa! que cozinha «em função das estações. E também temos o apoio da cooperativa Fruta Feia. Normalmente recebemos a lista de ingredientes disponíveis e adaptamos a partir daí».

Por outro lado, a continuidade e persistência destas cantinas permitiu ainda enveredar por situações de auto-emprego, caso da cantina do Kaldeirão atualmente no RDA, ou da cantina da cooperativa Mula. Neste último espaço no Barreiro, conta-nos Rafeiro, existem «pelo menos, três pessoas a cozinhar. Temos almoços e jantares durante a semana. E agora ao jantar também temos entregas, porque a Mula fica um bocado afastada do centro. Fazemos o circuito do Barreiro, na periferia do Barreiro, Alhos Vedros, Vale da Amoreira». Na Mula aquando da «pandemia criou-se uma cantina solidária, para distribuir comida para as pessoas que estavam sem possibilidades. Aí também surgiu a necessidade de haver um espaço para cozinhar e para as pessoas terem o seu rendimento». Há ainda uma padaria e, uma vez por mês, a «pizza domingueira», para ajudar a pagar as despesas da compra do espaço da Mula, em que participam voluntariamente os membros da cooperativa.

Para Bicão, a possibilidade do auto-emprego é importante «entre o que se faz literalmente 100% alternativo, debaixo da mesa e o que se faz totalmente comercial. Porque antigamente era 8 ou 80. Ou tu fazias uma coisa social, ou só havia algo extremamente hierarquizado, só de fazer dinheiro ou padronizado». Sem deixar de considerar «que os modelos sociais são muito mais interessantes», percebe que em ambas as situações há uma preocupação que não pode ser descurada. «Se começa a haver umas cantinas sociais, ou seja, mais populares, onde cada vez mais malta aparece, às vezes acontece aquela coisa que é serem gentrificadas, não é? Por exemplo, aqueles gajos da *Time Out* andarem atrás destes sítios lá em Lisboa, como quando tentaram ir à Disgraça e quiseram fazer entrevistas, que nós não aceitámos. A nós não nos interessa, muito longe disso. Tens de ter aquele cuidado de não te deixar levar e chegar a outros pontos. De repente já ter um sítio todo *gourmet*. O importante será aqui aquela desconstrução, ou seja, a relação entre as pessoas, a desconstrução de coisas hierárquicas, tudo o que a sociedade nos impõe e que nos obriga a fazer de um espaço em que isso seja desconstruído. Eu acho que não é muito difícil, não é impossível».

Desindustrializar a comida

E na base está sempre o alimento. «Porque eu adoro comer!», diz-nos Bicão, e com isso comecei a perceber o que é que se passava com a indústria, com o uso dos animais na alimentação, com as relações que havia com a alimentação», como «a partir da comodidade e do conforto, começa-se a industrializar a comida, a ter as refeições prontas». Isso contrariando o «processo grande e interessante dentro das cozinhas, de ir buscar comida, armazenar, acondicionar, tratar da comida, em que as pessoas estavam entre elas. E, de repente, temos a indústria que encurta isto, quase como se quisesse tomar o papel da cozinha em si sem nunca chegar a assumi-lo, mas encurtando este espaço entre o consumidor e o produto final. Perdemos este processo pelo meio que é importantíssimo. As ideias de comer, as práticas de comer, a relação com a comida».

«Portanto, para nós sempre foi uma preocupação desconstruir o que nos ensinavam sobre como comíamos e tentar descobrir outro modo». E a indústria toma aqui uma outra vertente e, de repente, são eles também a dizer o que é saudável ou como se consome e na mesma a processar uma série de alimentos que perdem o seu cariz energético, perdem o seu valor e não faz sentido. Era toda uma coisa que nós queríamos combater e a isto aliávamos outras coisas, como o desperdício, porque olhávamos para a nossa sociedade a nível dos supermercados, ou dos restaurantes, estruturas que trabalham para a alimentação. O desperdício é tão grande, nem temos noção, nem é possível saber. Uma das coisas foi tentar usar parte do desperdício deixado por esta sociedade. Recriar, em relação à indústria que nos dava o veganismo e todos os produtos, tentar recriar um verdadeiro vegetarianismo e veganismo».

Vai comer lá a casa

Em Coimbra, as cozinhas das Repúblicas não se apelidam de «cantinas». Quem lá vai comer, não sendo morador ou comensal, é alguém que «vai comer lá a casa». Só tem de conhecer alguém, ser curioso ou querer entrar. Nas 24 Repúblicas que hoje resistem, cada uma com o seu próprio sentido e organização, há uma coisa quase horizontal a todas: refeições partilhadas, principalmente à hora do jantar.

Nestas casas estudantis há duas formas de participar: sendo um morador ou um comensal. A figura do comensal difere de casa para casa. Sara, a tirar mestrado em Antropologia na FCSH, participou, desde os 17 anos, na Pra-Kys-Tão e conta-nos a sua experiência. Aqui «comensal é uma pessoa que tem a chave de casa e contamos com ela para todas as refeições». «A comensalidade é um projecto, é uma forma de habitar as Repúblicas» e resulta numa «forma de o colectivo te conhecer e de tu conheceres o colectivo», sendo que «a participação numa República acontece através de processos fluidos de amizade».

Ao mesmo tempo, «é do nosso interesse criar continuidade. Queremos que novas pessoas conheçam o projecto, que novas pessoas participem nele, e que novas pessoas continuem a alimentar este sentido colectivo e esta memória colectiva do que é esta casa, o que é que esta casa representa, e continuem a contribuir. Ou seja, criar este tipo de iniciativas na cidade. Então, esta coisa de convidar pessoas para jantar, é uma coisa super natural. Aliás, as Repúblicas são casas de porta aberta».

«Então, dependendo do número de pessoas que são membros, contando com moradores e comensais, faz-se uma expectativa de quantas vezes é que as pessoas estarão a cozinhar durante a semana. Tipo, em sete dias da semana, um dia por semana tu cozinhavas para todas as pessoas. Incluindo amigos, convidados, normalmente fazemos sempre um bocadinho de comida extra. Pontualmente, também participamos em eventos que envolvem almoços ou jantares abertos à comunidade e organizamo-nos com outros colectivos da cidade. Por exemplo, durante o Cria'ctividade, uma programação cultural de integração alternativa à praxe, que organizamos há 12 anos, de forma contínua, em Setembro, na inauguração da programação há sempre um jantar comunitário gratuito, na Rua da Matemática, vegetariano ou vegano, para quem quiser. E isso funciona porque cada República prepara comida para 10 e leva. Se formos 10 Repúblicas temos comida para cento e tal pessoas. Isso acaba por acontecer de forma natural».

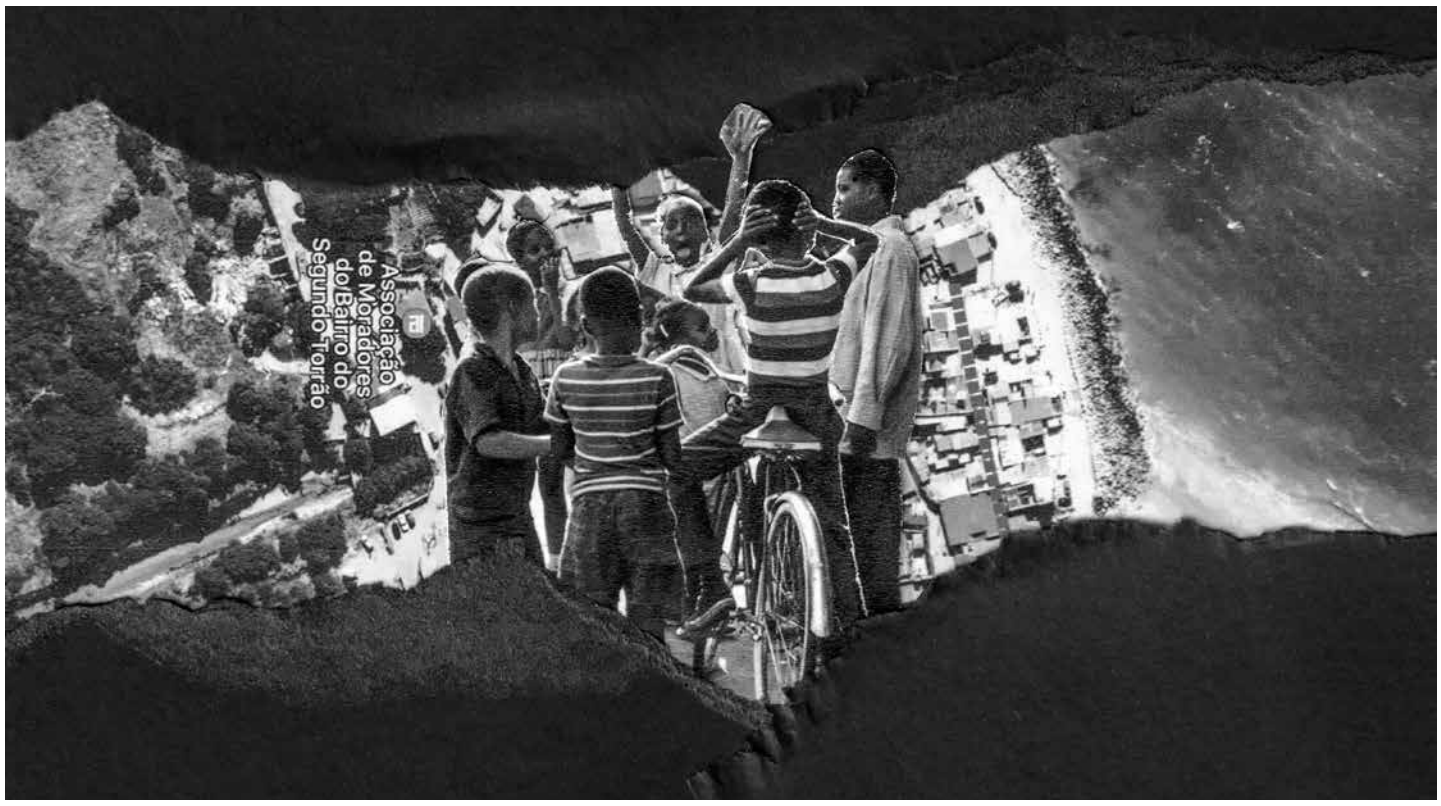
E no primeiro dia de Primavera: «um concurso de feijoadas. A vizinhança, as pessoas mais velhinhas ali da Alta, são convidadas para serem júris numa competição de feijoadas. Cada República tenta fazer a melhor feijoada e, no final, há um banquete em que todas as pessoas são convidadas para participar e ir comer».

No dia a dia, o «jantar é sempre um momento onde se come muito bem, é um ponto de encontro e também uma coisa que motiva as pessoas a querer fazer parte do colectivo.» E «não existe uma expectativa que alguém tenha de pagar para vir comer connosco. Isso é um pensamento que não faz parte do imaginário de comer numa República e que é uma coisa que muitas vezes é difícil de se fazer perceber, vai contra toda a lógica. Para muitas pessoas é um conceito completamente estranho».

«Ou seja, as Repúblicas são espaços onde tu vens comer a casa de uma pessoa» e como tal «espera-se que as pessoas tenham sentido de responsabilidade e autonomia, vontade de construir o bem estar da casa de forma colectiva, participando nas acções necessárias para que esta dinâmica funcione – cozinhando, limpando e apoiando no cuidado geral do espaço.» Daí que «a continuidade da casa passe por seres uma pessoa atenta às necessidades do colectivo, às necessidades da casa, participar e te envolveres nas medidas das tuas capacidades e deixares o lugar melhor do que encontraste». E é importante «ter novas gerações de pessoas a ter outros jantares, onde se discute política, onde se discute a sério, onde há conversas que podem ir em todas as direções. Onde há coerências e incoerências, onde se apontam hipocrisias, onde os paradoxos são super evidentes, como em qualquer outro coletivo. E a mesa é um sítio de pensamento, é um sítio de luta e é principalmente um sítio de imaginação».

Quem tem medo da Almada colonial?

Descobri a Almada de que tanto gosto há cerca de uma década, pela Trafaria, na boca do Estuário do Tejo, entre a terra e o mar. Os pescadores e gentes que ali vivem, a boa gastronomia e a natureza, da praia à mata, conquistaram-me e falaram às minhas raízes. Hoje vivo na Cova da Piedade, também lugar de gente lutadora. Tenho muito orgulho em ser Almadense e é por gostar tanto desta terra que quero partilhar o que vi – a Almada colonial que precisamos combater.



JOÃO CÃO
CAO.JOAO@GMAIL.COM
IMAGEM GRAÇA SANTOS (DESCOLAGEM.PT)

A Almada colonial é uma visão, uma imaginação de quem agora toma o poder e que nos vê como coisas a dispôr, como ignorantes, ou pior, como criminosos, a partir do momento em que tenhamos os nossos pés num bairro ilegal, como têm sido encarados os moradores almadenses de Pena Joya ou do 2.º Torrão e seus companheiros de luta. A Almada colonial afecta-nos a segurança de poder viver numa casa, a nossa capacidade de encontrar um emprego, de conseguir uma escola para as crianças ou atendimento médico. Mas precisamos de não ter medo dessa Almada colonial. O medo trava-nos a auto-estima e a confiança na voz e no lugar dos outros. Sim, os moradores de Pena Joya e do 2.º Torrão são pessoas como todas nós e têm os mesmos direitos de todas e todos os munícipes de Almada.

O bairro do 2.º Torrão é como a minha segunda casa. É um bairro auto-construído com uma longa história. Na década de 1940 chegavam ali umas casas puxadas por bois desde a aldeia vizinha. Eram pescadores que ali se estabeleceram. Nessa altura, no Verão, iam para ali acampar pessoas dos bairros típicos de Lisboa, em especial de Alfama e da Mouraria. Passados todos estes anos, muito mudou. Com a revolução de Abril, muitos africanos e afrodescendentes fizeram ali a sua casa, em especial de Cabo Verde e Angola. Hoje o bairro vive essa diversidade, contando entre 2000 e 2500 moradores e uma diversidade de condições de habitação, algumas casas com melhores condições do que outras, com acesso à água e a electricidade por puxada ou «gato». Como investigador sobre participação social e líder de uma associação local, que ali trabalhava a participação nas ciências, artes e política, aprendi muito sobre este lugar. Aprendi ainda mais quando tivemos de lutar contra a Câmara Municipal de Almada. Uma altura violenta que permitiu entender muito sobre o poder local.

Não é suposto um bairro ser destruído por causa de dados gerais sobre alterações climáticas, dando dois dias para arrumar as coisas.

No final de setembro de 2022, a Câmara e a Proteção Civil impuseram seis dias de demolições e a deslocação forçada de mais de 60 famílias. Um dia acordámos e não conseguimos sentir os pássaros nas árvores logo cedo. Em vez disso, ouviam-se motores de escavadoras e um vai-e-vem de gente a bater nervosamente à porta dos vizinhos. Muita gente foi apanhada de surpresa. Eu e outros amigos que trabalhávamos noutras coisas tivemos que mudar a nossa ocupação. Depois de estarmos no bairro há vários anos a estudar o galgamento costeiro com geólogos e oceanógrafos, a Câmara Municipal anunciava com pompa um grande risco: uma vala subterrânea estava em risco de ruir. Na confusão que se instalou, conseguimos apoiar um grupo de moradores que com coragem se pôs em luta. Essas pessoas, que conhecíamos de vista há anos, não eram reconhecidas como moradoras do lugar e corriam o risco de ficar sem-abrigo.

A Almada colonial revelou-se na demolição brutal do 2.º Torrão através do papel dado à ciência e à descoberta dessa vala sob casas que foram apressadamente destruídas. Os moradores em luta resistiram nas suas casas, entre os destroços das casas dos seus vizinhos, com protecção do tribunal e querendo saber mais. Os cientistas que trabalhavam connosco, incluíndo um engenheiro que integrava o grupo de resistência, percebiam que havia um risco. Mas não havia nenhuma análise material conhecida – que estudos motivaram aquela urgência? A Presidente da Câmara não dava mais informação, apenas anunciava à comunicação social que todos poderíamos cair lá dentro, o que era pouco credível. Só tivemos acesso ao estudo e a um parecer da proteção civil através do tribunal e da imprensa. Afinal, as conclusões sobre o risco de cedência da vala vinham de dados de observação directa e era desconhecida a sua espessura e composição. Estranhamente, uma grande parte desse relatório foi dedicada à subida do nível do mar por causa das alterações climáticas. Não é suposto um bairro ser destruído por causa de dados gerais sobre alterações climáticas, sem qualquer estudo local, dando dois dias para arrumar as coisas.

A Almada colonial começa nesta visão sobre os outros: a Presidente Inês de Medeiros sempre falou da população em luta como pessoas manipuladas por terceiros ou desprovidas de razão. O seu vice-presidente, ainda hoje com o pelouro da habitação, Filipe Pacheco, defendia a destruição do bairro feita dessa forma brutal porque as pessoas em luta eram «pessoas iletradas» ou pessoas «que não conseguem perceber o português». A realidade é diferente. Estas pessoas tinham estudos, falavam perfeitamente português e falaram em todas as sessões de Câmara e de Assembleia Municipal durante meses.

O poder, na imaginação de Inês e Filipe, reduz-se a um comando. No caso dos moradores do 2.º Torrão em luta, só lhes restava obedecer. Achille Mbembe, filósofo, descreveu o «comando colonial» na África Subsaariana: aos nativos não lhes eram reconhecidos nenhuns direitos, só lhes restava obedecer. No 2.º Torrão, a ciência que levou à deslocação forçada de tantas pessoas foi reduzida a esse comando. Não houve dados a partilhar, nenhuma hipótese de diálogo com a comunidade, os técnicos sempre alheados nunca deram a cara, ficou apenas a tática do medo, o receio do que poderia vir a acontecer. Um outro filósofo, Joseph Tonda, também tece um paralelo entre os tempos do Império e as relações de poder contemporâneas: A forma como quem detém o poder imagina o seu povo prende-nos dentro desses limites[2]. Para Inês e Filipe, a esse povo negro que, na sua imaginação, é analfabeto e influenciável, só lhe resta obedecer.

Nos últimos meses, a imaginação dessa Almada colonial continuou a avançar, desta vez sobre um outro bairro negro almadense, o Pena Joya. Pena Joya cresceu muito nos últimos anos, principalmente com imigrantes de Cabo Verde, e tem hoje cerca de 800 famílias. A imaginação de Inês e Filipe volta a morder-nos. Convidam-nos a pensar em todas estas famílias como criminosas, envolvidas em negócios ilícitos. Enquanto moradores, perdem o acesso a água potável e estes responsáveis não têm nada a dizer. Quando a rede elétrica do Monte da Caparica não aguentou as suas puxadas, os moradores de Pena Joya foram responsabilizados pelos cortes de energia num abaixo-assinado onde participou a própria presidente de Câmara e duas juntas de freguesia. A essa luta contra os pobres e negros só nos resta dizer que não, que essa não é a Almada em que vivemos.

NOTAS

1 Achille Mbembe, 2001. *On the postcolony.* Univ. of California Press.

2 Joseph Tonda, 2021. *Afrodystopie: La vie dans le rêve d'autrui.* Karthala.

Carta de Paris: *ballet* político francês num cenário mundial doentio

JORGE VALADAS [1]
ILUSTRAÇÕES **ANDRE LEMOS**

Quem quiser uma descrição precisa da corrente socialista de esquerda na política francesa representada pela La France insoumise (LFI) pode encontrá-la no artigo de David Todd publicado numa edição recente da London Review of Books [2]. Mas, fora do campo político propriamente dito, é difícil saber quanta influência real esse partido tem na sociedade e até mesmo qual é a sua força eleitoral atualmente (o que, no entanto, veremos em breve). Com certeza, ele é popular nos subúrbios das classes trabalhadoras das grandes cidades, especialmente entre a população com ligações a imigrantes, mas não só lá. Também é popular entre alguns setores da juventude estudantil. Não tem uma forte presença militante na vida social e também não está organizado nos locais de trabalho, onde os antigos sindicatos ganharam mais adeptos à medida que perderam parte de sua rigidez burocrática. A antiga estalinista Confederação Geral do Trabalho (CGT) mostra-se agora mais acolhedora a todos os tipos de indivíduos contestatários e grupos com posições anticapitalistas, aceita até anarquistas nas suas fileiras... Isto é, pelo menos, verdade nos escalões mais baixos, já que o aparato superior ainda se mantém de alguma forma ligado ao Partido Comunista (embora não tão intimamente como antes, dada a crescente fraqueza deste partido). Sophie Binet, a jovem mulher que atualmente lidera a CGT, está mais próxima das ideias socialistas de esquerda que os anteriores chefes da organização. E esse posicionamento deu à CGT uma nova imagem e capacidade de mobilização.

Surpresa do momento, assiste-se também a um pequeno renascimento de uma forma híbrida de atividade leninista entre os jovens estudantes – híbrida no sentido de que os novos grupos são menos rígidos do que os trotskistas do passado: eles misturam ideias de vanguarda com conceitos de democracia de base. Esta evolução traduz a crise irreparável de uma «esquerda» clássica fantasma e a necessidade de agir, tentando enfrentar a questão da organização de acordo com o antigo princípio partidário. Alguns desses grupos atuam em escolas secundárias, algumas universidades e também nalguns locais de trabalho, como nos sectores ferroviário e de transportes. Permanecem isolados como grupos de ativistas. Eventualmente, no jogo eleitoral, todos eles provavelmente se unirão à LFI quando chegar a época das eleições.

Por enquanto, a crise social não levou ao desenvolvimento de nenhuma forma de movimento social. Em vez disso, a crise social – o ódio do povo ao governo de Macron – levou a uma crise política que se exprime sobretudo dentro da instituição parlamentar. Essa crise política ainda está em desenvolvimento, e é difícil prever que formas ela irá assumir. Um desenvolvimento importante foi a recente decisão do governo (princípios de novembro) de suspender (após longos e burocráticos debates no parlamento) a «reforma» do sistema de pensões adotada no ano passado, que essencialmente tinha alterado a idade de reforma de 62 para 64 anos e aumentado o tempo de trabalho necessário para ter direito a uma pensão completa. Essa «reforma», elemento essencial da contínua destruição do Estado social francês pelas correntes políticas liberais no poder (incluindo vários governos de direita, mas também o precedente governo socialista de François Hollande), provocou uma forte oposição social, com greves e manifestações. Esse movimento foi derrotado e a «reforma» adotada. Mas a oposição à «reforma» foi tão forte que a questão permaneceu em aberto e tornou-se o ponto central de oposição entre os dois campos políticos. Depois de todas as outras medidas tomadas para destruir o Estado social, a "reforma das pensões" passou a representar um ponto central na oposição às medidas capitalistas liberais que estão no cerne da atual crise social: uma «reforma» rejeitada por grande parte da população trabalhadora, um símbolo odiado da classe política. Deve-se também sublinhar que a derrota social na França encorajou outras classes dominantes na Europa a aprovar «reformas» semelhantes, provocando igualmente uma forte oposição. É o caso, por exemplo, da Bélgica, onde, a 14 de outubro, uma greve geral e grandes manifestações se opuseram a um novo regime de pensões, que pretende alterar a idade de reforma de 65 para os 67 anos. E também evidente que todo recuo da classe política francesa sobre esta questão passa como exemplo e pode encorajar outras lutas contra as políticas de austeridade na Europa.

É importante compreender que a oposição social à «reforma das pensões» vai para além das divisões políticas tradicionais. Esta oposição é partilhada pelos setores da classe trabalhadora e da classe média baixa que fazem parte da base eleitoral da extrema-direita política, o *Rassemblement National* (RN) de Marine Le Pen. Este partido, que agora tem o maior grupo de representantes no parlamento francês (graças ao «centro» de Macron, que na última eleição favoreceu os candidatos do RN contra os candidatos da LFI), é constantemente apresentado pelos grandes meios de comunicação social e pelos «especialistas políticos» como uma tendência «populista», juntamente com os socialistas de esquerda da LFI.

A «reforma das pensões» passou a representar um ponto central na oposição às medidas capitalistas liberais que estão no cerne da atual crise social

O «populismo» é hoje um conceito vago e quase vazio de conteúdo. Na verdade, o que é real é o fato de que a crise económica e social – as consequências sociais das medidas liberais tomadas, a destruição do antigo Estado providência, o fosso crescente entre riqueza e pobreza na sociedade – criou uma forte polarização da vida política. O que se denomina «populismo» são as correntes políticas que expressam o fracasso das promessas do liberalismo. O chamado «centro», que defendeu essas medidas liberais como uma «modernização» da sociedade, abrange a velha direita, o grupo Macron e largos setores do enfraquecido Partido Socialista. Até hoje, o seu objetivo continua a ser o perpetuar das políticas liberais e, em primeiro lugar, proteger os setores ricos da burguesia francesa, reduzindo-lhes os impostos e ajudando-os a obter uma parte cada vez maior da receita social. Nesta polarização, a LFI tem uma posição mais confortável e os seus objetivos políticos são mais coerentes. O RN tem uma posição mais ambígua. Os setores proletários que apoiam eleitoralmente este partido também se opõem à destruição do Estado social. Mas, ao mesmo tempo, o crescente apoio ao RN por parte da grande burguesia francesa e de setores da classe capitalista exige uma maior austeridade e destruição do Estado de bem-estar social. Dois elementos essenciais separam os eleitores da LFI dos do RN: os valores racistas deste último e a sua posição sobre a crise internacional. Enquanto a LFI é fortemente antirracista e assumiu uma posição clara contra o genocídio em Gaza e a favor de uma negociação entre a Ucrânia e a Rússia para pôr fim à terrível guerra, a RN (que teve origem num partido pró-nazi, racista e antissemita, fiel à tradição colonialista francesa) tornou-se agora uma forte defensora dos sionistas fascistas. Em relação à guerra na Ucrânia, a RN mantém uma critica branda à Rússia, mesmo que também fale em pôr fim à guerra. Em segundo lugar, e isto é fundamental, o programa económico do RN é ultraliberal, propondo uma destruição ainda mais acentuada do Estado social – próximo dos projetos de Trump e Milei – enquanto o programa da LFI é antiliberal e neo-keynesiano. Esta diferença radical é amplamente

esquecida pela imprensa e a maioria dos eleitores populares do RN provavelmente não está ciente dela. Mas ambos os extremos políticos favorecem a queda de Macron e a eleição de um novo parlamento, uma vez que ambos pensam que vão ganhar a maioria nas próximas eleições. Na verdade, tudo é possível. O «centro» e o que resta do antigo Partido Socialista, social-democrata, quer, por enquanto, evitar as eleições, nas quais sofreriam pesadas perdas. E enquanto a crise política se desenvolve, a situação económica deteriora-se, as condições sociais de vida pioram para a maioria da sociedade: a população trabalhadora.

Tudo isso explica por que a decisão do governo de suspender a «reforma» adotada do sistema previdenciário foi apresentada pelo Partido Socialista como uma «grande vitória», justificando a sua decisão de, por enquanto, apoiar o governo e evitar eleições. Mas, como disse um líder sindical da CGT, «se uma medida é injusta, ela não deve ser apenas suspensa, mas revogada». Embora seja evidente que a decisão representou uma derrota política para as forças de Macron, rapidamente ficou claro que o que foi apresentado como uma concessão era, na verdade, uma manobra política – uma cobertura para um programa de austeridade. A suspensão, até às eleições presidenciais de 2027, significa apenas que, durante dois anos, os membros de duas gerações sucessivas podem solicitar pensões ao abrigo do antigo sistema, após o qual a famosa «reforma» entrará de novo em vigor. Cerca de 3,5 milhões de pessoas seriam beneficiadas. Mas, em troca, essa medida seria financiada por um enorme corte no Estado social, uma redução na cobertura de despesas médicas e auxílio a pessoas com doenças graves, reduções a vários tipos de auxílio a crianças e idosos, cortes nos subsídios de habitação para pessoas pobres e estudantes e cortes na educação pública e no sistema de saúde, que já todos sabem por experiência própria, está num processo de decomposição. Na verdade, o que está a ser proposto é um terrível programa de austeridade, provavelmente o pior desde a última grande guerra, como preço a pagar por dois anos de suspensão da "reforma". Mesmo aqueles que beneficiariam da medida durante esses dois anos perderiam muito mais com essas políticas de austeridade. Será interessante ver como o oportunista Partido Socialista, que apoiou a suspensão, sobreviverá a este mau negócio – o chamado «Orçamento Frankenstein», como agora é chamado.

As pessoas estão cada vez mais revoltadas com a política e deprimidas pela situação. Há um sentimento crescente de que a classe dirigente é incapaz de lidar com a crise económica. A velha ideia do «interesse geral», fundamento da democracia representativa, perdeu a sua força. No caso específico da sociedade francesa, marcada pelo princípio histórico da igualdade, esse desgosto também é reforçado por recentes casos de corrupção política ao mais alto nível, com o ex-presidente Nicolas Sarkozy enviado para a prisão pelo financiamento de sua campanha pelo ex-ditador líbio Muammar Gaddafi. Ao mistério da «dívida nacional» – algo que ninguém entende, exceto que tal significa que os ricos pagam menos impostos para o funcionamento do Estado – soma-se agora o «Orçamento Frankenstein». Até agora, as consequências sociais desta situação são a passividade e a imobilidade, mas também uma raiva crescente.

Na Europa em geral, o horror de Gaza tornou-se a questão central. Tornou-se uma espécie de símbolo: a face monstruosa atual do capitalismo, o futuro desta sociedade. O apoio à Palestina tornou-se muito mais do que uma simples exigência nacionalista por um Estado ou uma bandeira. É uma posição contra o capitalismo como um sistema de horror e destruição. A guerra na Ucrânia é mais complicada: trata-se de uma guerra entre dois exércitos e duas classes dominantes, dois blocos – não um genocídio perpetrado por um país contra uma população. A guerra na Ucrânia é cada vez mais utilizada pelas classes dominantes na Europa, e também na Rússia, como justificação para a guerra e para a economia de guerra, que como sabemos, é a única forma que a classe capitalista tem de manter a economia a funcionar. A propaganda de guerra tornou-se enorme nos últimos dois anos, através das rádios, jornais, televisão e dos discursos oficiais. Mas a sociedade europeia não está mobilizada para a guerra – e muito menos para uma guerra contra a Rússia! Mas o medo está a crescer na sociedade e as pessoas não sabem como reagir a este perigo. De momento, apenas jovens russos e ucranianos estão a morrer. As coisas mudarão drasticamente se e quando os jovens europeus forem obrigados a ir para a guerra. A administração Trump manipulou bem as coisas e deixou a Europa frente a frente com os russos. Agora apoiar a Ucrânia significa comprar armas americanas com preço de reduzir o Estado social. As despesas militares continuam a crescer e tal evolução não parece ser equacionada com a famosa «divida do Estado» … A «questão social» entrou no debate, e o apoio à guerra tornou-se uma questão de classe. A própria Europa está dividida, e existe a possibilidade de que esta situação provoque a dissolução da União Europeia, que de qualquer forma está a desintegrar-se lentamente. O que seria também um bom desenvolvimento para o capitalismo norte-americano. Existe uma sensação real de que estamos a viver um momento de viragem muito difícil e perigoso, com escolhas cruciais pela nossa frente.

> Na Europa em geral, o horror de Gaza tornou-se a questão central. Tornou-se uma espécie de símbolo: a face monstruosa atual do capitalismo, o futuro desta sociedade

A crise política em França também é marcada por esta situação geral. A crise política não está a ter um efeito sob a economia, como dizem os jornalistas dia após dia. É o contrário: é a crise económica que está na origem da crise política. O «centro» de Macron deseja ser o salvador da classe capitalista e, como não tem outra orientação económica além do liberalismo, luta para dar uma fatia maior da riqueza aos capitalistas e empobrecer progressivamente a classe trabalhadora. Mas, como os recentes acontecimentos mostram, há dificuldade para conseguir isso, e há uma forte oposição social a essa orientação. Foi isso que esteve no centro das manifestações e greves em setembro passado. As primeiras mobilizações foram muito promissoras: muitos jovens estavam nas ruas e ocuparam escolas, e algumas greves tiveram lugar (principalmente no setor público, com um setor privado paralisado por *layoffs* e medo). As mobilizações foram organizadas através das redes sociais, com partidos e sindicatos a aderirem ao movimento. Mas os dias seguintes de mobilização foram mais um fracasso, com apenas metade das pessoas envolvidas das primeiras mobilizações. As pessoas sabem que essas manifestações são inúteis e que o poder político as ignora; elas participam porque é uma forma de dizer NÃO e de se sentir livre nas ruas. É só isso, mas já é muito nos dias de hoje. O que parecia novo nas recentes manifestações era a sensação de que as pessoas estão prontas para enfrentar a situação em que se encontram, tendo virado a página da última grande derrota – a luta contra a reforma das pensões. Havia um sentimento renovado da necessidade de lutar e de se opor à classe capitalista e aos políticos, um sentimento de dignidade. As pessoas estavam felizes por estar nas ruas.

Entretanto, a crise política continua. Apenas os socialistas de esquerda da LFI apoiam as antigas reivindicações keynesianas, falando em tributar os ricos e a classe capitalista – medidas reformistas, sem dúvida, mas que parecem impossíveis de impor na situação atual sem um novo equilíbrio de poder entre as classes. Macron está cada vez mais ligado à extrema-direita com a qual governa no parlamento. Tal como na década de 1930, o chamado «centro» está a abrir as portas à extrema-direita. Uma história antiga e perigosa.

Curiosamente, o horror de Gaza faz agora parte de todas as mobilizações sociais, aqui como na Itália, na Holanda e até em Espanha, onde o governo socialista tenta aproveitar a maré com medidas oportunistas. Enormes manifestações em Barcelona e Madrid exigiram a cessação total da venda de armas a Israel. Tal como em Itália, as manifestações de rua em Espanha espalharam-se pelos locais de trabalho e estiveram associadas a algumas greves. Mesmo num país fraco como Portugal, com pouco peso na Europa, que aceitou que aviões norte-americanos transportassem armas para Israel através dos Açores, houve manifestações bastante grandes contra o genocídio em Gaza.

Tudo está agora misturado: Gaza, guerra, horror, crise económica, crise política, o surgimento de uma forma de novo fascismo e tendências racistas no campo político tradicional. Vivemos realmente uma crise global. De uma forma ou de outra, as pessoas enfrentam a necessidade de começar a pensar em como se relacionar com isso e em encontrar novas maneiras de se opor às classes dominantes e aos seus projetos destruidores. E é também por isso que as classes dominantes insistem na propaganda de guerra, no «perigo russo» para a Europa: para manter as pessoas paralisadas. Há alguns dias, Macron foi citado dizendo que, com «os russos à porta», os franceses não deveriam continuar a manifestar-se e fazer greve por melhores condições de vida … Em poucos anos, todo o cenário mudou; a crise do capitalismo tornou-se global e domina a vida de milhões de pessoas. Agora é uma questão diária, presente em toda a parte, para todos, surgindo em todas as conversas ou discussões.

Tempos difíceis são também tempos interessantes. São também tempos em que as pessoas precisam de definir-se e tomar posições – tomar partido, *prendre parti*, como dizemos em França – não no sentido de escolher um partido político, mas no sentido de nos posicionarmos no afrontamento de classes do jogo capitalista.

NOTAS

1 Crónica de Jorge Valadas, datada de 17 de outubro e publicada inicialmente em novembro de 2025 no jornal americano *The Brooklyn Rail*. Adaptada para o Jornal MAPA.

2 *Parable of the Parakeets* de David Todd, London Review of Books, Vol. 47 No. 18, 9.10.2025 , acerca do livro de Jean-Luc Mélenchon, *Now, the People! Revolution in the 21st Century* da (tradução inglesa, Verso, 2025)

Bárbaros de cara assimétrica, marrecos e sedentos de sangue, ou anarquistas debaixo da cama

Um advogado italiano, no século XIX, afirmava nunca ter visto «um anarquista que não fosse debilitado, coxo, marreco ou com a cara assimétrica». Segundo as teses criminológicas de época, eram igualmente traços típicos de um anarquista as mandíbulas largas, as orelhas protuberantes e sem lóbulos e uma «cor de pele» anómala. E se juntássemos a tudo isto um caráter impulsivo, elementos atávicos, um altruísmo mórbido e exagerado e uma vontade quase irreprimível de matar e destruir, não restavam dúvidas de que não estávamos perante um criminoso qualquer, mas sim perante esse tipo de delinquente particularmente temível que assombrava a sociedade de então: o anarquista.

DIOGO DUARTE
DIOGOMAINSELDUARTE.SUBSTACK.COM[1]

Este fantasma ainda vive entre nós. Recai sobre ele um véu demasiado espesso para que possa ser visto com clareza, mas a sua presença faz-se sentir em becos escuros, nos subterrâneos da sociedade e assombra o nosso sono escondido debaixo da cama. Pelo menos, disso nos querem lembrar sempre que é conveniente, sem repararem que a sua face assimétrica é resultado da distorção causada pela sombra com que o tentam esconder. É uma figura fruto da imaginação – ou da falta dela – e que esporadicamente precisa de ser alimentada, quer para nos manter alerta, quer para nos recordarem que há quem zele por nós e pela nossa segurança, protegendo-nos destes monstros insaciáveis e tresloucados que ameaçam a Ordem.

Há umas semanas, em conferência de imprensa, conforme noticiou a TSF/ Lusa, o diretor nacional da Polícia Judiciária, Luís Neves, decidiu recorrer a essa quimera adormecida no subconsciente civilizacional. Referia-se a 2010, quando Portugal foi palco de uma cimeira da NATO. Segundo ele, nessa ocasião, «foi (...) na cooperação policial internacional e num instrumento do DCIAP, do Ministério Público, que uma ação encoberta evitou que camaradas da Polícia de Segurança Pública pudessem ter sido mortos por um grupo anarquista». Não sei se o fez por falta de tema, se por necessidade de criar parangonas ou até com outro propósito mais obscuro, quem sabe antevendo períodos de instabilidade social (circunstância em que é bom reativar tais fantasmas, nem que seja por precaução). Considerando que é alguém que revelou não se prestar a impressionismos e perceções, talvez tenha sido só mal informado.

> O papel do anarquismo, para as autoridades e para a comunicação social, sempre foi, acima de tudo, o de cumprir essa figura de alteridade, do outro, como uma imagem negativa da «Ordem Social».

O papel do anarquismo, para as autoridades e para a comunicação social, sempre foi, acima de tudo, o de cumprir essa figura de alteridade, do outro, capaz de servir como uma imagem negativa da «Ordem Social» e dos sistemas políticos e sociais fundados na autoridade. Por estas razões, a invocação do papão anarquista não é surpreendente. É fácil, imediato e aparentemente consensual e inócuo. Incomoda meia dúzia de excêntricos e não espanta ninguém. Mais intrigante é o timing para tal invocação. Porquê agora, passados quinze anos? E logo uma tanga tão mal parida, que qualquer resquício de inteligência na «intelligentsia» teria vergonha de brandir. Mas, enfim, a isso só o próprio diretor ou a sua equipa podem responder. Seja como for, quer pela inverosimilhança da história, quer pelo timing, é perante essa figura fantasmagórica do anarquismo que nos encontramos.

São muitos os episódios que compõem tal mito e que permitem que passados centenas de anos do aparecimento das ideias libertárias se continue a falar da sua ameaça como um monstro debaixo da cama, sempre capaz de suscitar tremores e suores frios nas almas mais pacatas de forma quase instantânea. Alguns desses episódios têm um fundo de verdade, devedores, por exemplo, do frenesi da «propaganda pelo ato» que alguns militantes perseguiram no final do século XIX, atentando à vida de chefes de estado ou de agentes ao seu serviço. Foi um curto período, embora intenso, e certamente atemorizou muito boa gente dedicada à causa pública. Que a responsabilidade dessa epidemia de atentados fosse distribuída por nacionalistas e até *agents provocateurs* não belisca um milímetro o protagonismo dos anarquistas. Afinal, mais do que a sua cara assimétrica, corcunda e grandes mandíbulas, era a rejeição da autoridade em todas as suas formas e o desprezo por uma «paz social» putrefata que os tornava irredimíveis.

Mas foquemo-nos em Portugal. Em 1888, uma bengalada a Pinheiro

«A prisão de Ravachol». Gravura a partir de desenho de Henri Meyer na capa do suplemento ilustrado do Petit Journal, de 16 de abril de 1892

Chagas por Manuel Joaquim Pinto, um anarquista ofendido pelo retrato que aquele traçou de Louise Michel numa das suas colunas de jornal, serviu para fazer soar os alarmes quanto à hipotética chegada da «propaganda pelo ato» a Portugal. Não muito antes, ainda eram poucos os que se preocupavam com o anarquismo em Portugal. Em 1883, o Governo indagava os governadores civis se, nas suas áreas, havia algum fenómeno parecido à Mano Negra (uma alegada associação misteriosa de camponeses de mãos sujas e calejadas pelo trabalho que abalava a Andaluzia com atentados e perseguições aos patrões). As respostas foram quase todas negativas, exceto no Porto e em Lisboa, em que a resposta afirmativa servia de oportunidade para reclamar mais polícias e esquadras.

Em 1895, o pânico já marchava com outra dimensão e, em finais de junho desse ano, corria o boato, em Lisboa, que dezenas de crianças desapareciam misteriosamente. Os principais suspeitos eram, claro, os «anarquistas». Felizmente para os tais anarquistas, era mais conveniente, para quem podia beneficiar deste tipo de pânico moral e tumulto social, que a figura de alteridade escolhida fossem, então, «os jesuítas». E foi para eles que sobrou. Para os republicanos, os anarquistas tinham um papel importante no combate ao clericalismo e à monarquia. Seriam, aliás, fundamentais para a implantação da República, em 1910.

O caráter risível dos «atentados» dos anarquistas portugueses, e os rumores que sobre eles se espalhavam, não foram impedimento para a criação de uma «lei celerada», em 1896, que proibia o anarquismo no país e que reprimia a propaganda ou mesmo a mera referência mediática a qualquer ato que o envolvesse, com penas de deportação e degredo para algumas das ex-colónias. O pretexto para a criação da lei teria sido o apedrejamento sem consequências à carruagem do rei D. Carlos e, umas semanas depois, o rebentamento de uma «granada explosiva» à porta do médico que tinha decretado a insanidade e o internamento psiquiátrico de quem tinha arremessado as pedras. A fisionomia do anarquista começava então a ganhar contornos mais nítidos entre nós e revelavam-se «indivíduos que os antropologistas classificam de degenerados, desequilibrados e destituídos de senso moral», que não aspiravam a mais do que «às trevas do barbarismo estúpido das tribos selvagens», nas palavras do Ministro da Justiça António d'Azevedo Castelo Branco. O anarquismo era totalmente esvaziado do seu conteúdo político e reduzido a uma expressão criminal patológica, mais próximo de qualquer delito comum ou da vadiagem.

É, naturalmente, este monstro tenebroso e marreco que o diretor da Polícia Judiciária e os seus informadores ou agentes veem nas suas fantasias, ainda hoje, em 2025.

Tal proibição vigorou, sem grande esforço, até à proclamação da república em 1910. E até lá, enquanto as autoridades temiam tais monstros desdentados e sedentos de criancinhas, a vida dos operários não melhorava e estes iam construindo a consciência das suas condições e da saída da miséria a que pareciam condenados. Fundamentais para o sucesso da revolução republicana, foram por estes tolerados nas ações conspirativas que a antecederam. Mas, implantado o regime, rapidamente voltaram a ser o bode expiatório para qualquer ameaça, denunciando-se, até, alianças destes com os monárquicos e com os «jesuítas» que ameaçavam o novo regime. Os anarquistas passaram a estar em todo o lado, o que era mais verdade do que antes, apesar de se apontar a sua presença nos sítios errados. Para os republicanos, interessados em cultivar a figura do «bom e ordeiro trabalhador», os anarquistas que surgiam aqui e ali a perturbar a ordem eram vistos como manietados ora pela reação, ora por estrangeiros, verdadeiras ervas daninhas que despontavam no belo jardim da ordem nacional (primeiro os brasileiros, por exemplo, depois, com a I Grande Guerra, os alemães, e, mais tarde, com a Revolução Russa, os russos). Com o aumento das greves e do movimento organizado dos trabalhadores, os rumores aumentavam de intensidade. Em 1919, o Ministro da Guerra afirmava já não se tratar apenas de «simples movimentos grevistas, tendentes a melhorar as condições de vida desta ou daquela classe. Estamos em presença de um movimento revolucionário, fortemente organizado e há muito premeditado em todo o país, cujo objetivo é arrastar-nos ao estado em que se encontra a Rússia». Sucediam-se boatos de que os bairros operários escondiam vastos depósitos de armas e munições, especulava-se sobre o «bacanal bolchevista» que pretendia socializar todas as mulheres, declarava-se que o Alentejo já estava sob controlo de «sovietes» dos «anarquistas bolchevistas» e que se bebia «sangue de burguês», temia-se que «o vadio e o presidiário [fossem] transformados em homens de Estado; (…) o ladrão e o assassino transformados em comissários do povo; (…) a prostituição justificada pelo amor livre».

Grupos patronais, descontentes com a suposta inação do Estado, criavam milícias secretas que atentavam contra a vida das figuras mais destacadas do operariado e a imprensa apelava a uma «ação vigorosa contra a desordem» e a travar «com mão de boa rédea esta cavalgada alucinante para o abismo. É preciso aclarar atitudes e extremar os campos.»

Estava, então, preparado o terreno para a ditadura que se seguiu durante longas décadas e para a ascensão de Salazar e do seu desígnio de realizar uma «revolução das almas» e limpar «a anarquia nas fábricas e nas ruas». O anarquismo foi perseguido implacavelmente, até ao seu derradeiro e desesperado estertor no período do Estado Novo, com o atentado à vida do próprio Salazar, em 1937.

É, naturalmente, este monstro tenebroso e marreco que o diretor da Polícia Judiciária e os seus informadores ou agentes veem nas suas fantasias, ainda hoje, em 2025. É o «outro», estrangeirado e estranho aos nossos brandos costumes, destituído de quaisquer ideias emancipatórias e princípios de solidariedade, igualdade e liberdade. O seu móbil é a destruição pela destruição, o crime pelo crime, enfim, o caos, a desordem, uma espécie de apocalipse. Quer haja anarquistas nas ruas ou não, ciclicamente lá reaparece sob esta forma, para mobilizar o terror e justificar a impunidade e a expansão dos tentáculos do Estado nas nossas vidas, cada vez mais vigiadas, controladas e sedadas, ainda que com cada vez menos salário, menos comida, menos teto para dormir e menos futuro. Quem sabe, talvez o diretor da Polícia Judiciária tenha percebido a utilidade para a sua campanha em defesa do acesso aos metadados, ou talvez, com uma greve geral à porta, tema somente os tempos que se avizinham e aja precavidamente.

NOTAS

1 Texto adaptado para o Jornal MAPA, inicialmente publicado no blog de Diogo Duarte a 14 de novembro de 2025.

O matador de Sidónio Pais, vingador dos trabalhadores?

JOSÉ TAVARES

Bilhete Postal (1918) "Assassinato de Sidónio Pais", Fundação Mário Soares / Colecção Fundação Mário Soares/António Pedro Vicente

O cognominado «Presidente Rei» Sidónio Pais é abatido em Lisboa, com um tiro de revólver, na estação do Rossio. O autor do disparo, José Júlio da Costa, é presidente da Junta de Freguesia de Garvão, concelho de Odemira, de onde é oriundo. Segundo o testemunho de um residente em Garvão à data do acontecimento, o sindicalista libertário José dos Reis Sequeira, «ele era a pessoa mais cotada na terra, como lavrador, como comerciante e como político»[1], filiado no Partido Democrático[2]. «Tinha estado na Rotunda no 5 de Outubro de 1910 e feito carreira militar em Moçambique, Timor e Angola»[3].

Esta história ocorre a 14 de Dezembro de 1918, no tempo em que os trabalhadores assalariados tinham de conquistar os seus direitos palmo a palmo, por meio de lutas quase sempre desiguais em que algumas vezes conseguiam a vitória do «almejado direito» e outras sofriam pesada derrota, como aconteceu na greve geral de Novembro desse ano convocada pela União Operária Nacional (UON), fundada em 1914. No mesmo ano em que se inicia a guerra interimperialista, dita I Guerra Mundial, em que Portugal irá participar ao lado dos Aliados.

Como escreveu César Oliveira, «entre Maio de 1911 e Março de 1914 concretiza-se a rutura das classes trabalhadoras com a república democrática»[4]. Para os sindicalistas e anarquistas, o governo democrático da república actua como o regime anterior, defendendo os interesses do capitalismo, do qual se revela o mais fiel representante. A república democrática defende a liberdade enquanto esta não se torna um perigo para os privilégios dos que mandam. As classes trabalhadoras organizadas na UON combatem a lei da greve porque esta protege os amarelos (os fura-greves), de modo a permitir todas as manobras destinadas a acabar com as paralisações do trabalho. Lutam contra a lei do inquilinato, por aumentos salariais e contra o custo de vida. Constituem-se assim grupos de militantes e propagandistas que percorrem o Alentejo, as Beiras, o Algarve e Trás-os-Montes em sessões de divulgação e debate. Os trabalhadores rurais em luta reivindicativa constituem uma força pujante, realizando-se em 1912 o seu I Congresso.

Greve Geral

No início de 1916, perante a grave situação económica que se vive, o conselho geral da UON propõe a greve geral contra o custo de vida, contra os atropelos ao horário de trabalho e a injustificada permanência de militantes operários nas prisões. Porém, sem abandonar a luta por aumento dos salários, a proposta de greve geral não chega a avançar, considerando a maioria que o movimento não terá sucesso. A 30 de Janeiro desse ano, pelo facto de se acentuarem as difíceis condições de vida das classes assalariadas, em Lisboa são assaltadas pela população algumas mercearias e padarias, alastrando essa revolta para o resto do país. Muitas pessoas, «levando à frente os administradores do concelho, [vão] encontrar muitos géneros sonegados, especialmente milho, a cuja distribuição procedem»[5]. Foi um movimento espontâneo, inorgânico. Mas, entretanto, «a sede da UON [é] assaltada pela polícia e são presas as pessoas que se encontram nas suas dependências, o mesmo sucedendo em vários sindicatos, que [são] encerrados, como aquela o fora também»[6].

> Em Lisboa são assaltadas pela população algumas mercearias e padarias, alastrando essa revolta para o resto do país

Em 1917 a guerra interimperialista parece eternizar-se, a intervenção dos EUA injecta-lhe energia em benefício dos Aliados. Ao escurecer do dia 5 de Dezembro de 1917 dá-se um movimento insurreccional contra, segundo se diz, o envio de mais tropas para a guerra. O chefe do movimento é o major de artilharia Sidónio Pais, antigo ministro de governos da república burguesa, último plenipotenciário de Portugal em Berlim. Sidónio mobiliza os cadetes da escola de guerra e monta acampamento no Parque Eduardo VII. Embora a UON não esteja envolvida no movimento militar, muitos trabalhadores a ela ligados participam nesse movimento com a finalidade de se libertarem da opressão exercida pelo Partido Democrático de Afonso Costa. E os operários em armas no parque Eduardo VII, em troca da sua participação no movimento militar insurreccional, exigem a libertação dos presos que se encontram na Penitenciária por «delitos de ordem económica e social», entre eles, o operário agrícola Gonçalves Tormenta, preso desde 1912[7]. Quatro dias depois, a UON apresenta ao governo de Sidónio as suas reclamações: a libertação imediata dos indivíduos encarcerados nas mesmas condições, distribuídos por outras cadeias, a revogação da lei de 26 de Julho de 1893 sobre o direito de reunião, a abolição da censura, o estabelecimento de uma jornada máxima de 8 horas de trabalho para todos os ramos de actividade. Além disso, a UON reclama a utilização imediata dos terrenos incultos, quer baldios, quer de propriedade particular, pelos sindicatos rurais, em benefício comum, em conformidade com as aspirações manifestadas no II Congresso dos Trabalhadores Rurais, realizado em Évora em Abril de 1913.

Acção directa no consumo

Para acabar com a acção nefasta dos intermediários, responsáveis pelo custo de vida através da especulação e do açambarcamento, a UON propõe que os municípios adquiram os bens alimentares essenciais para venda directa aos consumidores, propondo a representação de delegados dos seus, com mandato revogável a todo o momento, nas comissões criadas para essa finalidade. Em resposta, Sidónio Pais, o chefe da denominada «república nova», já com monárquicos colocados em lugares-chave (o que afasta muitos republicanos)[8], começa a proceder para com as classes trabalhadoras como os democráticos da «república velha» afonsina. São encerrados alguns sindicatos e vários sindicalistas são presos. E as greves multiplicam-se, porque as condições económicas se agravam.

Numa moção publicada em quase todos os jornais, em 5 de Março de 1918, a UON exorta os assalariados a ingressarem nas suas associações laborais para «lograrem conquistas e respeito pelos seus direitos e fazer valer as suas reivindicações, pois mais uma vez lhes deve ter sido demonstrado que os trabalhadores só podem confiar no seu próprio esforço de classe, actuando colectiva e solidariamente fora da acção e influência de qualquer partido político»[9].

Com este ânimo, claramente sindicalista revolucionário e anarquista (duas das particularidades mais significativas do movimento operário da época), a UON prepara-se para a greve geral nacional. São de imediato preparados comícios, «marcados para 15 de Setembro, tendo partido cinco delegados da UON para o Alentejo e Algarve, os quais, com igual número de representantes da Federação Rural, realizam, através daquelas províncias,

A GREVE
SEMANARIO OPERARIO
Lisboa, 15 de Setembro de 1918
TRABALHADORES! — POVO CONSUMIDOR!
AOS COMICIOS! AOS COMICIOS!
O movimento iniciado pela U. O. N. vai entrar na sua hora mais grave.
Hoje, em todo o paiz, todos aqueles que sentem a FOME, formularão os seus protestos e afirmarão a sua vontade inabalavel de se não deixarem morrer de FOME sem um veemente protesto.
Está soando a hora solene das afirmações.
Nenhum trabalhador deve deixar de comparecer aos comicios e ás sessões, para que estes actos revistam a necessaria imponencia, demonstrativa da Justiça e da Razão, que assiste ao proletariado, em fazer as suas reclamações de caracter economico e social.
Que o grito de cada um, seja pois:
Aos comicios! Aos comicios!
AS RECLAMAÇÕES DA U. O. N.

A Greve, nº 55, Ano II, Domingo, 15 de Setembro de 1918, Fundação Mário Soares / Alberto Pedroso

dezenas de sessões preparatórias. Quarenta comícios públicos são organizados em vários centros industriais do País, comícios que as autoridades proibem, a pretexto de "defesa da Ordem", fazendo-se em seu lugar, por tal motivo, sessões nas sedes dos sindicatos, por entre violências da força armada, que em Montemor-Novo e em Alpiarça fuzila alguns trabalhadores»[10]. A greve geral torna-se inevitável e é marcada para o dia 18 de Novembro. Mas o movimento marcado para esse dia «foi péssimo, por três motivos: primeiro, porque a pneumónica (terrível epidemia que dizimou milhares de vidas) grassava de um extremo ao outro do País; segundo, porque vinha de ser firmado o armistício e como tivesse baixado o preço de alguns artigos que não eram de primeira necessidade, o consumidor, na sua boa fé, supôs que as condições de vida iam melhorar; terceiro, porque numa consulta feita pelo comité central a 60 organismos sindicais de fora de Lisboa, a quase unanimidade deles se manifestou pela inoportunidade da greve naquela conjuntura, ao contrário do que sustentou a maioria dos representantes dos Sindicatos da capital»[11].

Apesar disso, a greve é proclamada. Os ferroviários do Sul e Sueste, apesar de os militares ocuparem as estações, paralisam corajosamente. No Algarve, em Portimão, Tavira, Silves e Olhão os trabalhadores aderem, sendo mortos em Portimão alguns marítimos. E os trabalhadores de Setúbal também aderem. Mas no Norte do país a greve não suscita adesão, excepto em Póvoa de Varzim, Ovar e Gaia. Em Lisboa, só os operários gráficos mantêm uma paralisação de três dias, impedindo a saída dos jornais[12]. Os mais activos são os trabalhadres rurais do Alentejo. Em Évora mantêm-se oito dias em luta, seguidos pelas populações camponesas de S. Manços, Redondo, Torre de Coelheiros, Montemor, Santiago do Escoural, Sousel, Odemira e Vale de Santiago.

É nestas últimas localidades que o espírito de combatividade se destaca. E é em Vale de Santiago que a população rural, vítima do açambarcamento de bens essenciais, da má paga e do desemprego, emprega o método insurreccional, como acontece na vizinha Andaluzia, para a conquista da riqueza social usurpada por minorias privilegiadas e para esta ser administrada pelos próprios trabalhadores. Cumprindo a aspiração proclamada no II Congresso dos Trabalhadores Rurais: a terra para os trabalhadores rurais, para uso comum.

Acção Insurreccional

Para estes últimos, em particular os do Alentejo, devido aos pornográficos latifúndios e ao seu modo de produção feudal, ao custo de vida e à opressão, a greve geral surge como a oportunidade de dar início à revolução social. Em Vale de Santiago chega assim «o momento de tomar conta das terras que trabalham, despojando os senhores»[13]. O povo de Vale de Santiago percorre as ruas dando vivas à revolução social. «No centro da aldeia havia um celeiro, pertencente ao maior agrário da freguesia, António Eduardo Júlio, onde se encontraram 13 moios de trigo que ele se recusava a pôr à venda. O povo decide expropriá-lo, a fim de abastecer os que tinham fome»[14]. À noite, são «espalhados papéis com os dizeres: Viva a Greve Geral, o grupo dos Sovietes Portugueses, Abaixo os malandros, que têm os dias contados»[15]. No dia 19, «os trabalhadores armam-se, sobretudo com as suas caçadeiras, e concentram-se no ponto mais alto da aldeia, o Cerro Alto, dispostos a defender-se, uma vez que em Odemira civis armados encerraram a Associação dos Trabalhadores Rurais e fizeram prisões»[16]. No Alto do Cerro os trabalhadores podem oferecer resistência. *A Folha de Beja* refere 60 homens armados que tomaram posição nos cerros que dominam a aldeia e afirma que tendo, acendido fogueiras e feito comida em comum, os trabalhadores terão percorrido as herdades tomando conta do gado e das terras[17].

Como é prática de todos os governos, estes confiam às forças da ordem a função de reprimir por todos os meios a agitação popular. O governo de Sidónio mobiliza para ali uma força de cavalaria da GNR.

«Eu vi desembarcar essa força na estação do caminho de ferro de Garvão. O José Júlio da Costa estaria por certo informado disso, pois apareceu na estação a fazer recepção a essa força. Apareceu a cavalo e logo que a tropa se encontrou preparada para marchar, o José Júlio tomou a frente como guia a indicar o caminho da região rebelde, direção de Santa Luzia»[18]. Mandado pelo governador civil do distrito de Beja, terá sido ele o interlocutor do conflito e «o negociador da rendição imediata e incondicional dos insurrectos, proposta que lhe foi transmitida de viva voz por um agrário de Vale de Santiago, em nome do representante do Governo»[19]. O sobrinho de José Júlio, muitos anos mais tarde, disse que o tio tinha dado a sua palavra de honra e também a palavra de honra do governador civil que «em troca pela deposição imediata das armas, os rurais poderiam retomar as suas vidas sem que viessem a sofrer quaisquer represálias ou perseguições»[20].

A greve geral surge como a oportunidade de dar início à revolução social

Caça aos grevistas

A Guarda Republicana ataca os trabalhadores insurrectos, José Júlio não estaria ao corrente do «plano traiçoeiro». (Mas tinha de estar? É óbvio que não). E os insurrectos acabam por debandar, sendo alguns capturados pelos campos. A população é barbaramente espancada e arrastada para fora de suas casas. A caça aos grevistas continua. «Ouviu-se dizer que José Júlio da Costa andou com a guarda pelos montes à caça dos cabecilhas da greve»[21]. Sem julgamento e sem culpa formada, trinta trabalhadores rurais foram deportados para Luanda. José Júlio terá também levado a força repressiva à Comuna da Luz, onde viviam um grupo de sapateiros e suas famílias numa experiência de vida em comum, sendo ali encontrado um grupo de jovens refractários e desertores da guerra. A Comunidade experimental anarquista é destruída e o seu fundador, Gonçalves Correia, preso em Beja.

José Júlio da Costa nunca esclareceu claramente o motivo que o levou a matar Sidónio Pais. Nunca chegou a haver um julgamento. Permanecendo assim um mistério. Alguns cronistas sugerem que tudo se deveu ao facto de ter sido traído na sua palavra. Chegam a afirmar que ele disparou três tiros, um deles para vingar os trabalhadores. Teria de se punir a si próprio pela colaboração que prestou ao governo sidonista. O que sabemos é talvez muito pouco. «Mas na questão da greve agiu como lavrador – proprietário –, como defensor do capitalismo, sem noção dos interesses partidários e sem consulta aos superiores hierárquicos do partido»[22].

O certo é que, após o fracasso do movimento grevista, Sidónio Pais aproveita a oportunidade para «vibrar fundo golpe» na organização dos trabalhadores.

NOTAS

1 José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando - Memórias de um operário corticeiro, 1914-1938*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.

2 *Idem*.

3 Depoimento do agente Manuel Alves Oliveira. Citado na obra de Alberto Franco e Paulo Bragança, *O Homem Que Matou Sidónio Paes*, Lisboa, Guerra e Paz, 2008.

4 César de Oliveira, *A Criação da União Operária Nacional*, Porto, Afrontamento, 1973.

5 Alexandre Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

6 *Idem*.

7 João Gonçalves Tormenta foi condenado, em 1912, a 28 anos de prisão pela morte do administrador do concelho da Moita (Setúbal). Mas o autor dessa morte foi a população da Moita em revolta. Um ano após ter sido libertado, Gonçalves Tormenta foi definitivamente indultado.

8 Inicia-se com o sidonismo a actuação política organizada do «integralismo lusitano». Foi posteriormente uma das correntes ideológicas que se integraram no dito Estado Novo, no fascismo salazarista.

9 Alexandre Vieira, *Almanaque de A Batalha*, 1926.

10 Alexandre Vieira, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, *op. cit.*.

11 *Idem*.

12 *Idem*.

13 José dos Reis Sequeira, *op. cit*,

14 Declaração de Francisco Mestre, participante nos acontecimentos, em *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo,* de Francisco Canais Rocha e Maria Rosalina Labaredas, edições 1 de Outubro, 1982.

15 *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo*, *op. cit.*

16 *Ibidem.*

17 *Ibidem*.

18 José dos Reis Sequeira, *op. cit.*

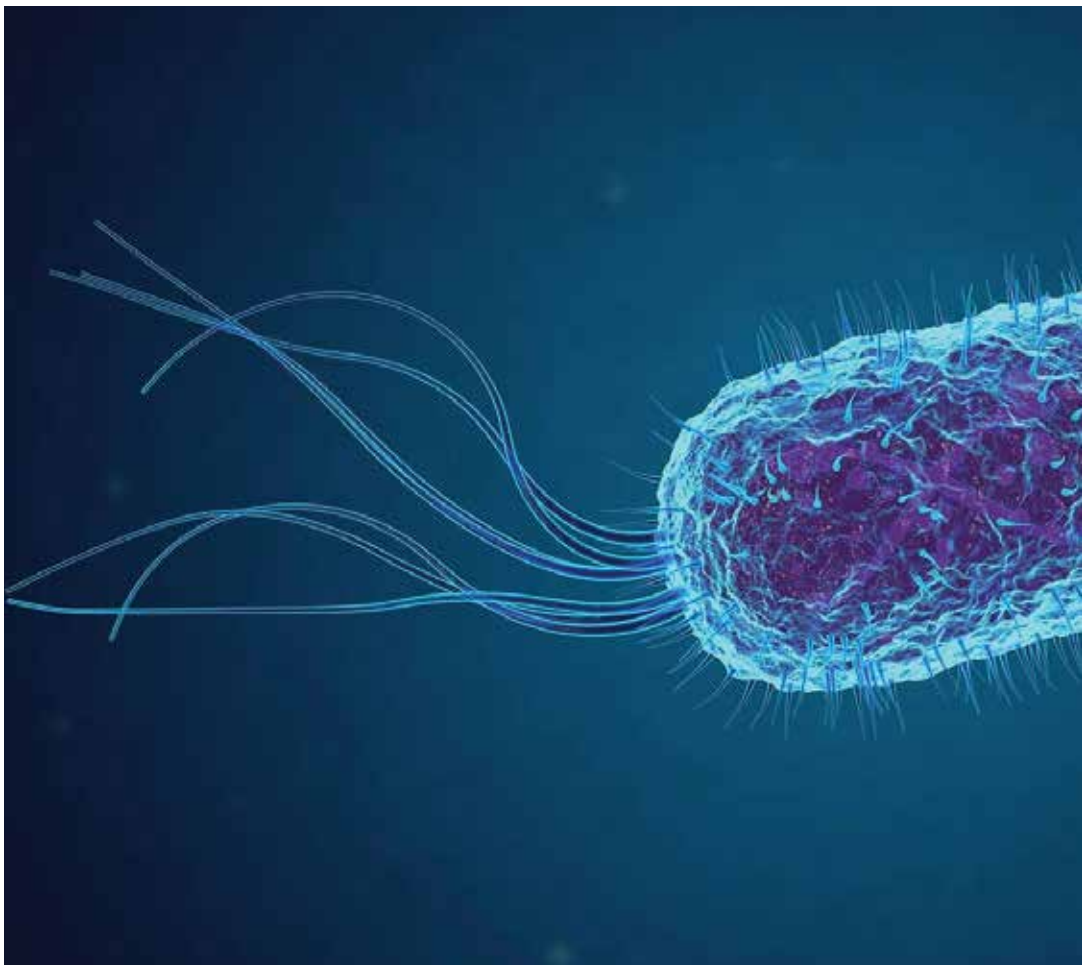
19 *O Homem Que Matou Sidónio Paes*, *op. cit.*

20 *Idem*.

21 José dos Reis Sequeira, obra citada.

22 *Idem*.

A voz das bactérias



Escherichia col

BORBOLETA AZUL

A primeira vez que os cientistas procuraram escutar a voz das bactérias foi para matá-las.[1] Sem conhecer o seu idioma e vocabulário, o que contou como voz foi o movimento, a vibração feita pelos seus corpos. Da imensa diversidade de bactérias que imaginamos existirem no nosso planeta, dedicamo-nos a conhecer dez.[2] A mais bem estudada de todas é usada no laboratório de uma forma instrumental, *Escherichia coli*, sem querermos saber propriamente o que faz nos seus tempos livres. Esta dezena causa doenças em seres humanos, como a tuberculose, a pneumonia e infeções variadas, quando tem oportunidade. Nestes momentos, queremos debelar as bactérias e ouvi-las a agonizar para saber se os antibióticos estão ou não a fazer efeito. O seu silêncio é o nosso descanso, e após vencer a guerra, voltamos a ignorá-las.

As bactérias, criaturas minúsculas, refazem a escala ao produzir o planeta tal como o conhecemos. Refazem também o social e, no processo, humilham o Antropoceno.

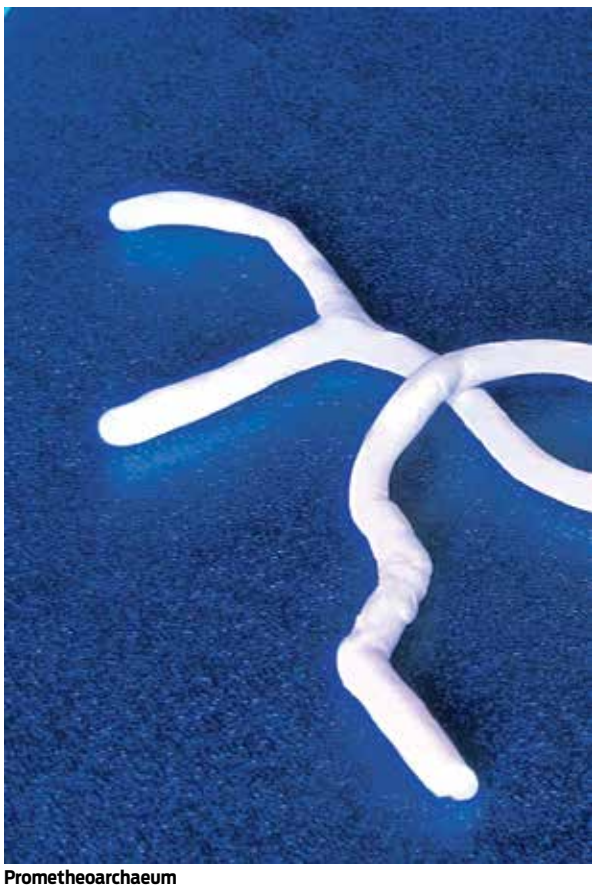
As bactérias, criaturas minúsculas, refazem a escala ao produzir o planeta tal como o conhecemos. Refazem também o social e, no processo, humilham o Antropoceno. Um dos primeiros homens a observá-las com atenção, Christian Gottfried Ehrenberg, pensou que eram iguais aos animais, só que mais pequenas, «sem gradação do mais simples para o complexo».[3] Infelizmente, esta igualdade foi de pouca dura; o facto de serem organismos de uma célula única despromoveu-as a unidades semelhantes a tijolos ou legos com as quais se constrói a vida, onde a complexidade se tornou sinónimo de superioridade, e a simplicidade sinónimo de inferioridade. No entanto, o sucesso das bactérias reside precisamente na igualdade radical com que compõem o mundo. São capazes de criar colónias, organismos visíveis a olho nu, biofilmes, e viver em quase todos os recantos do planeta e, muito possivelmente, fora dele, sem se diferenciarem ou estabelecerem relações hierárquicas entre si. Na Terra, durante o éon Arqueano, compartilharam esta forma unicelular com outros seres, as arqueias, até que aconteceu algo verdadeiramente notável.

O que separa as bactérias das arqueias é a sua constituição fundamental. As bactérias têm uma armadura blindada e por baixo um casaquinho tricotado pela avó; as arqueias têm uma cota de malha e um casaquinho tricotado com Kevlar. Mas além de diferirem no invólucro, transcrevem e traduzem a informação genética à sua maneira, criando duas formas de ser incompatíveis e complementares, capazes de coexistir e ocupar nichos específicos. Ao longo de dois mil milhões de anos, ambas metabolizaram o mundo à escala planetária e produziram gases. São responsáveis por ciclos biogeoquímicos como o do oxigénio (cianobactérias), metano (arqueias metanogénicas) e azoto (ambas). Sabemos muito pouco sobre as espécies críticas para estes ciclos, mas achamo-nos muito importantes por interferirmos com eles, equiparando-nos aos microrganismos no efeito que temos sobre o planeta. Tendo em conta que a mudança do ambiente anaeróbio para o aeróbio foi catastrófica, causando a primeira extinção em massa e provavelmente uma idade de gelo global, ainda temos muito que aprender. O clima é, na sua essência, um fenómeno microbiano.

As bactérias e as arqueias possuem uma diversidade espantosa de formas de produção de bioenergia. Apesar de compartilharem a mesma moeda energética, o ATP, têm muitas maneiras de a conseguir. Podem usar luz, pedras e químicos para produzir matéria orgânica «*de novo*», fermentar os compostos orgânicos que vazam da vida ou de fluxos geotérmicos, ou respirar praticamente qualquer coisa, como oxigénio, diversos gases e metais, permitindo uma reciclagem perpétua de materiais entre seres potencialmente imortais através da divisão. Durante o éon Arqueano, as relações sintróficas foram essenciais à vida coletiva, com uns a respirar o que outros exalavam em tapetes microbianos, numa exploração contínua de nichos e substratos. A política da sintrofia obriga a uma dependência mútua, com a sobrevivência de cada espécie ligada à capacidade de transformar o desperdício alheio em recurso, ou perecer intoxicada com os seus venenos. Mas há cerca de 2-3 mil milhões de anos, acabou-se a troca pacífica de exsudados: algumas bactérias inventaram os antibióticos, que permitiram criar zonas de exclusão para monopolizar recursos; e as bactérias e as arqueias desenvolveram estruturas para a mobilidade, como os pili e os flagelos. O movimento permitiu escapar de ambientes tóxicos, procurar lugares favoráveis, e criar novas dinâmicas relacionais. Por exemplo, os organismos móveis podiam injetar toxinas noutros, caçar ou aproximarem-se de células para fazer trocas genéticas. A transferência horizontal de genes é comum nos organismos procarióticos, que são capazes de captar ADN de células mortas e receber ADN por via de vírus. Mas trocar diretamente informação genética via adesão a um canal de conjugação já conta como sexo microbiano. Apesar de toda esta criatividade, o mundo não estava preparado para o que veio a seguir. Só conhecemos os protagonistas desta história nos últimos 10 anos, quando em 2015, uma equipa de investigadores da Suécia, ao escavar genomas nos sedimentos abissais do Castelo de Loki — uma chaminé hidrotermal entre a Islândia e Svalbard — se deparou com algo inédito.[4] A 2350 metros de profundidade, encontraram uma arqueia cujo genoma continha genes nossos. Genes de eucariotas. Outras equipas encontraram parentes dela noutras fontes termais, estuários e rios de águas negras, e deram-lhes nomes de divindades nórdicas: Asgardarchaeota, com linhagens como Loki-, Thor-, Odin- e Heimdallarchaeota.

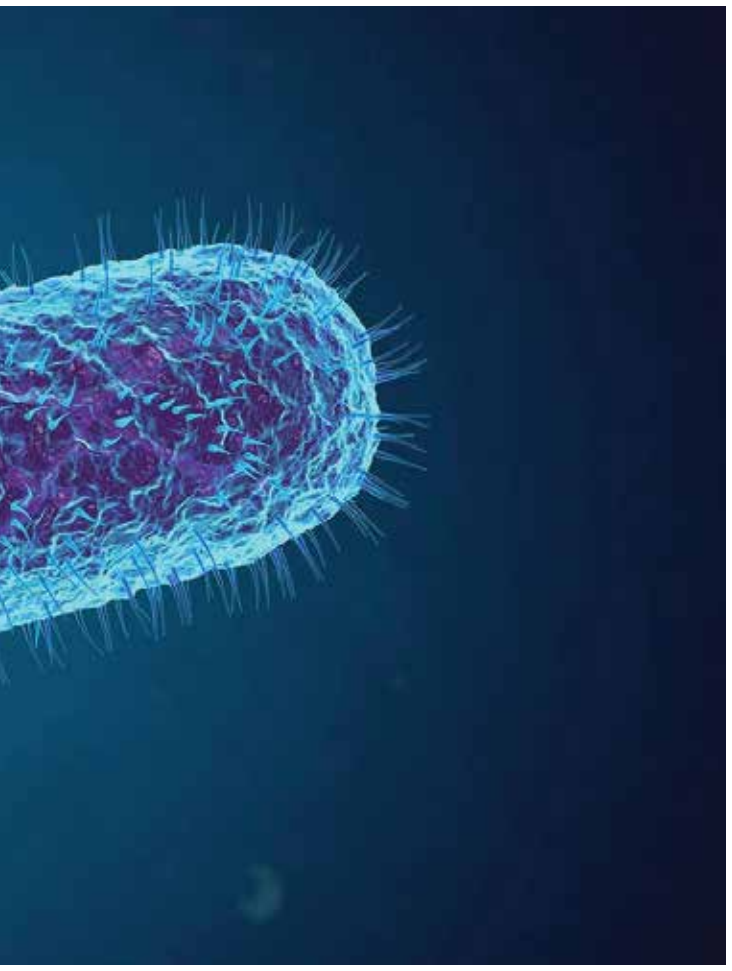
Quando se estuda a árvore da vida, o resultado não podia ser mais humilhante: somos arqueias.

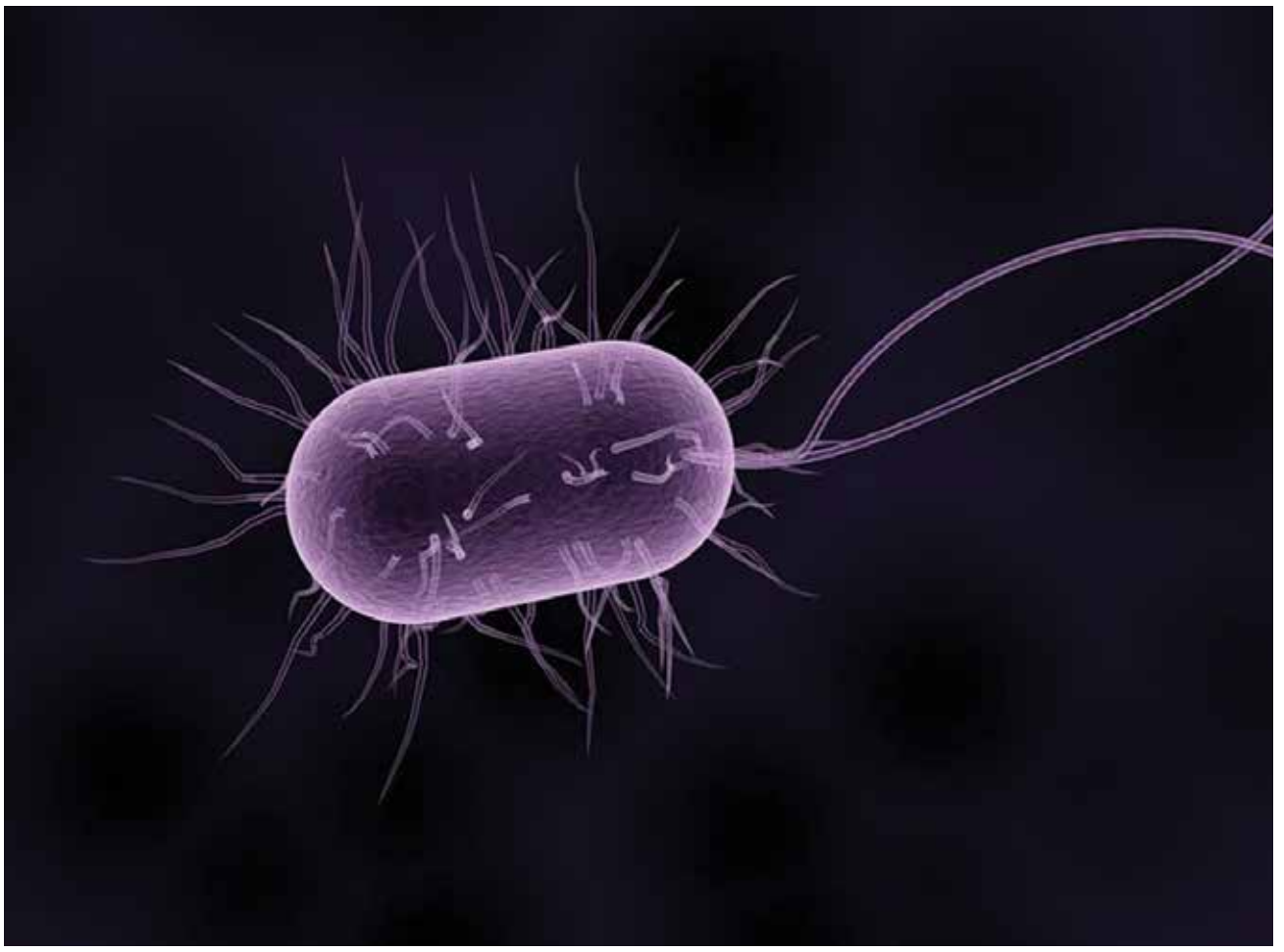
Há 5 anos, uma equipa de investigadores do Japão que estuda a vida em ambientes extremos conseguiu, com imensa paciência, cultivar uma dessas arqueias,[5] e chamou-lhe *Prometheoarchaeum syntrophicum* — a «arqueia de Prometeu que vive em sintrofia». Em julho do ano passado, foi criado um reino para a acomodar, Promethearchaeati,[6] em honra a Prometeu, o cocriador da humanidade que roubou o fogo aos deuses para o dar a humanos feitos de barro. Nesta metáfora, a arqueia é o barro, pois vive em sedimentos; o fogo é a bactéria queimadora de oxigénio, com capacidades energéticas sem precedentes.



Prometheoarchaeum

P. syntrophicum foi descrita como a criatura menos autónoma do mundo. Vive numa sintrofia obrigatória com outra espécie de arqueia, do género *Methanogenium*, e uma espécie de bactéria, do género *Halodesulfovibrio*. A razão para a sua incompletude é que morre





Heute.at

commons.wikimedia.org

intoxicada pelo seu próprio hálito se não tiver quem o respire. Esta deficiência é distinta da fome que resulta da necessidade de comer. *P. syntrophicum* não comparte a refeição nem conspira com os seus simbiontes; excreta hidrogénio, que estes consomem avidamente como fonte de energia. Esta teia metabólica tem uma forma física: *P. syntrophicum* envolve os simbiontes com prolongamentos membranosos. Consegue dobrar-se sobre si mesma e reconfigurar o que conta como externo e interno. Este organismo é hábil a viver entre mundos. Cada um dos simbiontes domina ambientes que se sobrepõem parcialmente, o mundo do sulfato e o mundo do metano. A zona de Prometeu é uma fronteira instável, só habitável em consórcio.

Apesar da intimidade desta relação a três, o nosso antepassado direto teve de levar a coisa ainda mais longe. Tal só aconteceu quando conheceu uma bactéria à sua altura. Especula-se que a bactéria ancestral era uma alfaproteobactéria, um parasita intracelular obrigatório conhecido por roubar ATP, uma ladra que entrou na casa de Prometeu. Os tempos eram profundamente instáveis: as cianobactérias começaram a produzir oxigénio, que no início era um veneno para quase todos. Mas esta bactéria parasita conseguiu transformar o oxigénio no seu combustível de eleição. Ficou uma ladra endinheirada, incapaz de manter uma casa,

> A política da sintrofia obriga a uma dependência mútua, com a sobrevivência de cada espécie ligada à capacidade de transformar o desperdício alheio em recurso, ou perecer intoxicada com os seus venenos.

mas capaz de transformar uma espelunca energética num hotel de luxo. A dependência mútua dificulta saber quem é o vigarista e quem é o vigarizado nesta relação; mas em algum momento, a arqueia deficiente e imperfeita aparentemente ganhou vantagem, pois incorporou permanentemente a alfaproteobactéria, antepassada da mitocôndria, capaz de produzir energia com muito maior eficiência, a financiadora do consórcio que terminou em aquisição. Da fusão resultaram todos os organismos eucariontes, incluindo nós. Quando se estuda a árvore da vida, o resultado não podia ser mais humilhante: somos arqueias,[7] com todas as criaturas protistas, fungos, plantas e animais da terra. Representamos apenas um pequeno sub-ramo desta árvore, o produto da codependência encapsulada de seres trapaceiros que nunca souberam cooperar de forma igual, porque nunca foram livres. No entanto, a verdadeira diversidade da vida, bacteriana e arqueana, esmagadora em número e forma, continua a viver de forma autónoma. Interessa-nos então compreender como esses seres — os verdadeiros senhores do planeta — são capazes de o fazer.

A autonomia resulta da diversidade e flexibilidade metabólica que possuem, que lhes permite obter a soberania energética. O que não conseguem fazer, como dizia Lynn Margulis, é comer o seu próprio desperdício.[8] A interdependência resulta tanto da necessidade de cooperar para comer como para eliminar o descomido. Seres da mesma espécie podem compartilhar refeições, mas a gestão do lixo envolve tipicamente a cooperação de seres diferentes.

A interdependência requer um fluxo de comunicação constante. A voz das bactérias faz-se ouvir mediante processos democráticos radicais, de quórum sensorial.[9] Escutam-se mutuamente para saberem quando é tempo de cantar em uníssono, ou a diferentes vozes[10] A sua coordenação produz efeitos notáveis: constroem cidades em biofilmes, iluminam os mares com bioluminescência, ou efetuam ataques coordenados. Piotr Kropotkin tinha intuído corretamente o imperativo microbiano da ajuda mútua para a sobrevivência, uma prática inescusável, mais do que um ideal ético ou filosofia. É esta voz que temos de aprender a escutar, para compreender melhor os seus planos. Entretanto, podemos ouvir as batucadas que faz uma *Escherichia coli* ao ribombar num tambor de grafeno.[11]

NOTAS

1 https://www.tudelft.nl/en/2022/3me/news/bacterial-soundtracks-revealed-by-graphene-membrane

2 https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2025.01.04.631297v1.full.pdf

3 https://ca1-tls.edcdn.com/Special-Issue-1-Christian-Gottfried-Ehrenberg-1795-1876-The-Man-and-His-Legacy-Small.pdf

4 https://doi.org/10.1038/nature14447

5 https://doi.org/10.1038/s41586-019-1916-6

6 https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11316595/

7 https://doi.org/10.1038/nmicrobiol.2016.48

8 https://www.edge.org/conversation/lynn_margulis-chapter-7-gaia-is-a-tough-bitch

9 https://doi.org/10.1098/rstb.2007.2039

10 (https://www.science.org/doi/10.1126/science.284.5418.1302

11 https://www.youtube.com/shorts/DYWX16Orq4c

Boicote ao Boiler Room Lisboa
Do *ravewashing* ao activismo *raver*

Lisboa foi palco recente de mais uma edição do Boiler Room (BR). Acompanhando o boicote internacional após a compra do BR por um fundo de investimento ligado ao genocídio do povo palestiniano, a comunidade *raver* organizou nesse mesmo dia uma contra-festa como gesto de boicote e de apoio a Gaza. No interior do BR, vários acontecimentos inesperados vieram perturbar a tranquilidade do evento.

HORÁCIO BOAVIDA
ANA QUEIJO

Mixer manchada com tinta/«sangue» genocida

A 24 de Outubro de 2025, aconteceu em Lisboa mais uma edição do Boiler Room (BR). Com eventos espalhados pelo mundo inteiro, o BR contribuiu activamente para o processo de assimilação que transformou a *rave* num espectáculo e numa marca, desvirtuando e mercantilizando a sua génese *underground* e mediatizando uma experiência marginal e opaca que sempre dispensara câmaras, *flashes* e holofotes (num exemplo paradigmático de apropriação da *rave* – ou *ravewashing*). Acompanhando o boicote internacional que se fez sentir em várias cidades e países após a compra do BR pela Superstruct (uma mega-empresa de entretenimento ao vivo) e pela KKR (o segundo maior fundo de investimento do mundo com inúmeros negócios ligados ao genocídio de Israel em Gaza), a comunidade *raver* e activista de Lisboa juntou-se e organizou uma contra-festa no Clube Oriental de Lisboa, um espaço associativo sediado no Poço do Bispo, em frente ao 8 Marvila, o local escolhido para a nova edição do BR. Intitulando-se Spoiler Room, esta contra-festa assumiu o boicote ao BR como um gesto de resistência e de solidariedade com a Palestina.

Para quem acompanha o movimento *raver*, o nome Boiler Room dificilmente passa despercebido. Desde 2010 que esta empresa/marca mundialmente famosa promove eventos filmados e transmitidos em directo, transformando DJs em superestrelas e a *rave* num produto cada vez mais centrado na imagem, no *glamour* e no sucesso. Na sua génese ligada ao *underground*, ao DIY e à cultura da *free party*, a *rave* sempre procurou modos de existência fora dos esquemas convencionais e monopolistas da indústria ou do mercado, mas também das formas de governação hierárquicas e autoritárias. Dissidente, autogerida, ocupando espaços temporários e assente numa organização colectiva, a *rave* – em Portugal como em tantos outros lugares – assumiu-se politicamente como forma de dissidência, conspiração e libertação.

O sucesso internacional do BR tornou-o desde cedo numa das expressões mais rentáveis da assimilação capitalista da *rave*. Em 2021, o BR é comprado pela DICE e em 2025 pela Superstruct, que pertence à KKR, o segundo maior fundo de investimento do mundo especializado em capital privado, com uma série de investimentos sionistas em várias áreas e em vários cantos do globo: da cibersegurança e dos centros de dados ao investimento imobiliário nos colonatos ilegais da Cisjordânia, passando por empresas tecnológicas e militares ligadas ao fornecimento de armas a Israel. Para além da ligação a investimentos sionistas e genocidas, a KKR financiou também um gigantesco gasoduto que destruiu o território indígena do povo Wet'suwet'en, no Canadá.

Dissidente, autogerida, ocupando espaços temporários e assente numa organização colectiva, a *rave* – em Portugal como em tantos outros lugares – assumiu-se politicamente como forma de dissidência, conspiração e libertação.

Sabendo da vinda do BR a Lisboa, o boicote, que já tinha acontecido em várias outras cidades do mundo, como Nova Iorque, Dallas, Toronto ou São Paulo, surgiu como uma resposta inevitável. As três estratégias fundamentais consistiram em: 1) pressionar os DJs a cancelar a sua participação no BR (dois deles fizeram-no: Yen Sung e John Talabot); 2) mediatizar o boicote nas redes sociais e produzir materiais informativos em torno da problemática da assimilação da *rave* ou das ligações do BR à KKR e ao sionismo; 3) organizar uma contra-festa de boicote, unindo a comunidade *raver* e fortalecendo a solidariedade indígena com Gaza, para onde reverteu parte das angariações conseguidas. A outra parte foi destinada a ajudas de custo a artistas convidados, apesar de todos terem vindo com pouca ou nenhuma expectativa de serem pagos.

O Spoiler Room não conseguiu impedir a realização da festa, mas na noite de 24 de Outubro vários incidentes disruptivos quebraram a tranquilidade de quem dançava ao som do Boiler Room Lisboa. Sem nenhuma ligação aparente à contra-festa ou ao boicote convocado nas redes sociais, um piquete à entrada do 8 Marvila distribuiu panfletos a denunciar as ligações entre o BR, a KKR e o genocídio do povo palestiniano, levando a que algumas pessoas desistissem de entrar no evento. O piquete motivou também um forte aparato policial, com polícias fardados espalhados pelo bairro e outros mal disfarçados e à paisana, tanto à entrada como no interior da festa. Tornou-se então clara a ironia patente no próprio percurso da assimilação e higienização da *rave*, um movimento que começa no final dos anos 1980 como desafio ao Estado e à polícia e que acaba agora, na sua versão comercial e *mainstream*, a pedir socorro às próprias forças da autoridade face à «ameaça» de um pequeno grupo de activistas *ravers*. Ainda assim, a convocação deste exército policial não conseguiu impedir que fosse hasteada uma bandeira Palestiniana de 5 metros numa varanda com vista para um dos palcos, nem que caísse tinta vermelha sobre a multidão e a DJ que aceitara tocar por dinheiro manchado de sangue. O cinismo e a hipocrisia têm um preço e o espectáculo de *glamour* e de *coolness* encenado pelo BR foi finalmente quebrado.

Do outro lado da estrada, no Clube Oriental de Lisboa, espaço associativo fundado em 1946, o Spoiler Room agregou uma comunidade de *ravers* e activistas para pensar e discutir numa roda de conversa sobre *ravewashing*, sionismo e gentrificação. Houve também um jantar comunitário, concertos e DJ sets.

Podes ler o manifesto do Spoiler Room e mais informações sobre a disrupção no evento aqui:

https://bbrl.crd.co
https://bit.ly/SPOILERroom

A vida faz-se de acasos e valores

Uma viagem ao passado de José Hipólito dos Santos que nos traz memória de tempos sombrios, cada vez mais parecidos com os que vivemos agora.

FERNANDO SILVA

Um livro de José Hipólito dos Santos, ainda em projecto, mas já com vários textos prontos a publicar, foi encontrado no seu computador pessoal, em 2020, pela filha, Irene, três anos após a sua morte. Atraíra-lhe a atenção o nome da pasta: «A vida faz-se de acasos e valores», dentro encontrou esta obra «quase pronta» que viria a ser editada no passado mês de Junho pela editora Letra Livre, depois de cinco anos dedicados por Irene Hipólito dos Santos à sua organização e a «intervenções tímidas» explicadas na introdução.

Acasos e valores levaram Hipólito a participar na Revolta de Beja (1962), cujo fracasso o levaria à prisão e um ano e meio depois ao exílio na Argélia. Ali, foi um dos fundadores da JAPPA (Junta de Acção Patriótica dos Portugueses na Argélia) e representante do MAR (Movimento de Acção Revolucionária) na FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional). Em 1968 vivia em Paris e aderiu à LUAR (Liga de União e Acção Revolucionária), que abandonou dois anos depois. Todas estas organizações tinham por objectivo «libertar Portugal pela acção armada do povo». Poucos dias depois do 25 de Abril de 1974 regressou a Portugal. Em Janeiro de 1975 foi eleito presidente da AIL (Associação dos Inquilinos Lisbonenses), função que assumiria até 1979. Viveu o PREC, «processso revolucionário em curso», organizado no PRP-BR (Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias), de que foi dirigente até 1978. Deste percurso Hipólito deixou testemunho das suas vivências nas obras que publicou[1], à excepção das da militância no PRP-BR[2].

Em *A Vida Faz-se de Acasos e Valores*, prefaciado e posfaciado, respectivamente, pelas historiadoras Irene Flunser Pimentel e Susana Martins, Hipólito revisita episódios vividos já narrados nas sua obras, mas desta vez encontrando-lhe novos sentidos, num processo de «rememoração [que] se dá a partir de novos ângulos e prismas», revelando aspectos ocultos «como se estivessem submersos nos meandros das histórias pessoais». Esta «repetição da lembrança permite a revelação de aspectos marcantes, que nas primeiras abordagens ficam fora de campo, incorporando-os para os tornar memória», como realça Irene na introdução do livro.

Embora pouco ou nada comum num livro autobiográfico, o primeiro texto versa o encarceramento do autor pela PIDE e, assim, destaca a grande importância da prisão na sua vida. «Assunção da Sua Própria Liberdade»[3], é o testemunho da não aceitação do regime ditatorial, originalmente apresentado no II Congresso de Psicodrama Psicanalítico, em 2012. Nele Hipólito narra a experiência de preso. O convite à colaboração com a polícia. O primeiro espancamento. Os curros do Aljube. A primeira semana de tortura do sono (que se repetiria mais duas vezes ao longo dos quatro meses seguintes), o isolamento, interrogatórios, espancamentos. E, depois de narrar aspectos de tudo o referido, reflexiona sobre a tortura física «como instrumento para fazer falar e para que se espalhasse a ideia de que a PIDE era tenebrosa, para paralisar toda a acção individual e colectiva». Mas também explica como em circunstâncias tão adversas se pode sentir prazer em pequenas coisas como «respirar o ar fresco da madrugada ou ouvir o eléctrico a passar», e a determinação para «viver, sobreviver, numa situação em que se é reduzido a nada, mantendo a consciência do valor próprio, de que é uma situação transitória da qual se sairá de cabeça levantada». Termina este texto recordando que «não há que subestimar a atitude individual do resistente nas alturas em que a submissão colectiva está instalada. A resistência tem sempre a sua origem em grupos restritos, sem os quais a luta contra a submissão não encontra base de apoio».

> Hipólito revisita episódios vividos já narrados nas suas obras, mas desta vez encontrando-lhe novos sentidos, num processo de «rememoração [que] se dá a partir de novos ângulos e prismas»

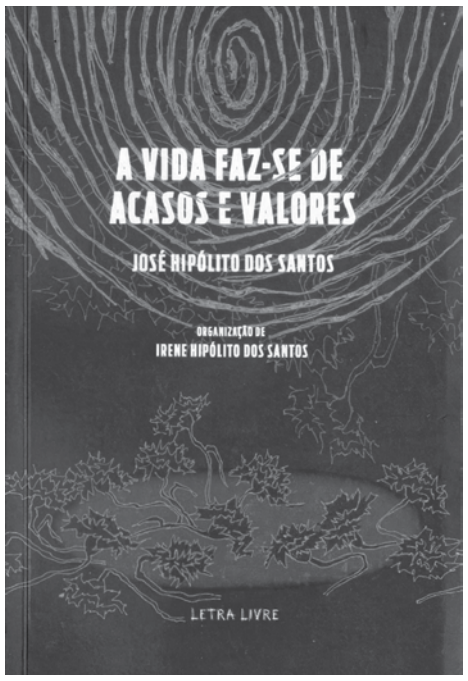
Um quarto das páginas do livro é dedicado às «Memórias de Infância em Tempos de Guerra». Leva-nos numa viagem ao seu passado, narrando com os olhos do tempo de criança e de adolescente como era a vida então, como foi o seu percurso desde tenra idade, servindo-se de recordações do Porto, onde nasceu, de Almeida, Vilar Formoso, Viana do Castelo, Lisboa, terras onde o seu pai, guarda-fiscal, foi sendo colocado; memórias escolhidas e avivadas no processo da passagem à escrita dessas vivências.

O tema da prisão perpassa o livro e volta a estar em foco noutros dois textos: «Um Natal na Prisão de Caxias», o relato de uma iniciativa pouco conhecida em que participou, reveladora do engenho de presos para subverter as normas repressivas, aproveitando neste caso a quadra natalícia, no Reduto Sul do Forte de Caxias, em Dezembro de 1962. E «Claridade ou como Conceber a Resistência», a trancrição incompleta (os últimos 15 minutos não foram gravados) de uma comunicação apresentada por Hipólito no Museu do Aljube, em 2017, onde disserta sobre a sua estada nos curros, de que foi um dos recordistas e de que só se livrou com uma greve de fome, interrompida com a sua transferência para o Forte de Caxias; explica donde lhe veio o conhecimento para «ludibriar algumas regras e aliviar este quadro opressor e repressivo»; e reflexiona criticamente sobre a orientação do PCP aos seus militantes presos, vertida no célebre manual de comportamento na polícia «Se Fores Preso, Camarada…».

Noutro capítulo, «A Prisão como Corolário Natural de uma Época», deixa refletida a sua vida desde a entrada com dezassete anos no mundo do trabalho, ao mesmo tempo que prosseguia os estudos em cursos nocturnos, até à saída para o exílio em 1963. Nele dá a conhecer o processo de formação como economista na condição de trabalhador-estudante. O Serviço Militar como oficial miliciano. O contacto com António Sérgio. O envolvimento no MUDJ (Movimento de Unidade Democrática Juvenil). A integração no Ateneu Cooperativo, onde conheceu ex-dirigentes e ex-militantes do PCP e anarquistas, libertados havia pouco de várias prisões do país. O pedido de audiência a Salazar. A entrada para a Seara Nova, revista de grande prestígio intelectual conhecida pela sua oposição ao regime. A candidatura de Humberto

Delgado. A participação no Movimento da Sé. O envolvimento na Revolta de Beja, que o levará à prisão. Num gesto raro em ex-presos políticos, reconhece ter-se visto obrigado a falar na PIDE, após sessões de tortura, admitindo ter reunido com outros camaradas com o objectivo de difundir notícias sobre a tomada do quartel de Beja, sendo que a sua implicação real nos acontecimentos foi de facto muito maior que o reconhecimento de que «sabia que se preparava alguma coisa» e a participação nesta reunião, admitida também no interrogatório.

A libertação de Hipólito sob caução e a ida para o exílio são relatadas em «Por Terras das Arábias (1963-1967) e alguns Prolongamentos», onde nos conta o ambiente dos opositores portugueses instalados na Argélia recém independente e «carente de quadros experientes». Pouco tempo depois da chegada, ele e a companheira, Maria Luísa Gabão, desempenhavam funções de responsabilidade numa importante cooperativa de hotéis e restaurantes. Dois anos depois, face ao «mau ambiente político e relacional no meio português» e à «degradação do contexto político e económico argelino», mudam-se para Marrocos onde Hipólito assumirá a direcção financeira de uma empresa pública de turismo e María Luísa as mesmas funções numa empresa de construção. Ali passaram outros dois anos, «Marrocos tinha-se tornado um pesadelo, fazendo-nos viver numa situação política mais grave do que aquela que nos obrigara a sair de Portugal», e decidiram prosseguir o seu exílio em Paris, coincidindo com a sua adesão à LUAR. Os «Prolongamentos» a que se refere no título deste texto são os relatos do regresso a estes países do norte de África mais de uma década depois para curtas estadias, onde comenta em breves resenhas



A Vida Faz-Se De Acasos E Valores
José Hipólito dos Santos
Letra Livre, 2025

> Não há que subestimar a atitude individual do resistente em alturas em que a submissão colectiva está instalada.

as mudanças, para pior, que foi encontrar. E aproveita para escrever brevemente sobre a sua experiência de dois meses numa missão como perito das Nações Unidas na Mauritânia, em 1985, onde pôde «apreciar a forma como se trabalhava nas diversas agências: os relatórios e pareceres eram forjados em hóteis, copiando o que outros peritos já tinham escrito sobre o assunto».

Embora se trate de um livro essencialmente autobiográfico, Hipólito incluiu-lhe «Um Militante Libertário (Personagem Sabiamente Polémico)», texto em que aborda de ângulos diversos Moisés da Silva Ramos, «uma vida dedicada a uma causa para lá de si», uma biografia curta deste seu amigo anarquista; e «A Participação de Libertários em Movimentos para Derrubar a Ditadura Salazarista», texto onde descreve o papel do movimento anarquista em Portugal desde a forte repressão sofrida nos anos 1920, que quase o aniquilou. Recorda que «milhares de anarquistas ou de supostos tais foram presos, deportados para sítios inóspitos, mortos. Foi uma repressão violenta, intensa e sem contemplações legais, como nunca existiu contra os comunistas. […] Nos anos 40 e 50 os comunistas tomaram o lugar dos anarquistas na aura da resistência ao fascismo». Conta ainda como descobriu verdadeiramente o anarquismo no Ateneu Cooperativo e narra episódios das iniciativas contra a ditadura em que ele próprio participou, nomeando os outros libertários partícipes.

Irene encontrou «A Vida é feita de Acasos e Valores» quando pesquisava para um texto sobre a relação entre Adolfo kaminsky, um dos mais importantes falsificadores de «papéis» da Resistência Francesa durante a Segunda Guerra Mundial, e o seu pai, «um dos alunos excelentes» que teve, o primeiro português a quem ensinou as artes da falsificação. Entrevistou o casal Adolfo e Leïla Kaminsky e achou por bem incluir essa conversa num capítulo deste livro, que também é seu. «Em Jeito de Conclusão» é o texto da sua autoria onde tenta retomar a parte não gravada da comunicação de José Hipólito dos Santos no Museu do Aljube, «a partir da memória do que ali afirmou e das múltiplas conversas que tivemos».

Os textos de José Hipólito dos Santos, escritos em momentos diferentes, entre os anos 2007 e 2017, de agradável leitura, tratam essencialmente de lembrança do que foi a ditadura e do seu longo e singular percurso de luta pela liberdade. São contributos importantes para a preservação desta memória e, simultaneamente, revelam conhecimentos e reflexões úteis para quem resiste e luta por uma sociedade mais justa

NOTAS

1 A sua vida de lutador anti-fascista e libertário e a sua obra escrita foram abordadas com algum pormenor por mim em «A Constância de José Hipólito dos Santos», um artigo *in memoriam* publicado na edição #19 do Jornal Mapa, ler aqui: (https://dev.jornalmapa.pt/2018/02/28/in-memoriam-constancia-jose-hipolito-santos/).

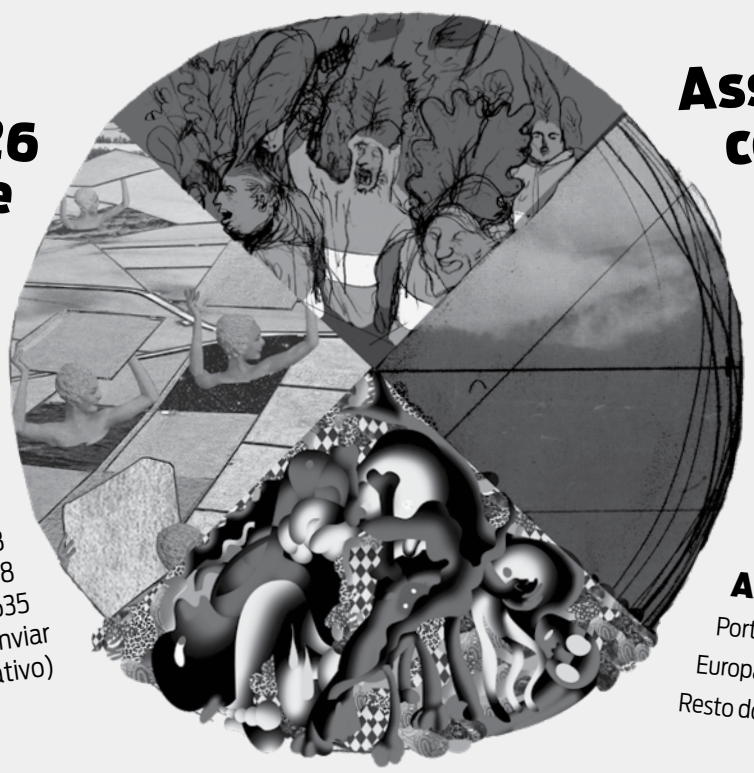
2 A transcrição integral de uma entrevista filmada, em 2016, sobre a sua participação no PRP-BR, encontra-se disponível junto ao seu espólio no CD25 de Abril. Pode ser lida, expurgada, aqui: https://contributosabril.wordpress.com/

3 Publicado originalmente, em «A Ideia», 2016.

2012-2026
Catorze anos de Informação Critica!

Preenche o formulário em jornalmapa.pt ou envia os teus dados (nome; email; morada e NIF) e comprovativo da transferência para assinaturas@jornalmapa.pt

NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
MBWAY: +351933291635
PAYPAL: vaquinha@jornalmapa.pt (enviar como donativo)



Assina o Jornal Mapa contribuindo para a continuidade deste projecto!

Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 20 neuros
Europa | 6 números | 25 neuros
Resto do mundo | 6 números | 30 neuros

Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 25 neuros
Europa | 6 números | 35 neuros
Resto do mundo | 6 números | 40 neuros

Gaza é o marco do nosso tempo

JÚLIO HENRIQUES

A escritora e jornalista Alexandra Lucas Coelho tem uma forte ligação com a Palestina, e com Gaza, em particular, iniciada em 2002. Foi repórter de guerra no Médio Oriente e é sem dúvida uma das pessoas que em Portugal conhece mais profundamente a tragédia palestiniana, à qual tem dedicado boa parte do seu trabalho, designadamente nos livros anteriores *Oriente Próximo* (2007), *E a Noite Roda* (2012), *Líbano, Labirinto* (2021), todos publicados na Caminho.

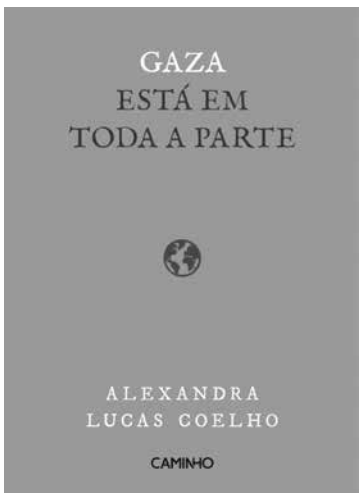
Gaza Está em Toda a Parte é uma penetrante composição que integra crónicas, reportagens e outros textos, incluindo duas sequências de fotografias a cores (148 no total), a primeira sobre a Faixa de Gaza, a segunda sobre a Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Israel. Estas impressivas fotos, em página plena, todas da autora, são no livro um precioso e sensível instrumento visual; carreiam ao mesmo tempo informação e questionamentos, estando nelas muito presente a intimidade com que a autora se adentra e se envolve no tempo e no espaço retratados.

Podemos ver este livro, na sua sequenciada arquitectura, como um genuíno e incisivo repositório, até ao presente, de toda a história da Palestina ocupada. Da história apreendida também por dentro – no extenso labirinto dos dramas e traumas que fazem parte da indomável resistência palestiniana –, e isso graças ao delicado lastro de familiaridades que a autora criou, ao longo de mais de duas décadas, com protagonistas e outros e outras participantes, incluindo a minoria israelita de declarados opositores à ocupação. E com os seus territórios e paisagens, e a peculiar hospitalidade palestiniana.

A lucidez presente nestas páginas verifica-se, desde logo, no texto de entrada, «Gaza: à beira de explodir». Reportagem datada de 2017, ela documenta como a maior prisão do mundo a céu aberto e entretanto campo de concentração (e agora de extermínio) era um sinistro beco sem saída, assustadoramente real, onde se amontoavam, em condições degradantes, num total de 2,3 milhões de pessoas, um número impressionante de adolescentes e jovens na flor da idade, rapazes e raparigas colocados perante um inexorável, implacável e humilhante *no future*. «As pessoas vão suicidar-se, e matar-se umas às outras, estão a ficar loucas. […] Gaza está sempre a contemplar a sua destruição». A autora sintetizará: «A Faixa de Gaza, que fui vendo nas suas mutações entre 2002 e 2017, é desde há muito um lugar como não existe outro no planeta». Mas, incrivelmente, no meio do máximo sofrimento, desamparo e desespero sobressaem sempre os dois pilares que mantêm de pé o povo palestiniano: o seu espírito de comunidade e a inquebrantável fé em si mesmo.

Este livro percorre uma ampla soma de iluminações conquistadas no terreno e que não é fácil resumir. É essencial lembrar que a ocupação ilegal da Palestina pelo Estado sionista, desde 1948, é um prolongamento, no nosso tempo, do modelo europeu de colonialismo de povoamento iniciado no século XVI nas Américas, cujos *progressos* incluíram, como aqui, o genocídio de populações indígenas. Daí, também, a identificação acrítica com o Estado de Israel da maior parte dos governos da área euro-norte-americana, que não só têm sido activos cúmplices ou participantes nos continuados crimes israelitas, como vão ao ponto de reprimir, até ferozmente, acções humanitárias de solidariedade com o povo palestiniano (como fazem também os mais opulentos países árabes), deixando apenas ao regime ditatorial iraniano a qualidade de apoiante de um povo abandonado pelos mais poderosos e «avançados». Neste contexto das cobardias governamentais, incluindo a da UE, a autora sublinha a grande importância da intervenção da sociedade civil, que levou muito tempo a despertar, e sobretudo a alertada acção internacional da juventude estudantil e dos judeus anti-sionistas. Chamando também a atenção para «o maior apagão da história do jornalismo» (a proibição de jornalistas estrangeiros em Gaza, excepto os colaboracionistas com o governo), que não desencadeou, entre as entidades jornalísticas internacionais, o protesto prático que estas poderiam ter manifestado contra essa censura e que levou ao maior morticínio de jornalistas (os heróicos jornalistas palestinianos) num teatro de guerra.

> O holocausto produzido em Gaza e a estender-se à Cisjordânia está a levar Israel à sua autodestruição



Gaza Está em Toda a Parte
Alexandra Lucas Coelho
Editorial Caminho, 2025

O analítico fio condutor também presente neste livro traz ao de cima, com a eloquência de uma escrita sem concessões, o pântano ideológico em que se revelou a pusilanimidade moral das democracias ocidentais – as tais que andam sempre com os Direitos Humanos na garganta – graças à qual o Estado de Israel pôde impunemente avançar na sua obra maior e mais recente, o genocídio em Gaza. A Europa, em particular, «refém da culpa do Holocausto desde a Segunda Guerra Mundial», e os EUA parceiros essenciais alimentam activamente a indústria do excepcionalismo de Israel, que constitui «a maior chantagem política de que há memória». Mas o fio condutor vê também que o holocausto produzido em Gaza e a estender-se à Cisjordânia está a levar Israel à sua autodestruição. A mentira em que se construiu desde o início – «uma terra sem povo para um povo sem terra» - escancara-se agora perante o que só pode ser uma fuga para a frente.

Alentejo apoia os palestinianos

FILIPE NUNES

Em janeiro de 2024, três meses depois do 7 de outubro e estando em curso um genocídio em Gaza, o Jornal MAPA foi ao encontro das comunidades locais e migrantes que fizeram do sudoeste alentejano a sua casa, incluindo uma presença significativa de famílias israelitas. A reportagem fora suscitada pela ausência da tomada de posições inequívocas dessas comunidades. Dois anos decorridos, subsiste nesse território o silêncio que era já então um peso demasiado incómodo.

Nos últimos meses de 2025 foi tornado público o apelo à subscrição da declaração coletiva «Alentejo apoia os palestinianos», uma «iniciativa apartidária liderada pela comunidade» cujos signatários se declaram «solidários com o povo palestiniano e com todos os afetados pela violência colonial na Palestina e fora dela. Somos contra o genocídio, a ocupação, o *apartheid* e a limpeza étnica perpetrados pelo Estado de Israel e pelos seus aliados». Clarificando uma posição que «não se refere à identidade dos perpetradores, mas à gravidade dos crimes cometidos» e rejeitando «o antissemitismo ou qualquer forma de discriminação com base na religião, etnia ou nacionalidade».

A campanha – junto de empresas, projetos e indivíduos locais – visa em concreto «apoiar a comunicação entre quem ofereça produtos ou serviços publicamente e os consumidores/público». Isto é, assumindo que «não estamos dispostos a comprar a empresas cujos proprietários apoiam ou são cúmplices do genocídio e da ocupação». A declaração coletiva encontra-se no Instagram em @we.standwithpalestianians, sendo a mesma alvo de contatos diretos junto de iniciativas, empresas ou comunidades, essencialmente em Odemira. Outros lugares da região portuguesa mostraram interesse em expandir esta iniciativa.

A utopia da supremacia branca de fachada feminista

A Terra Delas, uma obra considerada do cânone feminista, descreve uma sociedade matriarcal composta exclusivamente por mulheres através do olhar de três homens que descobrem este território numa expedição científica. Contudo, a «utopia feminista» depressa se revela um projeto de supremacia branca ao investigar as partes da vida da autora que são omitidas na introdução

BEATRIZ MENDES
@A_BIBLIOTEKA

Charlotte Perkins Gilman e a sua filha, c.1897

A *Terra Delas* foi daqueles livros que mal têm tempo de entrar na lista de leitura: abrem-se e leem-se de imediato. Li-o numa edição da Penguin que além de reunir outro conto, o "Papel de Parede Amarelo", conta com uma introdução, escrita por Tânia Ganho, que contextualiza a autora e a sua obra. Comecei por essa introdução e o entusiasmo para a leitura intensificou-se. O conto, escrito no início do século xx, é apresentado enquanto utopia feminista. Será que ia encontrar representadas algumas das coisas que imagino hoje num mundo pensado há mais de um século? Até àquele momento não fazia a mínima ideia de quem tinha sido Charlotte Perkins Gilman e Tânia Ganho apresenta-a como uma das figuras basilares do feminismo, no entanto decidiu silenciar aspetos relevantes da sua vida e pensamento. Foi quando procurei os silêncios que o entusiasmo desapareceu.

A obra *A Terra Delas* foi publicada em 1915 e tinha o objetivo (plenamente alcançado para a maioria dxs leitorxs) de encerrar em si uma utopia feminista. A autora imagina uma sociedade matriarcal composta exclusivamente por mulheres e apresenta-a através do olhar de três personagens masculinas que para lá teriam partido numa expedição científica: um sociólogo, um investidor misógino e um romântico incurável que era médico. Nenhum deles acredita, à partida, que pudesse existir um lugar tão organizado e meticulosamente estruturado sem a presença de um único homem. O conto acompanha o processo de descoberta desta sociedade ao longo de duas centenas de páginas. O mundo que Gilman constrói tem como base o seu ideal político, é como se fosse uma maqueta prática das suas ideias contando com: vegetarianismo, ateísmo, a maternidade social, a solidariedade e a reinvenção dos espaços. Nesta última dimensão propõe, por exemplo, a existência de uma cozinha partilhada por várias unidades familiares. Há, assim, um ideal de cooperação de racionalidade comunitária que atravessa a obra.

Houve, contudo, aspetos que me desagradaram durante a leitura. O desfecho foi um deles, por sugerir uma consideração de reconfiguração daquele mundo e a possibilidade de um regresso às lógicas patriarcais. Além disso, não gostei tanto do facto de este mundo ser inteiramente apresentado através do olhar masculino. Consigo perceber esta escolha enquanto estratégia crítica, mas ainda assim sinto que seria muito mais produtivo se a narração tivesse sido a partir da perspetiva das mulheres que o habitam. Além disso, certas ideias como a eugenia, não passam ao lado. Pareceu-me ainda assim, que a história se tratava de uma utopia, uma tentativa de corrigir o mundo, reconstruindo-o através da imaginação, até começar a escrever esta *review*…

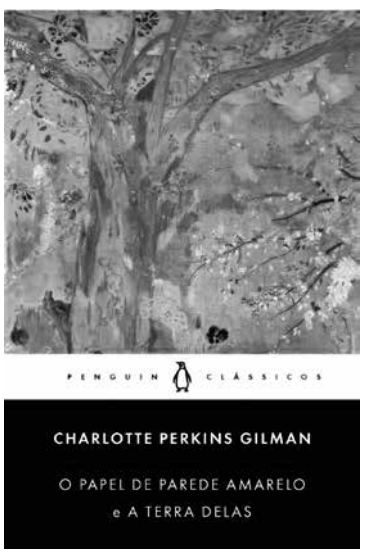
Decidi não me ficar pelo que a introdução me parecia querer ensinar e bastou-me abrir a Wikipédia para perceber que Tânia Ganho deixara de fora uma pequena parte de GRANDE importância ao traçar a biografia da autora. Ao falar do seu percurso político feminista, omitiu todo o historial xenófobo e racista de Gilman, evidenciado em cartas, diários e num artigo publicado em 1908: "A Suggestion on the Negro Problem". Afinal, a sua utopia, considerada por muitos feministas, é supremacista e esclavagista. Para ela, havia afroamericanos bons e maus. Os primeiros seriam aqueles que teriam algum ancestral branco, os segundos seriam, nas suas palavras, subdesenvolvidos, degenerados e criminosos. A sua proposta de evolução social não tinha como base a solidariedade, mas sim formas de escravatura autorizadas. Ora, no seu projeto político real, estes «degenerados» teriam de pagar uma dívida ao Estado sob forma de trabalho forçado, uma lógica muito próxima à do sistema prisional. Mas calma… Gilman não lhe chama escravatura, seria antes um *enlistment*, e porquê? Porque haveria uma cultura própria, com uniformes específicos, música, *banners*, entre outros símbolos.

> São estas traições e tradições do feminismo branco e ocidental e a sua boa acomodação ao capital, a razão pela qual conferem repulsa ao termo "feminismo" e o tornam difícil de usar

A solidariedade defendida pela autora e que toma o lugar central das suas obras não é feminista, mas antes a solidariedade do *white power*. A tentativa de «enquadrar a obra no seu tempo» é vã e conivente, uma vez que as narrativas racistas criaram sistemas de opressão e violência nunca desmantelados. As limitações do feminismo de Gilman tornam-se bastantes visíveis, por exemplo, na luta pelo direito ao aborto levada a cabo nos EUA nos anos 1970. Como explica Angela Davis, houve uma incapacidade de fazer uma autoavaliação histórica e de perceber que a luta pela maternidade voluntária e pelo controlo da natalidade vinha de braço dado com a esterilização forçada de mulheres racializadas, levando à exclusão destas das principais fileiras do movimento.

Se, inicialmente, a minha reflexão acerca do conto se centrava nas propostas de solidariedade e comunitarismo, deslocou-se rapidamente para a urgência de rever criticamente os cânones e de procurar os seus percursos antes de iniciar as leituras. Como Françoise Vergès afirma em *Um Feminismo Decolonial*, são estas traições e tradições do feminismo branco e ocidental e a sua boa acomodação ao capital a razão pela qual conferem repulsa ao termo «feminismo» e o tornam difícil de usar. Não só devemos procurar outras histórias, como também desconstruir ativamente a aura à volta destas figuras da literatura e do movimento feminista, consideradas pessoas muito à frente do seu tempo. Talvez procuremos assim tanto estes cânones para nos ligarmos ao início das lutas, como se fosse aí que o pensamento ganhasse algum conforto por não estar órfão e desamparado.

A introdução da edição que tenho acaba com esta lógica e reforça a ideia de que, para falar sobre quem luta hoje pela liberdade, é necessário lembrar e homenagear nomes como o de Gilman pelo caminho que abriram. Pergunto-me, contudo: O caminho que abriram para quem? Para mim, enquanto mulher branca? Para a boa convivência de alguns feminismos com o neoliberalismo? Se queremos retirar força destas leituras, talvez seja melhor olhar com realidade para quem as escreve, sem silêncios e exclusões, porque só assim saberemos como queremos caminhar enquanto movimentos. Na minha opinião, não há volta a dar nem nada a retirar de algo que não compreende em si a interseção entre as lutas e libertações. Não há aqui nenhuma utopia feminista, mas sim um projeto de supremacia branca, classista e de fachada feminista.



O Papel de Parede Amarelo e A Terra Delas
Charlotte Perkins Gilman
trad.: Madalena Caramona
Penguin Clássicos, 2024

O BANQUETE,
FORMA DE GOVERNO

Nosso lifestyle? O caviar!
Como o governo quer apoio,
começa pagando o jantar;

muitos pratos, mas estou de olho
nos valores deste cardápio:
menos de milhão, não tem gosto,

cargos ou contratos, é sábio
verificar o percentual
antes de combinar nosso ágio,

que é o prato principal
dos que se alimentam do Estado,
o apetite do liberal,

um ministério devorado,
no entanto com talheres finos;
o orçamento serve de prato

e os códigos, de aperitivo;
comemos por causa do preço
e pelo sabor purgativo,

pois vomitando sem sossego
o banquete permanente
se torna forma de governo

apesar de eleições, somente
mantidas porque as campanhas
geram contratos e excedentes,

migalhas que o povo apanha
do chão e chama de direitos,
mas eram da mesa, e ele apanha

por roubar do jantar alheio,
por deixar a fome em apuros;
um brinde à fome, nosso feito,

e outro à ponte do futuro;
com cem por cento de propina,
nunca se ergueu, embora o muro

isolando a carnificina
lá fora do nosso banquete
ainda esteja sangue acima.

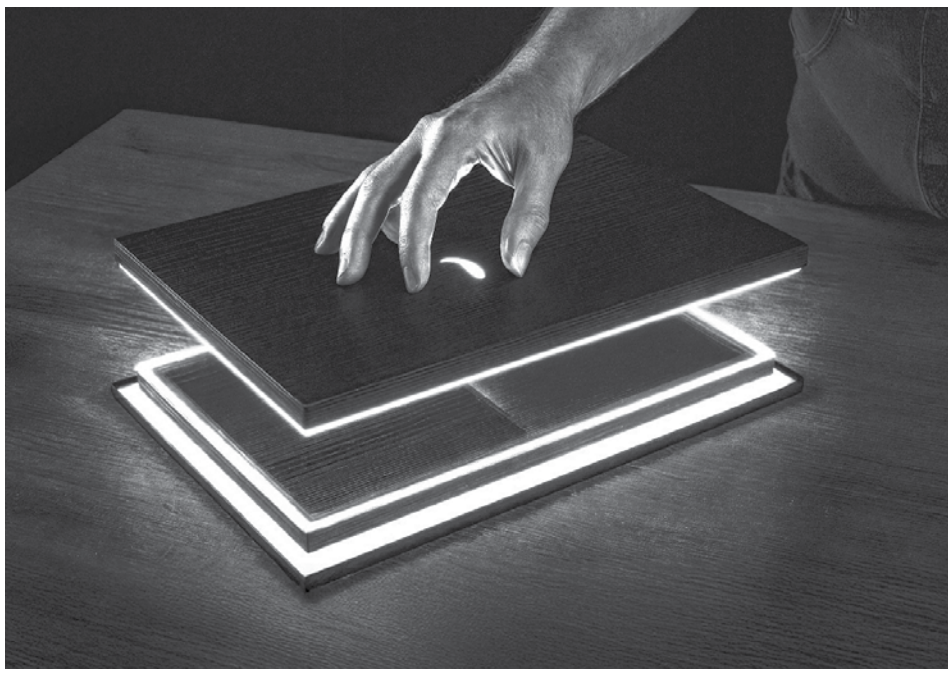
Pádua Fernandes, poeta, prosador, ensaísta e activista brasileiro. Alguns dos seus livros foram inicialmente publicados em Portugal. Organizou a primeira antologia da poesia de Alberto Pimenta publicada no Brasil (*A Encomenda do Silêncio*, 2004). O presente poema foi extraído do seu livro *Canção de Ninar com Fuzis* (Urutau, São Paulo, 2019).

Calçadas do Multiverso

O presente artigo insere-se no âmbito de uma lógica de relatos futuristas, dirigidos ao seu passado = nosso presente, do blog de utopias para a cidade "Calçadas do Multiverso" (calcadasmultiverso.com). Aviso: o autor do texto reserva o direito de inventar largo, inclusive palavras que só venham a fazer sentido no século XXII. Para os estômagos mais sensíveis a viagens no tempo, até seria sugerida a toma de um comprimido VomiNOT®, mas, lá está, a patente só será registada em 2096…

O texto que se segue é 100% gerado por uma inteligência normal, à antiga, sem qualquer interferência de algoritmos que só iriam tirar a piada a escrevê-los.

PEDRO CARNEIRO
CALCADASMULTIVERSO@GMAIL.COM



Preâmbulo

As anacronias transformaram-se numa besta.

Com vida própria.

Que não consigo - nem quero! - controlar, domesticar, resumir.

Impus-me um novo formato, paralelo, mais leve e de âmbito complementar.

Sobre os assuntos corriqueiros, da ordem do meu dia, em 2126 – umas anacronias, sim, mas do tamanho de uma trinca e não de um banquete.

Não vou falar aqui sobre o complexo emaranhado de fios lógicos e contra lógicos que se foi desenrolando aquando dos últimos esguichos da era da carência.

A era da consciência não surgiu: foi-se desenhando, uma linha de grafite de cada vez, até aos grossos e decididos contornos que temos hoje a caneta permanente.

Então, é desses traços óbvios que caracterizam a civilização atual que versarão estes registos.

Desde as macro convenções sociais à forma de dobrar a roupa em cada seio familiar.

Desde como hoje se exerce política, educação, saúde, justiça, arte, …

… a como se tempera a comida, como se fala e escuta, que desculpas se usa para chegar tarde ao trabalho, que ambições governam a vida muito para lá dos iníquos «sucesso» e «riqueza» básicos de outrora e como se ama.

Outrora, porque será um relato sempre por oposição a esse remoto século XXI. Não na mera passagem de cem anos, mas sim na evolução a canhão desde aí.

Sobre a escrita

Posso adiantar já um assunto, já que é inevitável conter-me mais a este respeito.

Hoje, não se «escreve». Não como dantes, pelo menos.

As pessoas colocavam tabuleiros quadriculados perante si, exercendo pressão sobre botões que disparavam caracteres em várias plataformas. Ou pior ainda, simulavam o fenómeno em ecrãs em cujos dedos cobriam um espaço correspondente a, no mínimo, 4 ou 5 botões, acelerando erros de escrita, tropeções na fluidez, pauzinhos na engrenagem do pensamento.

Hoje, não. Ainda há quem disfrute de um encontro caligráfico entre uma caneta ou pincel, de espessura variável em função da pressão e orientação do veículo, e uma folha lisa, quase como a virgindade delicada merece a revelação de quão belo e delicioso pode ser o sexo. Há um termo para isso: «erocaligrafia», no sentido do erotismo do fenómeno.

Ainda assim, hoje, o normal é outro.

Nos modelos mais antigos, colocamos as mãos (uma basta para 90% de fiabilidade e assuntos do dia-a-dia, duas para eficácia total) viradas para baixo, dentro de caixas de madeira, sem laterais, cujos topos se mantêm separados e interligados por magnetismo, enriquecidos com sofisticada e discreta eletrónica de papel. Chamamos-lhes habitualmente «placas». Sincronizam-se com a pessoa pousando a mão sobre a placa superior enquanto se reproduz repetida e mentalmente a expressão «Universo holográfico» (um tema de fixação do inventor da geringonça e que a indústria adotou em tributo).

É esse o «teclado» de hoje: um poderoso transcritor de pensamentos, que custou a entranhar-se dada a dificuldade de gestão do jorro de texto diretamente para as interfaces que usamos. Mas, uma vez dominado, permitiu duas coisas: fluxo e controlo.

Fluxo: certinho, uma subtração das agonias de escrever martelando teclas, com erros, com dificuldades de encadeamento, formato, trechos esquecidos e perdidos na luta.

Controlo: pelo facto de que, da eficácia pura da conversão textual dos pensamentos, uma mente inquieta só consiga produzir lixo. Ruído em caracteres. Logo, a consequência foi outra: desde juventude, após aprender a caligrafia manual, as crianças são incentivadas a dominar a mente, também por este motivo. A direção, a voltagem, os momentos e a intenção da mente. Mentes caóticas são, por isso, cada vez mais raras, salvo exceções congénitas ou doenças. Não encontram nesta sociedade, terreno fértil para se propagarem.

Nos modelos mais recentes, basta, para sincronizar a mente com o aparelho em forma de pena (nervuras que simulam pena são, na realidade, antenas de captação das radiações mentais), fixar o olhar nele, vinculando, assim, o escritor. Depois, o processo é o mesmo dos modelos mais antigos, como o que eu uso por hábito e, na realidade, por preferência. O aspeto das penas reduz-me a clareza.

Ora, em mobilidade, a caixa e a pena não se sustentam.

Apesar de quase ninguém usar, algum vestuário evoluiu também para simular as «placas», mas dentro dos bolsos de casacos, calças …

Quase ninguém usa porque agora isso não é um problema.

Não é problema não estar em comunicação permanente. Muito pelo contrário, é estranho que assim seja. Alguém hiperconectado é considerado um pré-doente, da mesma forma que alguém que beba, fume ou se drogue com frequência.

Reservar os momentos de telecomunicação para uma fração reduzida do dia, inclusive em ambiente de trabalho, é a norma e é o aconselhado. A ciência conhece muito bem o flagelo cognitivo e fisiológico de não o fazer. São muito ténues as franjas que argumentam em oposição.

Pensamentos finais

É, portanto, ao toque subtil e ideias a jato do meu modelo Skatolo 3, que vos faço chegar estes textos.

Tanto as «anacronias», que já podiam conhecer, como, desta feita, as «trincas futuras», em dose menor e maior versatilidade.

Se as primeiras relatam em profundidade, estas relatarão em amplitude. Ambas em simultâneo, só mesmo para um ser omnisciente e universal, que definitivamente não sou.

Já sobre o «como», referindo-me ao mecanismo que me permite comunicar desde 2126 com vocês, terá de ficar para um registo futuro.

Futuro vosso, passado meu.

Futuro meu, pois ainda não as escrevi.

É confuso e propício a paradoxos, mas nem interessa muito porque a pergunta fundamental é: conhecendo vocês o futuro que vos levo, terão a vontade (ou a coragem!) de o perseguir?

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 48
Janeiro-Março 2026

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Rua principal de Algeruz, CCI 3320
2950-077 Palmela
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Garras*, Os Ingovernáveis*, K*, Pedro Mota*, Ana Queijo*, Vozes de Dentro, Outros Ângulos, Júlio Henriques, Borboleta Azul, Jorge Valadas, André Lemos, Biblioteka, Sara Salgado, João Cão, Graça Santos, Diogo Duarte, José Tavares, Horácio Boavida, Fernando Silva, Beatriz Mendes / Biblioteka, Pádua Fernandes, Pedro Carneiro, Zezinha Marmelo, Ricardo Ventura, Sofia Pereira, Susana Baeta, Diana Dionísio, Mariana Vieira, Ana Afonso, Rolando
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares
Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt

Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com
Mastodon: masto.pt/@jornalmapa

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50,
2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mirabolante: ler é resistir!

A livraria-café Mirabolante abriu em Odemira a 30 de novembro de 2024, num território onde escasseiam as livrarias. Talvez por ser óbvio que se tratava de uma necessidade premente, os sócios Sílvia Laureano Costa, Bruno Rodrigues e António Falcão conseguiram um apoio financeiro da Câmara Municipal para conseguirem abrir este espaço no concelho. A Mirabolante integra a Rede de Livrarias Independentes (ReLI), uma associação de apoio mútuo composta por livrarias portuguesas sem ligação a redes e cadeias dos grandes grupos editoriais e livreiros. É um dos pontos de distribuição do Jornal MAPA e tem como lema: ler é resistir.

Podes dizer, a quem não conhece o espaço, o que encontra quando entra na livraria?
António Falcão A livraria não tem um estilo que seja restrito. Somos uma livraria generalista, temos boa literatura, temos livros em português, mas também noutras de línguas. Depois, temos um bocadinho do que se encontra aqui na terra, também de artesanato. Temos uma parede onde dispomos os artistas locais. Temos um café onde servimos comida saudável: temos café biológico, temos bolinhos feitos por especialistas da região. A nossa oferta é nesse campo. Somos ambientalistas e gostamos de boa literatura e procuramos dar o que é bom às pessoas que nos visitam.
Tem muita gente aqui, há muitas nacionalidades em Odemira. Odemira é uma região super heterogénea em termos de comunidades diversas. E encontra-se toda a gente aqui. É incrível como às vezes elas se juntam sem saberem que se vão encontrar. E há muitos encontros especiais ali na livraria. É muito bom e especial presenciar isso. Acho que é um sítio que faltava aqui. Nós próprios gostávamos de ter um sítio, de viver num sítio onde exista um espaço como este. E no fundo a intenção não foi propriamente fazer um negócio lucrativo, mas antes dar algo às pessoas e ter essa faculdade aqui em Odemira.

Pois, é um ponto de encontro! E tem programação ou acolhem programação?
AF Desde o princípio procuramos criar eventos ligados à literatura. Também temos a vertente juvenil e infantil. Temos um espaço dedicado às crianças na nossa livraria. E esse é um ponto onde as pessoas se iniciam na leitura. O nosso lema é: ler é resistir. Tu com a leitura consegues atingir muita coisa. É muito importante as pessoas darem os primeiros passos ali. E tem corrido muito bem. Tudo parte da nossa vontade de criar e dar alguma coisa às pessoas aqui de Odemira. Trazer escritores, estamos sempre a tentar trazer mais, lançar livros e fazer eventos. Ligar tudo um bocado com música e fazer trinta por uma linha. É isso que nós queremos fazer.
Agora no nosso aniversário, para além das apresentações e dos lançamentos de livros e de trazer escritores, vamos lançar a nossa cerveja Mirabolante. Vai ser uma cerveja artesanal.
E vamos também criar um clube de leitura. Vai chamar-se "Aldeia Mirabolante". Queremos que as pessoas façam parte da Aldeia Mirabolante para terem mais acesso à leitura e aos livros.

Como é que surgiu a possibilidade de terem o jornal MAPA à venda, de serem um ponto de distribuição?
AFSempre gostei do MAPA, já era leitor antes de abrir a livraria. O MAPA é um jornal de informação crítica. Queremos dar essa informação às pessoas, que elas possam vir e ter esse conhecimento aqui. O jornal MAPA deve estar em todo o país. E damos os parabéns pela sua criação e consolidação também. É muito difícil fazer bom jornalismo atualmente em Portugal, e o MAPA é uma coisa incrível!

Obrigada pelas palavras! E qual é o horário de abertura da livraria?
AF Nós estamos abertos desde as 9h da manhã às 7h da tarde. Nos sábados também abrimos entre as 10h e as 19h.

Queres acrescentar mais alguma coisa?
AF O Nome Mirabolante já existia dos meus sócios, eles já tinham feito esse processo de escolha.
E essa coisa de Mira e de ter a relação com Odemira e com o Rio Mira não foi propositado. Foi apenas uma coincidência.

Recreativa dos Anjos (RDA): viver o comunismo, espalhar a anarquia

A garagem do número 69 do Regueirão dos Anjos, em Lisboa, abriu em julho de 2010, funcionando como um centro social com as mais variadas valências, que se foram transformando ao longo dos anos. A associação distribui o Jornal MAPA desde a sua criação.

RDA
RECREATIVA DOS ANJOS

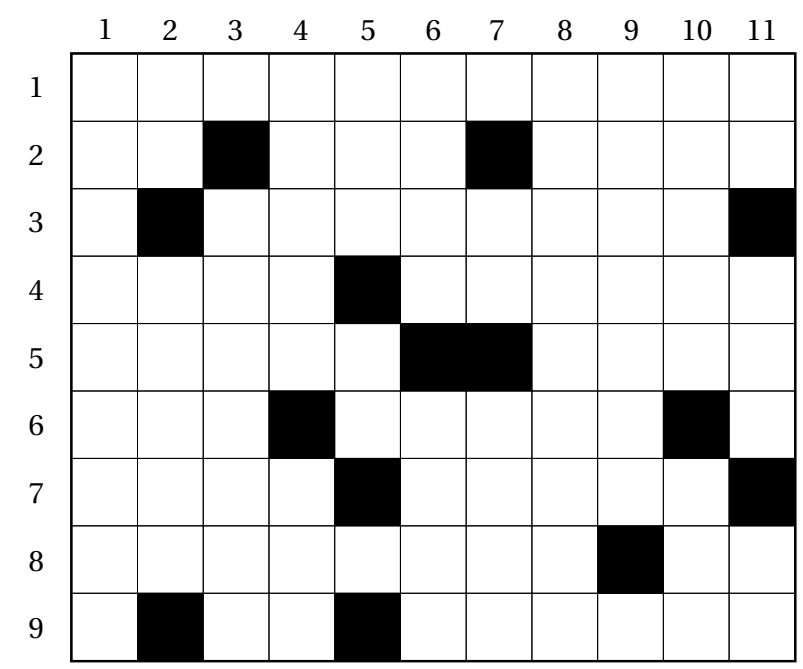
Em julho de 2025, o RDA celebrou já o seu 15.º aniversário. Qual é o top 5 do RDA?
RDA 1) Viver o comunismo, espalhar a anarquia
2) Reproduzir o quotidiano e conspirar para a revolta
3) O desespero termina quando as tácticas começam
4) Dos vossos gabinetes faremos cabarets
5) Ganda baile.

Quais são atualmente as atividades que acontecem no RDA?
RDA Fazer limpezas e arrumações, cozinhar de vez em quando, tratar dos canteiros, jogar matraquilhos, xadrez e setas, pagar contas, fazer encomendas, nomeadamente à Sagres, assembleias, gestão de conflitos, preparar comunicados, postar no insta, etc…

Desde o final de setembro, vemos uma porca gigante a colorir a entrada do RDA. Como é que ela apareceu?
RDA Porque o antílope, o guaxinim e a girafa não geraram consenso e o lagarto, o panda e o golfinho faltaram ao encontro com a história.

Coordenadas

ZEZINHA MARMELO



Horizontais

1. Algumas são ilícitas. 2. Só saio de casa para ___ comprar o MAPA. Associação Ornitológica de Coimbra. Pedra preciosa. 3. Este é o número ___ e oito do jornal MAPA. 4. Quando a IURD se baralha. Coluna monolítica com inscrições. 5. Conduzas. Braços de rio. 6. Princípio da amnésia. Ficar sem fôlego. 7. Letra grega. Cidade alentejana trocada. 8. Molho à base de iogurte. Artigo indefinido. 9. Até a minha avó ___ o jornal MAPA! Em revolta desde 1 de Novembro de 2024, embora quase não se fale disso.

Verticais

1. Espaço em Lisboa onde a cidade ainda respira diferença e conflito e onde estreou o documentário de Geco *The Art of Disobedience*. 2. Cidade antiga mesopotâmica. Caminhos. 3. Medida de peso ou terreno junto à casa. 4. Quando vou à cidade fico logo com falta de ___. Preposição. 5. Quem lê o MAPA, não fala à ___. Saudável. 6. Amarga. Nem deuses, nem amos, nem chefes, nem ___! 7. Estás. A extrema-direita gosta muito deste tipo de notícia. 8. Infringir a lei. 9. Quero-te por ___. 10. Barco de Setúbal. Apesar de todos sabermos o quanto a nossa terra não precisa de betão para sobreviver, o jornal MAPA contou-nos que o até há pouco tempo presidente da Câmara Municipal do Porto, ___ Moreira, quis alcatroar ruas empedradas e construir novas estradas onde existiam árvores e campos. 11. Sexo não vocálico. Serve para voar, mas pode ter um grão. Ela parece muito boazinha mas é ___.

Soluções. Horizontais. 1. substâncias. 2. ir. aoc. onix. 3. quarenta. 4. irud. estela. 5. guies. rias. 6. amn. arar. 7. iota. eavor. 8. tsatsiki. um. 9. lê. séria.
Verticais. 1. sirigaita. 2. ur. rumos. 3. quintal. 4. saúde. até. 5. toa. sá. 6. acre. reis. 7. és. fake. 8. contravir. 9. inteiro. 10. alala. rui. 11. sx. asa. má.

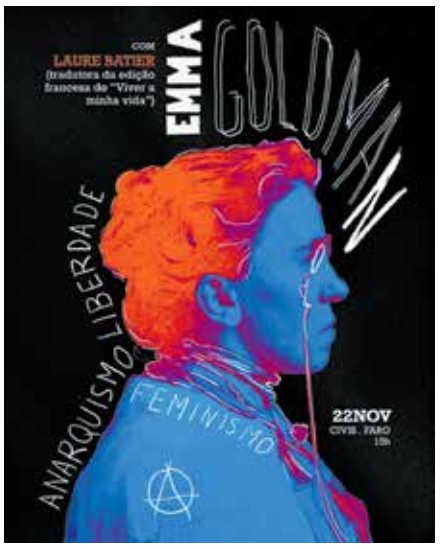
mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 48
JANEIRO-MARÇO 2026
3000 EXEMPLARES

Um olho no facho, outro no liberal

Acompanhando lutas ecologistas, sociais ou antifascistas, ou organizando debates sob o mote «um olho no facho, outro no liberal», desde 2022 que, a partir de Faro, o Comité Custódio Losa apela à acção colectiva num Algarve turistificado e palco de ensaio da extrema-direita do Chega.



FILIPE NUNES

Quais os objectivos que estiveram na base da formação do Comité Custódio Losa MD, promovendo regularmente no Algarve uma série de encontros e debates?

A sensação que tínhamos era de que no Algarve se podia fazer muita merda com total impunidade e ausência de resistência, até trocar o nome de Algarve para *Allgarve* ou, quando se faz a a descoberta, em Lagos, do primeiro cemitério de escravos africanos na Europa, em vez de no local se erguer um memorial, erguer-se um minigolfe. E não nos agradavam as formas muito individualizadas e institucionalizadas do «activista» que escreve a sua coluna crítica no Jornal do Algarve ou que tem a sua associação, que não é mais do que uma pequena empresa em nome individual. Sentimos que fazia falta criar um colectivo que convidasse pessoas com um tipo de discurso mais radical e que pusesse as coisas de outra maneira. Chamámos-lhe Comité Custódio Losa MD, pois, quando éramos adolescentes, tivemos um grupo, na altura do liceu, em que curtíamos aqueles primeiros livros mais selvagens da Antígona como a *Declaração de Guerra às Forças Armadas e Outros Aparelhos Repressivos do Estado* do Custódio Losa, Major Dissidente. Mas, mais a sério, aquilo a que nos propúnhamos ao nível de objectivos era não só a parte teórica, mas a parte prática. Ou seja, que, além dos debates, a nossa acção passasse por nos aliarmos às lutas já existentes, sem perseguirmos uma afinidade ideológica ou um método exclusivo, ainda que mantendo a nossa linha. Então começámos a juntar-nos para organizar encontros e debates que nos ajudassem a que, de forma colectiva, não nos sentíssemos tão impotentes numa zona onde a cada dia se anuncia a construção de um novo *resort*. Juntámo-nos ao movimento da Defesa das Alagoas Brancas (queriam destruir uma zona de biodiversidade para construir mais um centro comercial), mas não era só a defesa da «natureza» que nos interessava, era também questionar o modelo de consumo e produção que, em pouco tempo, passou dos mercados locais, onde os pequenos agricultores vinham vender os seus produtos, para grandes centros comerciais com os seus hipermercados. Interessou-nos também questionar as típicas formas de protesto institucionalizado e discutir, por exemplo, a acção directa. No último encontro, a alguns dias da greve geral, a Laure Batier, uma das tradutoras francesas da biografia da Emma Goldman, com o exemplo das suas formas de luta através das greves e da acção directa contra a burocratização sindical, veio trazer outros horizontes.

Num Algarve que se mediatiza e se expressa nas eleições pela extrema-direita do Chega, ou que continua a destacar-se na frente de uma economia extractivista, que resistências destacariam a essa realidade?

Na tomada de posse do novo presidente do concelho de Albufeira do Chega, quando alguns de nós por lá aparecemos com três mascaras do Salazar, fomos imediatamente abordados pela GNR à paisana. As máscaras foram confiscadas e fomos avisados de que não tínhamos nada que ir para ali atrapalhar a festa. E, se por lá se ensaia, de forma bem articulada com as forças da ordem, o laboratório da cidade Chegana, no município ao lado (Silves), governado pela CDU, aprova-se um hotel em cima da praia em Armação de Pêra, num investimento de 50 milhões. Já que fazem fronteira com o do Chega, tinham ali uma boa oportunidade para se distinguirem dos outros e terem uma proposta alternativa de vida em comunidade. Mas não, continuam a cair nos mesmos erros. Nos últimos debates que temos tido sobre habitação andamos a tentar perceber o que é isso de capitalismo rentista, quando a habitação se torna num activo financeiro, isto é, quando os grandes fundos perceberam que era mais seguro ter o dinheiro investido em projectos imobiliários do que no banco. É assim que um fundo americano, em conjunto com a Sonae, investe milhões em hotéis em Lagos, na Meia Praia, «para celebrar a essência do Algarve» e que levará ao fim do bairro auto-construído a seguir ao 25 de Abril por pescadores e que deu origem ao filme *Os Índios da Meia Praia* [António Cunha Teles, 1976]. Neste rentismo capitalista a economia não precisa de crescer porque a extracção de capital se faz através do lucro que deriva da propriedade. As desigualdades sociais aumentam exponencialmente: daí termos dos maiores números de jactos privados no aeroporto de Faro e das piores redes de transportes públicos do país, e também é assim que vivem mais de 30 imigrantes numa cave sem condições, com baratas e ratos... Nesta nova forma de modelo social é o autoritarismo a forma política que melhor se encaixa nesta lógica. Ao estado cabe-lhe assegurar, com maior grau de violência, a ordem e o direito à propriedade privada. É assim que entendemos o facto de a extrema-direita ganhar e governar primeiro por cá.

De que forma as movimentações pela Palestina têm funcionado como catalisadores da acção e de encontros?

Quando o Chega ganhou no Algarve todo, nas eleições legislativas, sentia-se um desânimo grande, mas havia uma vontade de fazer qualquer coisa e de se juntar sem saber bem como. E o movimento pela Palestina veio unir essas pessoas que não se conheciam de lado nenhum e que se começaram a juntar e rapidamente organizaram debates, vigílias e manifestações de uma forma muito intensa por todo o Algarve. Essa foi a primeira grande resposta à vitória do Chega, quando as pessoas se juntaram todas de uma forma bastante espontânea, e esse é sobretudo o grande desafio: ver se esse movimento continua e, além de continuar, se consegue manter o entusiasmo e estar também nas lutas mais locais.

MAPA BORRADO

EM JANEIRO BEBO VINHO EM JANEIRO BEBO VINHO
EM FEVEREIRO COMO PÃO
ACHO MUITO SIMPÁTICO OCUPAR AS RUAS A CANTAR AS JANEIRAS MAS ESTÁ UM FRIO DO CARALHO! O QUE QUERIAS FALAR MESMO?
VAMOS PARA A PÁGINA 39
A PARTIR DO PRÓXIMO NÚMERO DO JORNAL, ESTA COLUNA ONDE ESTAMOS VAI ACABAR E VAMOS TORNAR-NOS PRESENÇA ASSÍDUA NA PÁGINA 39.
DESCULPA?
TEREMOS UMA PÁGINA INTEIRA TEREMOS NOMES, UMA HISTÓRIA DE ORIGEM, CONTEXTO, CONTRADIÇÕES, MAIS PERSONAGENS, ETC.!
MAS QUEM É QUE DECIDIU ISSO? NÃO ME PODEM OBRIGAR A NADA! EU NÃO QUERO TER NOME!!
ADEUS MUROS DE CUSTÓDIAS ANDANDO À CHUVA E AO VENTO ANDEI A ENGANAR AS HORAS
... EM VER DE TIRAR PROVEITO...
OH, TANTAS VEZES QUE ESTE FORMATO FOI DESPERDIÇADO COM LINEARIDADE NARRATIVA CONVENCIONAL...
... DA VERTICALIDADE
VAI SER DIVERTIDO, PERSONIFICAREMOS A MEDIAÇÃO DA REALIDADE ATRAVÉS DE PERSONAGENS ARQUÉTIPOS E TAL
DEIXA-ME ADIVINHAR, TU É'S A SENSATA, EU SOU O RESMUNGÃO, AQUELE É' O IDIOTA ...
OK, MAIS VALE DIZER QUE SIM E DEPOIS NEM PONHO LÁ OS PÉS
AUCH AINDA BEM QUE TEREMOS MAIS ESPAÇO
PFFFF SE TE PARTES TODO AQUI, IMAGINA COM MAIS ÁREA.
VARGAS '26
CAMARADAS LÁ DO NORTE VENHAM AO SUL PASSEAR VENHAM AO SUL PASSEAR